



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS (CCA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (PPGCont)

AURIMAR ANDRADE DIAS

**RELAÇÃO ENTRE TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA E INDICADORES DE
SITUAÇÃO FISCAL, ECONÔMICA E DE QUALIDADE DE VIDA**

Brasília/DF
2022

AURIMAR ANDRADE DIAS

**RELAÇÃO ENTRE TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA E INDICADORES DE
SITUAÇÃO FISCAL, ECONÔMICA E DE QUALIDADE DE VIDA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília.

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade no Setor Público, nas Organizações e na Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert

Brasília/DF
2022

AURIMAR ANDRADE DIAS

RELAÇÃO ENTRE TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA E INDICADORES DE
SITUAÇÃO FISCAL, ECONÔMICA E DE QUALIDADE DE VIDA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências
Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de
Brasília.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert
Orientador – PPGCont/UnB

Prof.^a Dr.^a Mariana Guerra
PPGCont/UnB

Prof. Dr. Maurício Corrêa da Silva
UFRN

Prof.^a Dr.^a Danielle Montenegro Salamone Nunes
PPGCont/UnB
Suplente

Brasília/DF
2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior
Decano de Pós-graduação

Professor Doutor José Márcio de Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar sou grato pela educação que recebi na minha criação onde fui ensinado a nunca desistir dos meus objetivos. À minha avó Eny que sempre me motivou a estudar e a almejar um futuro melhor.

Sou grato ao universo por ter ao meu lado um companheiro, um amigo, um amor que sempre tem me incentivado e por ser meu porto seguro nos momentos em que eu mais preciso, obrigado Wakila!

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert pela paciência, apoio e confiança. Agradeço também ao pessoal da coordenação do programa, em especial a Sara por ter me incentivado quando achei que tudo pudesse estar perdido.

Aos meus colegas de curso que hoje tenho orgulho de dizer que são meus amigos e que sempre estiveram comigo nos momentos de correria, estresse e angústia no decorrer das disciplinas. Obrigado pelos momentos André, Érica, Igor, Manuela, Mayara, Ronan e Stefany! Sem vocês a caminhada não teria sido a mesma...

RESUMO

A Transparência Orçamentária é um aspecto que compõe a qualidade orçamentária e possui um ranking de países divulgado pelo International Budget Partnership. Há a hipótese de que a Transparência Orçamentária possa colaborar para minimizar o problema da escolha pública coletiva, evidenciado pela Teoria da Escolha Pública, e promover o bem-estar social. O objetivo estabelecido para o estudo é o de analisar se existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal (Resultado Primário e Dívida Bruta), situação econômica (PIB *per capita* e Inflação) e de qualidade de vida (IDH). Coletaram-se dados sobre a Transparência Orçamentária, situação fiscal, situação econômica e qualidade de vida dos países, abrangendo o período de 2012 a 2019 e 99 países. Foram utilizadas duas amostras (completa e sem *outliers*) onde verificou-se a relação entre tais variáveis por meio de gráficos de dispersão e cálculo de correlação e, também, utilizou-se de análise de regressão de dados. Em ambos os casos foram constatados resultados que corroboram para a existência de relação entre a Transparência Orçamentária e situação fiscal, econômica e a qualidade de vida da população nos países analisados. Dos indicadores utilizados verificou-se que o IDH foi o indicador que apresentou relação mais evidente com a Transparência Orçamentária.

Palavras-chave: Transparência Orçamentária; resultado primário; Dívida Bruta; PIB; Inflação; IDH.

ABSTRACT

Budget Transparency is an aspect that makes up budget quality and has a ranking of countries released by the International Budget Partnership. There is a hypothesis that Budget Transparency can collaborate to minimize the problem of collective public choice, evidenced by the Public Choice Theory, and promote social welfare. The objective established for the study is to analyze whether there is a relationship between budgetary transparency and fiscal situation indicators (Primary Result and Gross Debt), economic situation (GDP per capita and Inflation) and quality of life (HDI). Data on budget transparency, fiscal situation, economic situation and quality of life of countries were collected, covering the period from 2012 to 2019 and 99 countries. Two samples were used (complete and without outliers) where the relationship between these variables was verified by means of scatter plots and correlation calculation, and also, data regression analysis was used. In both cases, results were found that corroborate the existence of a relationship between budgetary transparency and fiscal, economic situation and the quality of life of the population in the countries analyzed. From the indicators used, it was verified that the HDI was the indicator that presented a most evident relationship with budget transparency.

Keywords: budget transparency; primary outcome; gross debt; GDP; inflation; HDI.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dispersão entre Resultado Primário e IOA (Amostra completa).....	57
Gráfico 2 - Dispersão entre Resultado Primário e IOA (Sem Outliers)	58
Gráfico 3 - Dispersão entre Dívida Bruta e IOA (Amostra completa).....	58
Gráfico 4 - Dispersão entre Dívida Bruta e IOA (Sem Outliers)	59
Gráfico 5 - Dispersão entre PIB <i>per Capita</i> e IOA (Amostra completa)	59
Gráfico 6 - Dispersão entre PIB <i>per Capita</i> e IOA (Sem Outliers).....	60
Gráfico 7 - Dispersão entre Inflação e IOA (Amostra completa).....	60
Gráfico 8 - Dispersão entre Inflação e IOA (Sem Outliers)	61
Gráfico 9 - Dispersão entre IDH e IOA (Amostra completa).....	62
Gráfico 10 - Dispersão entre IDH e IOA (Sem Outliers)	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenvolvimento Histórico da Teoria da Escolha Pública	18
Quadro 2 - Pilares do Código de Transparência Fiscal (FMI)	28
Quadro 3 - Características da Transparência Fiscal	30
Quadro 4 - Comparação de Metodologias	33
Quadro 5 - Indicadores Contemplados no IDH	37
Quadro 6 - Estudos Aplicados em Transparência Orçamentária, Situação Fiscal, Econômica e Qualidade de Vida	42
Quadro 7 - Variáveis utilizadas	48
Quadro 8 - Variáveis associadas à Transparência Orçamentária nos estudos pesquisados.....	48
Quadro 9 - Informações para identificação de <i>outliers</i>	50
Quadro 10 – Países “ <i>outliers</i> ” não retirados da amostra	52
Quadro 11 - Resultados da Relação entre Variáveis.	66

LISTA DE SIGLAS

ACO	Autoridade Central do Orçamento
ALC	América Latina e Caribe
ANOVA	Análise de Variância
CF	Constituição Federal
FIV	Fator de Inflacionamento de Variância
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTEs	<i>Fiscal Transparency Evaluations</i>
GFP	Gestão das Finanças Públicas
IBP	International Budget Partnership
IDG	Índice de desigualdade de gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD	Índice de desenvolvimento humano ajustado à desigualdade
IOA	Índice de Orçamento Aberto
IPM	Índice de pobreza multidimensional
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MQG	Mínimos Quadrados Generalizados
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
MQP	Mínimos Quadrados Ponderados
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEFA	<i>Public Expenditure and Financial Accountability</i>
PIB	Produto Interno Bruto
QGMP	Quadro de gastos de médio prazo
RONCs	Relatórios sobre a Observância de Normas e Códigos
TEP	Teoria da Escolha Pública

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cálculos para verificação de <i>outliers</i>	51
Tabela 2 – Valores Válidos e Ausentes por Variável (Amostra completa).....	52
Tabela 3 – Valores Válidos e Ausentes por Variável (Sem <i>outliers</i>).....	52
Tabela 4 – Correl. Linear. – IOA e as variáveis estudadas	62
Tabela 5 – Resultados por Variável (Amostra Completa).....	63
Tabela 6 – Resultados por Variável (Sem <i>outliers</i>).....	65

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Problema de Pesquisa	16
1.2. Objetivo	16
1.3. Justificativas	16
1.4. Delimitação da Pesquisa	17
1.5. Estrutura da Pesquisa	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1. Teoria da Escolha Pública	18
2.2. Orçamento Público	21
2.3. Avaliação do Orçamento Público	23
2.3.1. OCDE	24
2.3.2. FMI	26
2.3.3. PEFA	30
2.3.4. IBP	32
2.3.5. Discussão das abordagens de avaliação do Orçamento Público	33
2.4. Indicadores da Situação Fiscal e Econômica	35
2.5. Indicadores de Qualidade de Vida	36
2.6. Estudos Anteriores sobre Transparência Orçamentária e Indicadores de Situação Fiscal, Situação Econômica e de Qualidade de vida	38
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.1. Dados	47
3.2. Método	53
3.3. Hipóteses	54
4. RESULTADOS	57
4.1. Gráficos de Dispersão e Análise de Correlação Linear	57
4.2. Regressão Econométrica	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
APÊNDICES	83
Apêndice A	83
Apêndice B	86
Apêndice C	87
Apêndice D	94

Apêndice E	95
Apêndice F	96
Apêndice G	98
Apêndice H	100

1. INTRODUÇÃO

A Teoria da Escolha Pública (TEP) chama a atenção para o problema da coordenação das preferências de uma coletividade no processo de escolha pública, em contraposição à escolha privada e individual (STIGLIZ, 2000). Além disso, a TEP parte do pressuposto que a sociedade elege um indivíduo para representá-la e, assim, tomar decisões coletivas que possam refletir o desejo do grupo, porém, o representante eleito tende a tomar decisões com base nas informações que possui e considerar os seus próprios desejos e necessidades acima do que deseja o grupo que o elegeu (BUCHANAN; TULLOCK, 1958).

O Estado tem o papel de agir nas falhas de mercado e promover o bem-estar social (GIAMBIAGI; ALÉM, 2016). No caso específico do Brasil, a Constituição Federal indica no seu artigo 3º que promover o bem-estar de todos é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). E é o Estado, fazendo a gestão pública, que executa o processo da escolha pública, escolhendo no que gastar, quanto gastar, de quem cobrar recursos, para quem transferir recursos e assim por diante.

A evidenciação das escolhas públicas de gastos e receitas acontece no orçamento público. Então, o Orçamento Público é um instrumento utilizado pelos governos para planejar a aplicação de recursos públicos de maneira que as demandas da sociedade sejam atendidas. Como ferramenta, o Orçamento Público serve, também, para acompanhamento e fiscalização das ações governamentais, saber o que se espera alcançar e os motivos que fundamentam os objetivos constantes no orçamento (CREPALDI; CREPALDI, 2013; BITTENCOURT, 2015; BOECHAT, 2018).

Para auxiliar na resolução do problema da escolha pública, entende-se no presente trabalho que o processo orçamentário deve ser capaz de evidenciar as necessidades prioritárias da sociedade a fim de que alcance o maior bem-estar social com os recursos disponíveis.

A qualidade do Orçamento Público é considerada por instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), International Budget Partnership (IBP) e o Public Expenditure and Financial Accountability (PEFA) que, com metodologias próprias, fazem análises das instituições orçamentárias nacionais, das regras fiscais, dos gastos de médio prazo, da flexibilidade orçamentária, do orçamento complementar, da Transparência Orçamentária e da participação pública (OCDE, 2020; FMI, 2018; IBP, 2019 e PEFA, 2016).

A definição do que é um Orçamento Público de qualidade e a sua mensuração não é algo consensual entre as instituições citadas. Além disso, parte das avaliações da qualidade orçamentária realizadas por essas instituições têm um grande componente subjetivo e não ocorre de maneira ampla para todos os países. Contudo, observa-se que a questão da Transparência Orçamentária e participação popular são consideradas por todas as instituições citadas. E especificamente para o IBP, ocorrem avaliações periódicas e com a produção de um ranking da Transparência Orçamentária e da participação popular para um grupo grande de países (IBP, 2019).

O bem-estar de uma sociedade abrange questões amplas e é difícil de ser medido e, com esse intuito, a utilização de indicadores de situação fiscal, de situação econômica e de qualidade de vida podem auxiliar nessa medição. De acordo com Wolf e Oliveira (2016), o bem-estar social assume uma das várias formas relacionadas ao sistema de proteção social, onde o Estado possui a responsabilidade de atendimento das necessidades fundamentais de cada indivíduo em comparação às outras formas de provisão, como por exemplo, o mercado e a família.

Para Wolf e Oliveira (2016), o bem-estar social possui a capacidade de interferência nos processos geradores e distributivos da riqueza. Neste sentido, Louzano, Abrantes, Ferreira e Zuccolotto, (2019) verificaram em seu estudo que a gestão fiscal pode influenciar no desenvolvimento socioeconômico dos governos e, em consequência, no bem-estar da população.

Na revisão de estudos aplicados observou-se que outros trabalhos também fazem estudo da relação da Transparência Orçamentária com indicadores utilizados neste estudo, indicadores fiscais como Resultado Primário e Dívida Bruta (ALESINA; HAUSMANN; HOMMES; STEIN, 1999, FILC; SCARTASCINI, 2004; DABLA-NORRIS; ALLEN; ZANNA; PRAKASH; KVINTRADZE; LLEDO; YACKOVLEV; GOLLWITZER, 2010, ALT; LASSEN; ROSE, 2006, BENITO; GUILLAMON; BASTIDA, 2016) com indicadores econômicos como PIB e Inflação (ALESINA et al., 1999, FILC; SCARTASCINI, 2004, DABLA-NORRIS ET AL., 2010; ALT; LASSEN; ROSE, 2006; BENITO; GUILLAMON; BASTIDA, 2016, MCNAB; WILSON, 2018, CIMPOERU; CIMPOERU, 2015; CUADRADO-BALLESTEROS; BISOGNO, 2021; MONTES; LIMA, 2018) e com o indicador Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (FOMINA; VYNNYCHENKO, 2017; VIOLETA, 2015; CUADRADO-BALLESTEROS; BISOGNO, 2021).

Assim, surge o questionamento sobre a associação da Transparência Orçamentária com um maior bem-estar social na prática. Ou dito de outra maneira, se existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal, situação econômica e de

qualidade de vida? E, para responder à questão proposta para o estudo, aponta-se como objetivo geral de pesquisa analisar se existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida.

1.1. Problema de Pesquisa

Analisando a situação ora apresentada este estudo tem como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida?

1.2. Objetivo

Diante da questão de pesquisa exposta anteriormente, este projeto propõe analisar se existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida.

1.3. Justificativas

O presente estudo justifica-se pela necessidade de se avaliar a existência ou não da Transparência Orçamentária com a situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida dos países. Tal avaliação considera indicadores de situação fiscal (Resultado Primário e Dívida Bruta), situação econômica (PIB *per capita* e Inflação) e qualidade de vida (IDH) visando a análise do bem-estar social.

Além disso, a presente pesquisa apresenta uma atualização de trabalhos já publicados, contribuindo com uma análise que inclui dados mais recentes. E, o presente trabalho faz a análise da relação com a Transparência Orçamentária com um conjunto mais amplo de variáveis, diferenciando-se dos trabalhos pesquisados. E, conforme verificado em estudos anteriores, espera-se que quanto maior for a Transparência Orçamentária há a possibilidade maior da sociedade entender e participar do processo de escolha das prioridades de despesa, por exemplo, no orçamento. Tal fato poderia auxiliar no processo de escolha pública, levando à priorização do que é mais relevante para a sociedade e à maior eficiência no uso dos recursos.

A Transparência Orçamentária permite que a sociedade e outras partes interessadas verifiquem a efetiva aplicação dos recursos públicos e, conseqüentemente, os resultados

esperados desta aplicação (FMI, n.d.). Neste sentido, aponta-se a relevância socioeconômica desta pesquisa.

1.4. Delimitação da Pesquisa

Visando ao atendimento das necessidades deste estudo, para Transparência Orçamentária foi utilizada a avaliação e pontuação no Índice de Orçamento Aberto (IOA) fornecida pelo IBP, uma vez que as avaliações são realizadas com certa regularidade.

Em relação à verificação da relação entre Transparência Orçamentária, situação fiscal, situação econômica e qualidade de vida, as avaliações ocorreram de acordo com a disponibilização dos dados junto às organizações, que divulgam as informações necessárias para tal finalidade, neste caso FMI e ONU.

A limitação do período para os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019 se deve ao fato de que a maioria dos países (50,77%) com dados disponíveis sobre a situação fiscal e qualidade de vida só começaram a ser avaliados pelo IBP a partir de 2012.

1.5. Estrutura da Pesquisa

Esta dissertação encontra-se estruturada da seguinte maneira: neste capítulo fez-se uma breve introdução sobre o tema/assunto a ser abordado e explorado durante a pesquisa a que se propõe, apresentando a questão de pesquisa que pretende-se responder através dos dados que serão coletados, os objetivos a serem atingidos, a justificativa e a delimitação da pesquisa; no Capítulo 2 é apresentado o referencial teórico que dá suporte ao que se propõe a pesquisa; no Capítulo 3 são apresentados os procedimentos metodológicos; os resultados são apresentados no Capítulo 4 e, por fim, as considerações finais no Capítulo 5.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Teoria da Escolha Pública

A Teoria da Escolha Pública (TEP), conforme apontado por Avarte (2004), estuda os processos de decisão utilizando-se de conceitos que determinam o *homo economicus* como o comportamento racional e o auto interesse. A escolha pública está ligada à tomada de decisões que afetarão a coletividade no que se refere aos bens públicos, porém, mesmo envolvendo grupos, as decisões acabam sendo tomadas com base nas decisões individuais.

Para Avarte (2004) e Butler (2012), a origem da TEP acontece no século XVIII, porém, consideram que o trabalho dos economistas James Buchanan e Gordon Tullock, século XX, intitulado *The Calculus of Consent*, deu origem à TEP. Além desses autores, são considerados co-fundadores da TEP o cientista político Anthony Downs e os economistas Kenneth Arrow, Mancur Olson e William Riker. Contudo o trabalho de Joseph Schumpeter, é considerado um precursor da análise política da TEP.

Como apontado por Butler (2012), a TEP foi sendo desenvolvida ao longo do tempo. O Quadro 1 apresenta um breve desenvolvimento histórico da Teoria da Escolha Pública.

Quadro 1 - Desenvolvimento Histórico da Teoria da Escolha Pública (continua)

Ano	Autor(es)	Obra - Assunto
1742	David Hume	Em sua obra, <i>Essay on Parliament</i> , o autor apontou e denunciou o interesse próprio das pessoas em decisões governamentais.
1776	Adam Smith	Em sua obra <i>The Wealth of Nations</i> , criticou duramente a relação formidável que envolve o governo e os negócios, onde seriam concedidos monopólios a fabricantes favorecidos.
1781	Jean-Charles de Borda	Realizou uma especulação sobre a natureza das eleições. Foi apontado que, ainda que alguns eleitores desejem discutir algum assunto, cada eleitor possui apenas um voto e há também outros que não estão preocupados com tais decisões. Verificado o desinteresse da população, o autor propôs a votação em três turnos, onde quem tivesse mais primeiros lugares ganharia a eleição.
1785	Marquis de Condorcet	Observou o problema cíclico. Percebeu-se que em uma votação, assim como em um jogo de papel-pedra-tesoura, não há uma preferência majoritária. Pois, envolvendo três opções não há chance majoritária de vitória, cada opção teria chance aproximada de 33%.
1876	Charles Dodgson	Após escrever vários itens envolvendo procedimentos de votação, o autor propôs um complexo sistema que pudesse superar o problema cíclico de Condorcet.
1896	Knut Wicksell	Realizou um ensaio sobre a justa distribuição de impostos, onde verificou que a “maioria” no controle do governo poderia transferir para a minoria o ônus da tributação. Assim, concluiu que somente um acordo unânime seria capaz de impedir que a minoria fosse explorada.
1948	Duncan Black	Apresentou o teorema do eleitor mediano, onde traz que os governos (políticos) observam e atendem o centro da opinião dos eleitores, pois é onde se concentra a maioria dos votos. Assim, qualquer passo dado fora deste centro pode resultar em perda de votos. Por isso, os políticos se unem no centro para que os eleitores tenham pouca escolha.

Quadro 1 - Desenvolvimento Histórico da Teoria da Escolha Pública (conclusão)

Ano	Autor(es)	Obra - Assunto
1951	Kenneth Arrow	Desenvolveu o Teorema da Impossibilidade, onde a questão-chave de qualquer sistema eleitoral é a precisão dos grupos decisores, a existência ou não da democracia. O autor mostrou que não há um sistema democrático na prática que garanta um bom resultado para todos.
1957	Anthony Downs	Trabalhou na questão dos eleitores medianos, aplicando a Teoria da Escolha Racional no funcionamento do mercado político. Apresentando que os eleitores escolheriam racionalmente aquele partido que lhes oferecesse mais benefícios, que, para o autor, seria determinada como ignorância racional.
1962	James Buchanan e Gordon Tullock	A obra <i>The Calculus of Consent</i> explora as questões ora levantadas pelos sistemas de votação da maioria simples. Para os autores, o sistema político é um processo através do qual os indivíduos visam proteger seus próprios interesses
1965	Mancur Olson	Em sua obra, <i>The Logic of Collective Action</i> , o autor explorou o impacto dos grupos de interesse especial no processo político (<i>lobby</i>). Aponta ainda que há grandes grupos de interesse que não conseguem fazer <i>lobby</i> facilmente, como é o caso dos consumidores e contribuintes. O autor aponta como problema o <i>free-rider</i> (caroneiro) para o não acontecimento do <i>lobby</i> por esses grupos, pois se o <i>lobby</i> de consumidores fosse bem-sucedido em ganhar concessões de políticos, todos os consumidores se beneficiariam, independente se aderiram ativamente à campanha. Assim, por que alguém faria qualquer contribuição, se eles podem obter benefícios com os esforços alheios?
1971	William A. Niskanen	Na obra <i>Bureaucracy and Representative Government</i> , o autor tentou identificar os interesses e objetivos dos burocratas, uma vez que os funcionários públicos têm seus próprios interesses. Neste sentido, o autor sugeriu que os funcionários públicos busquem a maximização dos seus orçamentos
1971	George Stigler	Para o autor, seguindo a Teoria dos Grupos de Interesses de Mancur Olson, a regulação serviria interesses especiais ao invés de atender o público em geral.

Fonte: Elaborado pelo Autor com base em Butler (2012).

A leitura do Quadro 1, nos permite verificar e entender a evolução histórica da Teoria da Escolha Pública. De tais apontamentos realizados, Butler (2012) acredita que a ideia apresentada por Knut Wicksell ainda fornece sustento à Escolha Pública.

A TEP, como mencionado anteriormente, tem seu marco histórico nos estudos de Buchanan e Tullock (1958) nos quais é possível verificar que esta teoria considera que o indivíduo que toma uma decisão e/ou faz uma escolha sempre tenderá a escolher o melhor para si, mesmo que esteja decidindo em nome da coletividade. Neste sentido, infere-se que mesmo que o indivíduo faça análises das opções disponíveis e acredite estar decidindo o melhor para grupo, tomará suas decisões com base em suas crenças e julgamentos que faz a respeito da situação, visando sempre as que melhor lhe favoreçam.

Alguns teóricos políticos modernos discutiram o processo de escolha coletiva com base na suposição de que o indivíduo tenta maximizar seu poder sobre os outros indivíduos. Em pelo menos um caso específico, o indivíduo que busca maximizar o poder no processo coletivo foi explicitamente comparado ao indivíduo que busca maximizar a utilidade em sua atividade de mercado (BUCHANAN; TULLOCK, 1958).

De acordo com Buchanan e Tullock (1958), as escolhas não devem ser direcionadas apenas para a realização de algum objetivo ou meta; as unidades de tomada de decisão também devem ser capazes de tomar medidas que assegurem o cumprimento da meta. Mais importante ainda, sob certas regras de tomada de decisão, escolhas contrárias ao próprio interesse do indivíduo podem ser feitas para o grupo. Os custos externos, que podem ser impostos ao indivíduo por meio do processo de escolha coletiva, podem ser muito maiores do que aqueles que resultam de um comportamento puramente privado dentro de qualquer estrutura legal aceita (BUCHANAN; TULLOCK, 1958).

Alguns dos problemas decorrentes da escolha pública que afetam o processo orçamentário envolvem a realização de projetos, alocação e destinação de recursos orçamentários. Stiglitz (2000) aponta como problemas centrais da escolha pública a revelação de preferência de cada indivíduo e a preferência de associação.

Neste sentido, Stiglitz (2000) aponta que é observado o nível desejado de bens públicos de cada indivíduo (preferências individuais) e é verificado que indivíduos distintos têm diferentes níveis de preferência dos gastos públicos. O nível preferencial vai depender da renda do indivíduo junto com o sistema tributário, quando o custo for igual para todos, pois, quando o governo gasta mais com os bens públicos as pessoas ricas precisam pagar uma parte maior relativa aos custos (STIGLITZ, 2000).

Para exemplificar, Stiglitz (2000) traz a seguinte situação: um indivíduo rico pode preferir mandar seu filho para escola privada caso o gasto público em educação seja abaixo de determinado valor. Fazendo isso, qualquer aumento nos gastos com escolas públicas simplesmente aumentará seus impostos e ele não obterá benefícios diretos. Então, sua utilidade diminui com o aumento nos gastos do governo até um determinado nível no qual ele decide mandar seus filhos para a escola pública. Havendo aumentos além deste ponto, o indivíduo rico continua a ter algum benefício. Portanto, para este indivíduo rico, um alto gasto é preferido a nenhum gasto, mas nenhum gasto é preferido a um gasto intermediário (STIGLITZ, 2000).

A exemplo da aplicação prática da TEP pode-se analisar o processo eleitoral, onde, com base no eleitor mediano, os candidatos visam atingir a um determinado público com as suas promessas de campanha e, assim, angariar a quantidade de votos necessários que o tornem eleito. Durante o mandato, o cumprimento das promessas de campanha ou realização de novas promessas deve visar o fornecimento do bem-comum à coletividade, pois, como apontam Buchanan e Tullock (1958), os participantes individuais na escolha coletiva agem de forma a promover esse "bem comum" em vez de seus próprios interesses.

Considerando a assimetria de informação, Tullock afirma que a maioria das pessoas não está tão bem-informada sobre seu voto, assim como se informam sobre a compra de itens para consumo pessoal (Tullock; Seldon; Brady, 2002). Para o autor, mesmo pessoas bem-informadas normalmente não sabem muito sobre os detalhes do cenário político.

Quirino (2018) aponta como uma das premissas fundamentais da TEP o fato de se questionar a racionalidade do agente público e a existência de influenciadores no momento da decisão. A autora ainda traz que o ponto de partida desta teoria encontra-se no fato de que os aspectos influenciadores não têm importância se a decisão está ocorrendo no ambiente público ou privado, pois, independentemente do ambiente da tomada de decisão, os indivíduos sempre estarão propensos aos seus próprios interesses.

2.2. Orçamento Público

Sobre orçamento, Padoveze e Francischetti (2018) entendem que fazer orçamento significa realizar o processamento de informações e dados presentes junto com as informações futuras levando em conta as modificações consideradas para o período. Sendo assim, acaba sendo repetições das informações atuais com dados previstos.

Neste sentido, Bittencourt (2015) reconhece a definição apresentada no parágrafo anterior e afirma que orçar é realizar uma previsão relacionando despesas com objetivos. O relacionamento entre despesas e objetivos é fundamental neste processo, assim, é necessário que o trabalho seja direcionado ao planejamento (PADOVEZE; FRANCISCHETTI, 2018).

Em meados de 1822, na Inglaterra, surgiu o Orçamento Público como instrumento governamental e durante o século XIX foi sendo trabalhado de maneira que pudesse ser aprimorado e apreciado como uma ferramenta que fosse usada na política econômica e financeira do Estado. Nessa época, era possível observar o movimento contrário ao crescimento das despesas públicas, pois isso acarretaria aumentos na carga tributária (GIACOMONI, 2020).

O Orçamento Público, de acordo com Crepaldi e Crepaldi (2013) e Bittencourt (2015), é uma ferramenta na qual constam registros do governo com receitas e despesas em um período e, nestes registros, está contida a discriminação da receita e da despesa governamentais. Complementando a ideia de Orçamento Público, Crepaldi e Crepaldi (2013) afirmam que este é um instrumento utilizado pelo governo para planejar suas ações.

O Portal da Transparência da União (n.d.) define Orçamento Público como um instrumento usado pelo Governo Federal no intuito de esquematizar o uso do dinheiro

arrecadado da sociedade através dos tributos. O planejamento dessa aplicação dos recursos públicos é primordial para oferecer serviços públicos apropriados e identificar as prioridades definidas pelos poderes. Corroborando com tal informação, para Avarte (2004) o orçamento é uma peça fundamental ao poder público, pois, é através do orçamento que o governo define prioridades e a melhor forma de aplicar os recursos recolhidos junto à sociedade.

Além dos olhares apresentados acima, o Orçamento Público, de acordo com Boechat (2018), mostra-se como ferramenta que possibilita o controle da atividade executiva e, também, um instrumento de intervenção econômica que reflete e está diretamente relacionada ao desenvolvimento do estado.

Para Matias-Pereira (2017), o Orçamento Público é utilizado como uma técnica que permite a reavaliação periódica dos objetivos do governo, além de permitir a comparação das funções e programas entre si e seus custos, facilitando a avaliação do governo e de seu custo em relação ao setor privado. Para o autor, é a fonte primordial de informação e de controle democrático do Estado, ressalta ainda que não há planejamento que possa substituir o controle democrático.

De acordo com o Portal da Transparência (n.d), com o uso do Orçamento Público como ferramenta, além de ser possível verificar as receitas estimadas e as despesas fixadas pelo governo, é possível realizar uma fiscalização sobre o uso dos recursos públicos, além de contribuir para a melhoria da gestão. Neste sentido, para Matias-Pereira (2017), o planejamento público precisa ser compreendido como um processo ininterrupto que permite e facilita a negociação entre o Governo e a sociedade, através do qual são exercidas a cidadania e a democracia.

A necessidade da realização de planejamento apresentada por Matias-Pereira (2017) recebe uma visão negativa por parte de Crepaldi e Crepaldi (2013), pois, para eles, o orçamento como instrumento de planejamento não reflete a necessidade da sociedade e apresenta dados voltados para coisas irreais. No entanto, para este estudo, usou-se a definição de Orçamento Público adotada por Matias-Pereira (2017), pois a ideia é analisar os impactos que o orçamento apresenta sobre a situação fiscal, econômica e de qualidade de vida nos países.

Sendo assim, entendendo que o Orçamento Público permite a negociação entre governo e sociedade, cabe apresentar o *lobby* pois, de acordo com Santos e Rocha (2011), o *lobby* é uma estratégia de utilização das informações por grupos e políticos. A utilização de informações relevantes serve como moeda de troca e apoio mútuo para esses grupos interessados (SANTOS, ROCHA; 2011).

Blyberg (2009) afirma a existência de *lobby* sobre os ministérios e o parlamento exercido por organizações orçamentárias que tentam influenciar a elaboração e a execução do Orçamento Público Federal. A autora afirma que tais organizações se utilizam de suas habilidades e conhecimentos para tal fim, visando a maximização dessa influência orçamentária.

2.3. Avaliação do Orçamento Público

A discussão sobre qualidade do Orçamento Público exige a definição do que seria um Orçamento Público de qualidade. Uma definição ampla para um Orçamento Público de qualidade é de que ele atenda às necessidades prioritárias da sociedade e encaminhe ações e despesas de modo a produzir o mais elevado bem-estar possível dadas as disponibilidades de recursos. Mas esta avaliação exige que se conheça as necessidades prioritárias da sociedade bem como a melhor combinação de ações e despesas.

Os critérios elaborados por instituições que fazem avaliação orçamentária dos países (OCDE, FMI, IBP e PEFA) e que são citados no presente trabalho podem servir como referências e embasamentos para esta pesquisa. A seguir são apresentadas as abordagens de avaliação para o Orçamento Público realizadas pelas instituições mencionadas anteriormente. Os materiais publicados pelas instituições analisadas servem para discussões relevantes relacionadas ao Orçamento Público.

Para tratar sobre a metodologia de avaliação de cada instituição, faz-se necessário apresentar a definição de Transparência Orçamentária e Transparência Fiscal uma vez que em cada avaliação é utilizada apenas uma dessas expressões.

Para o FMI (n.d.) a Transparência Fiscal tem como características a abrangência, clareza, confiabilidade, oportunidade e relevância dos relatórios públicos que envolvem eventos passados, demonstrem o presente e permitam projeções futuras das finanças públicas. É através da Transparência Fiscal que são fornecidas informações aos cidadãos, mercados e outras partes interessadas para que possam responsabilizar os governos por seu desempenho fiscal e uso de recursos públicos. (FMI, n.d.). O FMI apresenta ainda que a Transparência Fiscal pode auxiliar no fortalecimento da credibilidade da política fiscal do país, fortalecendo a confiança do mercado (FMI, 2018).

Para Premchand (1993), a Transparência Orçamentária refere-se à disponibilidade da informação ao público sobre as transações governamentais e sobre o processo de tomada de

decisão. Dessa forma, a transparência é vista como a divulgação de informações que podem auxiliar na tomada de decisão da sociedade em relação aos governos.

Cabe aqui falar sobre política fiscal que, de acordo com o FMI (2020), a política fiscal é o uso de gastos governamentais e de tributação para influenciar a economia que, usualmente, tem o objetivo de promover o crescimento sustentável e a redução da pobreza.

Além dos gastos e das receitas, a política fiscal envolve o planejamento destes e o estudo das motivações e impactos das escolhas de política fiscal. O Orçamento Público é a tradução da política fiscal em escolhas de despesas e receitas para o exercício de um ano, refletindo as análises econômicas das motivações, impactos, planejamento e influenciadas também pelas relações políticas (TOURINHO; BRUM, 2020).

Assim, entende-se que Transparência Fiscal abrange não só a transparência das despesas e receitas para um dado exercício orçamentário, mas transparência do processo decisório das escolhas envolvendo as despesas e receitas.

Da forma como a Transparência Orçamentária é avaliada pelo IBP, entende-se que o conceito de Transparência Orçamentária adotado por esta instituição é focado no documento orçamentário e no acesso à ele.

Por outro lado, observa-se na literatura a ocorrência dos termos Transparência Fiscal e Transparência Orçamentária como sinônimos, por exemplo, em seu estudo, Alt e Lasse (2006) utilizam estas expressões como sinônimos. Sendo assim, o presente estudo considera as duas expressões para avaliação dos estudos analisados.

2.3.1. OCDE

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização multilateral que trabalha em parceria com governos, formuladores de políticas e cidadãos, visando estabelecer padrões internacionais e encontrar soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais (OCDE, 2019).

De acordo com OCDE (2020), a avaliação orçamentária de cada país consiste em verificar as características do ambiente institucional e da Autoridade Central do Orçamento, das regras fiscais, dos gastos de médio prazo, da flexibilidade orçamentária, dos orçamentos complementares e fundos de reserva, das vinculações orçamentárias, da Transparência Orçamentária e da participação das partes interessadas no processo orçamentário. A seguir, são apresentadas as descrições dos aspectos avaliados pela OCDE (2020):

Ambiente institucional e da Autoridade Central do Orçamento – Para esse tipo de avaliação, verifica-se o direcionamento dado ao processo orçamentário pela ACO com vistas a fortalecer a ideia de elaboração de um orçamento bem estruturado que forneça informações relevantes, estratégicas e coesas ao setor público.

São entrevistados funcionários da área orçamentária dos governos, onde as respostas representam as autoavaliações de cada país a respeito das práticas e procedimentos adotados atualmente. Por Autoridade Central do Orçamento, entende-se uma ou mais entidades públicas que são vinculadas ao governo e é responsável pela elaboração e fiscalização do orçamento (OCDE, 2020).

Regras fiscais – De acordo com OCDE (2020) essas regras apontam o percurso a ser percorrido para a política fiscal do país, pois trabalham com o objetivo de restringir o crescimento de déficits. As regras fiscais elaboradas pelo governo devem ser permanentes a fim de priorização das políticas oficiais e manutenção da dívida pública.

Quadro de gastos de médio prazo (QGMP) – Segundo OCDE (2020), trata-se de uma ferramenta de vinculação do processo orçamentário com as metas de política fiscal que vão além do ciclo orçamentário anual e permite que sejam elaboradas estimativas plurianuais que, geralmente, duram entre três e cinco anos. O índice de avaliação abrange informações considerando o médio prazo no processo orçamentário, número de anos, tipos de gastos, possibilidade de transferência de recursos não usados para o próximo ano e o acompanhamento dos recursos.

Flexibilidade orçamentária – A determinação dos limites das operações é uma maneira de controle do orçamento, para alinhar gastos e receitas de maneira que os recursos não sejam direcionados desproporcionalmente (OCDE, 2020).

Orçamentos complementares e fundos de reserva – O processo orçamentário envolve consultas e negociações com ministérios e outras unidades de gastos, inclusive da aprovação do orçamento pelo legislativo. Por mais que haja um planejamento na elaboração orçamentária, pode haver imprevistos (desastres naturais, comoção interna, etc.) que alterem esse planejamento. A fim de se enfrentar tais imprevistos, surgem os orçamentos complementares que contém propostas de emendas ao orçamento principal e os fundos de reserva que são fundos ou provisões orçamentárias reservadas para suprir as necessidades imprevisíveis (OCDE, 2020).

Vinculações orçamentárias – Ocorrem com a reserva de parte da verba pública para determinados setores que podem ser determinadas como uma parcela do PIB e são previstas pela Constituição. Essas vinculações enrijecem o orçamento, pois impossibilita o financiamento

de programas que estejam ligados a novas prioridades políticas, o que pode acarretar a não prestação de contas e uso ineficiente de recursos (OCDE, 2020).

Transparência Orçamentária – Para a OCDE (2020), a Transparência Orçamentária não se restringe à divulgação das informações orçamentárias relevantes oportuna e sistematicamente. Trata-se de características como a clareza, abrangência, confiabilidade, oportunidade, acessibilidade e usabilidade das informações divulgadas.

OCDE (2020) considera que a transparência fortalece a confiança entre o governo e os cidadãos através da prestação de contas, legitimidade, integridade, inclusão e qualidade das decisões orçamentárias.

Participação das partes interessadas no processo orçamentário – A participação das partes interessadas pode ocorrer em várias etapas do processo orçamentário através das consultas públicas e pode ocorrer de diferentes formas envolvendo diversas instituições governamentais e as partes interessadas. Essa abertura de possibilidade de participação das partes interessadas denomina-se governo aberto (OCDE, 2020).

Ao analisar as características elencadas que consideradas pela OCDE, verifica-se que tais características permitem uma avaliação ampla uma vez que considera vários aspectos orçamentários. Assim, destaca-se a relevância dos aspectos orçamentários no processo de avaliação e classificação orçamentária dos governos de cada país.

2.3.2. FMI

O FMI é uma organização de 189 países, que trabalha para promover a cooperação monetária global, garantir o equilíbrio financeiro, facilitar o comércio internacional, promover emprego e desenvolvimento econômico sustentável e diminuir a pobreza no mundo todo (FMI, 2020).

Desde a adoção, pelo FMI, do Código de Boas Práticas em Transparência Fiscal (1998) e a introdução de análises voluntárias das práticas de Transparência Fiscal em seus países membros, os resultados advindos da observação tem mostrado que a Transparência Fiscal tem sido importante para o gerenciamento eficaz das finanças públicas, e, com isso, os países têm apresentado uma governança melhor e reduzido a corrupção (FMI, 2018). Assim, com base nas informações encontradas no website do FMI, no *Fiscal Transparency Handbook* (2018), em seu Código de Boas Práticas em Transparência Fiscal (1998) e outros documentos, verifica-se

que o FMI como entidade tem como objetivo avaliar a Transparência Fiscal dos orçamentos a fim de que possa analisar e pontuar a qualidade do Orçamento Público.

Para o FMI (2018), a ausência de Transparência Fiscal pode afetar a prestação de contas e oferecer ocasiões para a apropriação indevida de fundos públicos – corrupção. Assim, o posicionamento de cidadãos e governos (confiança, análise da execução do orçamento) sobre como o dinheiro público é usado e como combater a pobreza e as desigualdades também exige maior transparência nas contas públicas (FMI, 2018).

Conforme o trabalho se desenvolve, visando o estudo da transparência pública, o FMI adapta o Código a fim de que se encaixe nos cenários econômicos globais que surgem ao longo do tempo. Exemplo disso é o Código de 2014 que reflete lições advindas da crise global e, além do Código de 2014, foi lançada uma nova ferramenta – *Fiscal Transparency Evaluations* (FTEs) – para auxiliar na avaliação das boas práticas (FMI, 2018).

A FTEs tem sido a principal ferramenta do FMI para análise e diagnóstico das práticas adotadas pelos países em relação aos padrões internacionais estabelecidos pelo Código de Boas Práticas (FMI, 2018).

Para o FMI (n.d.), a Transparência Fiscal faz-se necessária para que haja uma gestão e responsabilidade fiscal eficazes, uma vez que auxilia na garantia de ótima imagem das finanças do governo em que são incluídos os custos e benefícios das mudanças de política e os riscos para as finanças públicas; ajuda no fortalecimento da credibilidade dos planos fiscais de um país e dá sustentação à confiança do mercado e suas percepções a respeito da solvência fiscal. Além disso, fornece informações necessárias aos cidadãos, mercados e legislaturas para a responsabilização do governo.

O diagnóstico da Transparência Fiscal é realizado por meio da FTEs. Segundo o FMI (2018), FTEs têm um papel importante a exercer, munindo subsídios para a supervisão do FMI por meio da apresentação dos pontos fortes e fracos das estruturas institucionais de gestão das finanças públicas. A FTEs é realizada a pedido do país e é utilizada como apoio à capacitação e para a melhora da sua transparência fiscal, e o diagnóstico por meio da FTEs já foi realizado em 30 países (FMI, n.d.).

A respeito desse diagnóstico, de acordo com o FMI (n.d.), a análise da Transparência Fiscal por meio da FTEs envolve:

- A avaliação abrangente das práticas de Transparência Fiscal do país em relação ao Código de Transparência Fiscal;
- Avaliação das fontes de vulnerabilidade fiscal baseada em um conjunto de indicadores de transparência fiscal;

- Avaliação de todo o setor público;
- Identificação dos pontos fortes na Transparência Fiscal e das prioridades de reforma; e
- Recomendações dirigidas para a melhora da Transparência Fiscal por meio de um plano sequencial de melhoria.

A avaliação tem como base 4 (quatro) pilares utilizados pelo FMI e as práticas são classificadas em básicas, boas e avançadas conforme o atendimento às características e princípios das dimensões dos pilares. Estes pilares são demonstrados conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Pilares do Código de Transparência Fiscal (FMI)

I – Relatórios Fiscais	II – Previsão Fiscal e Orçamento	III – Análise e Gerenciamento de Risco Fiscal	IV – Gerenciamento da receita de recursos
Cobertura: Os relatórios fiscais devem fornecer uma visão abrangente das atividades fiscais do setor público e de seus subsetores, de acordo com os padrões internacionais.	Abrangência: as previsões fiscais e orçamentos devem fornecer uma visão abrangente das perspectivas fiscais.	Divulgação e análise de riscos: Os governos devem publicar relatórios resumidos regulares sobre riscos para suas perspectivas fiscais.	Propriedade e direitos dos recursos: promove uma estrutura legal sólida e práticas de divulgação para exploração e extração de recursos
Frequência e pontualidade: os relatórios fiscais devem ser publicados de maneira frequente, regular e oportuna.	Regularidade: Os poderes e responsabilidades dos ramos executivos e legislativos do governo no processo orçamentário deve ser definido em lei, e o orçamento deve ser apresentado, debatido, e aprovado de modo oportuno.	Gerenciamento de riscos: riscos específicos para as finanças públicas devem ser monitorados, divulgados e gerenciados regularmente.	Mobilização da receita de recursos: A concepção, implementação e administração do regime fiscal que consiste em impostos e instrumentos não tributários é fundamental para coletar receita do governo.
Qualidade: As informações nos relatórios fiscais devem ser relevantes, comparáveis internacionalmente e consistente interna e historicamente	Orientação das políticas: As previsões fiscais e orçamentos devem ser apresentados de uma maneira que facilite a análise e a responsabilização das políticas.	Coordenação Fiscal: As relações e o desempenho fiscal em todo o setor público devem ser analisados, divulgados e coordenados.	Utilização da receita de recursos: O pilar IV fornece um foco mais profundo na previsão e integração da receita de recursos no quadro orçamentário e na gestão dos fundos de recursos naturais.
Integridade: As estatísticas fiscais e as demonstrações financeiras devem ser confiáveis, sujeitas a escrutínio externo e facilitar a prestação de contas.	Credibilidade: As previsões fiscais e econômicas e os orçamentos devem ter credibilidade	---	Divulgação da atividade de recurso: Enfatiza relatórios claros e abrangentes sobre recursos naturais;

Fonte: Elaboração própria com base no Código de Transparência Fiscal (2014) e Manual de Transparência Fiscal do FMI (2018)

Analisando as informações constantes no Quadro 2, observa-se que o Pilar II aborda considerações sobre o Orçamento Público, foco do presente trabalho. Objetivamente, este pilar trata dos orçamentos e suas previsões fiscais subjacentes, visa o fornecimento de uma declaração clara dos objetivos orçamentários e das intenções políticas do governo, além de projeções abrangentes, oportunas e credíveis da evolução das finanças públicas. De acordo com FMI (2014), os pilares se dividem em dimensões que, por sua vez, são divididas e avaliadas de acordo com os princípios estabelecidos para cada aspecto e os 12 princípios deste pilar estão agrupados em quatro dimensões de previsões fiscais e orçamentos:

Abrangência – nesta dimensão são observadas a unidade orçamentária, as previsões macroeconômicas, o orçamento a médio prazo e os projetos de investimento. Os princípios são observados quanto à divulgação da documentação orçamentária contendo as receitas, despesas e financiamento das entidades do governo; projeções orçamentárias divulgadas e explicadas; resultados e projeções das receitas, despesas e financiamento no médio prazo; e as obrigações financeiras em projetos de investimento plurianuais, respectivamente (FMI, 2014).

Regularidade – dimensão que abrange os princípios da legislação fiscal e oportunidade dos documentos orçamentários. Os princípios verificam a definição do calendário orçamentário através da legislação, conteúdos fundamentais dos documentos orçamentários e a responsabilidade dos poderes executivo e legislativo no processo orçamentário; e a disponibilidade de tempo suficiente para análise e aprovação do orçamento anual pelo legislativo e pelo público, respectivamente (FMI, 2014).

Orientação das políticas fiscais – esta dimensão abrange os princípios dos objetivos da política fiscal, das informações sobre desempenho e da participação pública. Estes princípios observam se o governo declara e reporta objetivos para as finanças públicas de maneira clara; se a documentação orçamentária fornece informações sobre os fins e resultados obtidos em cada uma das principais áreas de políticas governamentais; e se o governo fornece acesso aos cidadãos sobre as implicações das políticas orçamentárias e dá oportunidade para participação nos debates orçamentários, respectivamente (FMI, 2014).

Credibilidade – nesta dimensão estão incluídos os princípios da avaliação independente, do orçamento complementar e da previsão. De acordo com os estes princípios, as previsões econômicas e fiscais juntamente com o desempenho governamental estão sujeitas à avaliação independente; as alterações no orçamento aprovado são autorizadas pelo legislativo; e as atualizações da documentação orçamentária esclarecem as previsões fiscais anteriores do governo, diferenciando o impacto fiscal de inovações políticas adotadas, respectivamente (FMI, 2014).

Para a avaliação, o FMI considera que a Transparência Fiscal refere-se às informações disponíveis ao público sobre o processo de formulação de políticas fiscais do governo. A Transparência Fiscal abrange as seguintes características: clareza, confiabilidade, frequência, pontualidade, e relevância do público fiscal de relatórios e a abertura de tais informações (FMI, 2018).

Considerando tais características inerentes à Transparência Fiscal adotada, o FMI traz as definições conforme constam no Quadro 3.

Quadro 3 - Características da Transparência Fiscal

Clareza	Facilidade com que os relatórios podem ser entendidos pelos usuários.
Confiabilidade	Extensão em que os relatórios são uma representação precisa das operações fiscais e financeiras do governo.
Frequência/Periodicidade	Regularidade com que os relatórios são publicados.
Pontualidade	Intervalo de tempo envolvido na divulgação dos relatórios.
Relevância	Medida em que os relatórios fornecem aos usuários as informações necessárias para tomar decisões eficazes.
Abertura	Facilidade em encontrar informações e responsabilizar os governos por suas decisões de política fiscal.

Fonte: Elaborado e adaptado com base em FMI (2018).

Com a finalidade de definir a qualidade do Orçamento Público e do processo orçamentário do país, o FMI verifica o cumprimento dos princípios desde o planejamento e elaboração até o controle do orçamento. Os princípios são caracterizados pelo nível de importância (baixa, média e alta) e avaliam a prática por parte do governo, ou seja, verifica se o governo cumpre ou não os princípios e se a prática é básica, boa ou avançada (FMI, 2017).

2.3.3. PEFA

O *Public Expenditure and Financial Accountability* (PEFA) teve início em 2001 com sete parceiros internacionais: Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e governos da França, Noruega, Suíça e Reino Unido. O programa começou como um meio de harmonizar a avaliação da Gestão das Finanças Públicas (GFP) entre as organizações parceiras. Assim, foi estabelecida a estrutura do PEFA, uma metodologia padrão para avaliações de diagnóstico de GFP e, desde 2001, o PEFA tornou-se o padrão reconhecido para avaliações de GFP (PEFA, n.d.).

O programa PEFA oferece um arcabouço a fim de avaliar e relatar os pontos fortes e fracos da gestão das finanças públicas (GFP), usando identificadores quantitativos para medir a *performance*. O PEFA foi projetado a fim de fornecer um instantâneo do desempenho do GFP

em determinados momentos, usando um procedimento que pode ser replicado em avaliações consecutivas, fornecendo um resumo das alterações ao longo do tempo. O programa é uma metodologia para avaliar o desempenho da gestão das finanças públicas. Ele identifica 94 características (dimensões) em 31 componentes-chave da gestão das finanças públicas (indicadores) em 7 grandes áreas de atividade (pilares) (PEFA, n.d.). A classificação dos pilares, dos componentes-chave e das dimensões são evidenciadas no Apêndice A.

Utilizando-se dos indicadores de desempenho e suas dimensões mencionados no Apêndice A, o PEFA realiza a avaliação do desempenho da Gestão de Finanças Públicas (GFP) que tem como objetivo garantir a implementação das políticas dos governos de acordo com o planejamento e atingir os objetivos. Para PEFA (2016), um sistema aberto e sistemático de GFP é um dos elementos facilitadores necessários para os resultados fiscais e orçamentários desejáveis, quais sejam:

- A **regra fiscal agregada** necessita de controle do orçamento total e gerenciamento de riscos fiscais;
- A **alocação estratégica de recursos** relaciona o planejamento e a execução do orçamento, conforme as prioridades do governo com finalidade de alcançar os objetivos das políticas; e
- A **prestação eficiente de serviços** solicita que as receitas orçadas sejam usadas para alcançar os melhores níveis de serviços públicos com os recursos disponíveis.

Sendo assim, o PEFA realiza a avaliação considerando que o sistema de GFP atual dá suporte à conquista de disciplina fiscal agregada, alocação estratégica de recursos e entrega eficiente de serviços. Essa avaliação envolve os sistemas, processos e instituições de GFP que são realizados de acordo com os padrões de desempenho nos pilares da GFP e estes pilares envolvem os indicadores que medem o desempenho operacional de elementos-chave do sistema GFP que podem ser verificados no Apêndice A (PEFA, 2016).

O PEFA avalia se o sistema GFP atende às especificações e possuem os elementos necessários de cada dimensão, onde são atribuídas classificações de A a D em que A significa que atendem ao maior número de especificações e elementos necessários para a pontuação e D atendem o mínimo ou nada dos requisitos que estão disponíveis no Apêndice A (PEFA, 2016). O PEFA realiza apenas a avaliação por país, ou seja, não elabora um ranking de países conforme suas classificações.

Dentre os pilares apresentados no Apêndice A, é possível inferir que os pilares 1 - credibilidade do orçamento, 2 – transparência das finanças públicas, 4 - estratégia fiscal e orçamentação baseadas em políticas e 6 - contabilidade e relatórios estão diretamente ligados

ao objetivo determinado para esta pesquisa. Lembrando que este trabalho visa identificar o nível de Transparência Orçamentária e sua relação com a situação fiscal do país, logo, a análise do Orçamento Público considerando os pilares citados anteriormente, permitirá essa identificação.

2.3.4. IBP

International Budget Partnership (IBP) é uma organização independente, sem fins lucrativos e conta com a colaboração de vários atores - incluindo a sociedade civil, atores estatais, instituições internacionais e o setor privado – com a finalidade de incentivar cidadãos a participarem de processos orçamentários abertos e inclusivos para moldar políticas e práticas que promovem a igualdade e a justiça de forma sustentável. O objetivo final do IBP é garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira mais eficaz para combater a pobreza e promover o desenvolvimento justo e sustentável em países ao redor do mundo (IBP, 2020).

Para o IBP o Orçamento Público é uma expressão de valores sociais que visam reduzir a pobreza e a desigualdade. Neste sentido, traz que os cidadãos têm o direito de entender e influenciar como o dinheiro público é arrecadado e gasto. E, por fim, entende que os processos de tomada de decisão sobre Orçamento Público incluem espaços para deliberação e engajamento público significativos, inclusive pelas comunidades pobres e marginalizadas mais afetadas pelas decisões orçamentárias (IBP, 2020).

Para realizar a avaliação dos orçamentos dos países, o IBP utiliza-se do Índice de Orçamento Aberto (IOA) que é, segundo o IBP, uma medida singular comparativa e independente do mundo em termos de Transparência Orçamentária do governo central. Aos países que fazem parte da Pesquisa do Orçamento Aberto é atribuída uma pontuação de transparência totalizando 100 pontos, em que são usadas perguntas que avaliam a quantidade e a oportunidade das informações orçamentárias disponibilizadas ao público, pelo governo, em oito importantes documentos orçamentários de acordo com os padrões internacionais de boas práticas e encontram-se elencados no Apêndice B. De acordo com a pontuação obtida ocorre a classificação dos países dentro do Índice. Cada país recebe uma pontuação entre 0 e 100 que determina sua classificação (IBP, 2020).

De acordo com o Índice de Orçamento Aberto de 2019 elaborado para o Brasil, para a realização da pesquisa sobre o orçamento são consideradas características de transparência a participação pública e a fiscalização orçamentária (IBP, 2019). A pesquisa realizada sobre o Orçamento Aberto se utiliza de critérios aceitos internacionalmente e que são desenvolvidos

por entidades multilaterais, tais como Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Internacional de Instituições de Auditoria Suprema (INTOSAI) e a *Global Initiative for Fiscal Transparency* (GIFT).

2.3.5. Discussão das abordagens de avaliação do Orçamento Público

Para fins de realização desta pesquisa considerou-se processos de avaliação orçamentária realizados por instituições reconhecidas internacionalmente e, portanto, podem servir de referência para os resultados aqui apresentados. Nesta seção, buscou-se comparar as metodologias de avaliação utilizadas por essas instituições a fim de verificar se há, portanto, a possibilidade de comparação entre elas ou se elas se complementam.

Conforme apresentado anteriormente, as instituições aqui apresentadas, fazem avaliações de qualidade orçamentária, transparência fiscal, qualidade de vida, situação fiscal, entre outras. E, por isso, o objetivo é compará-las e verificar se os resultados apresentados por cada uma têm alguma correlação com os resultados apresentados pelas outras.

A fim de permitir tal comparação, elaborou-se o Quadro 4 onde pode-se verificar as metodologias resumidas e as suas comparações. É possível, também, verificar as características existentes nas avaliações de cada instituição.

Quadro 4 - Comparação de Metodologias

Aspecto Orçamentário	OCDE	FMI	PEFA	IBP
Análise Institucional	•	⊙	•	⊙
Regras Fiscais	•	•	•	⊙
Gastos de Médio Prazo	•	•	•	⊙
Flexibilidade Orçamentária	•	⊙	⊙	⊙
Orçamento Complementar	•	•	•	⊙
Vinculação Orçamentária	•	⊙	⊙	⊙
Transparência Orçamentária	•	•	•	•
Participação Pública	•	•	•	•
Legendas				
•	Aspecto analisado			
⊙	Aspecto não analisado			

Fonte: Elaboração própria

Ao observar o Quadro 4, verifica-se que a análise realizada pela OCDE mostra-se mais abrangente e completa, uma vez que considera um maior número de aspectos relacionados à avaliação do Orçamento Público. Tal comparação também permite concluir que aspectos como a Transparência Orçamentária e a Participação Pública são avaliadas por todas as instituições que fazem avaliações a respeito do orçamento.

Conforme FMI (2018), IBP (2019), OCDE (2020) e PEFA (2021), a Transparência Orçamentária é fundamental para que aumente a confiança entre governo e cidadãos, uma vez que a divulgação dos dados orçamentários permite analisar como os recursos públicos estão sendo gastos e investidos. E tratando-se da participação pública, este é um meio de mobilizar a sociedade para que, possivelmente, haja alinhamento do orçamento com as prioridades políticas e sociais (FMI, 2018; IBP, 2019; OCDE, 2020).

De acordo com Avarte (2004), a TEP traz que o indivíduo escolhido pelo grupo para o representar é responsável por tomar decisões levando em consideração as vontades, desejos e necessidades do grupo que o elegeu. Sendo assim, ressalta-se a importância da avaliação da participação pública por todas as instituições analisadas neste estudo. Porém, este indivíduo toma decisões com base nas suas próprias crenças e desejos e, uma vez que a escolha pública afeta a coletividade no que se refere aos bens públicos (AVARTE, 2004), torna-se viável avaliar a aplicação dos recursos públicos através dos dados disponibilizados pela Transparência Orçamentária.

Observando o fato de todas as entidades avaliarem o aspecto da Transparência Orçamentária, este estudo analisará a Transparência Orçamentária através da pontuação fornecida pelo IBP devido à regularidade da publicação e pela disponibilização dos resultados através de *ranking* dos países avaliados. Os estudos apresentados ao longo desta pesquisa relacionam, separadamente, o aspecto da Transparência Orçamentária com indicadores fiscais, econômicos e de qualidade de vida, portanto este estudo apresenta todos os indicadores abrangendo um número maior de países.

Para Abraham (2015), no Brasil a Transparência Fiscal tem se destacado considerando a aplicação da LRF, principalmente na divulgação para acesso público onde todo e qualquer cidadão possa observar as informações atualizadas a respeito do orçamento executado e fiscalizar as aplicações dos recursos públicos.

2.4. Indicadores da Situação Fiscal e Econômica

A situação fiscal e econômica de um país pode ser resumida por indicadores agregados como Resultado Primário, Dívida Bruta, PIB *per Capita* e Inflação. Conforme Bacen (2019), dívida pública é o somatório de todas as dívidas adquiridas pelo Governo Federal com o intuito de financiar o déficit orçamentário.

O Banco Central do Brasil (2019) define a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como sendo o montante das dívidas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais perante os setores privado e público financeiro mundial. Inclui-se também as operações realizadas com títulos públicos pelo Bacen, pois apresentam a relação da dívida do Tesouro Nacional; porém, não são incluídos os débitos das empresas estatais das três esferas do governo.

De acordo com o Manual de Estatísticas Fiscais do Boletim Resultado do Tesouro Nacional de 2016, o resultado nominal é um conceito bem abrangente pois refere-se à diferença entre as receitas totais e as despesas totais em um determinado período, considerando aplicações financeiras e despesas com juros. O resultado dessa diferença refere-se à necessidade de financiamento do governo. O resultado primário de um país refere-se ao resultado nominal obtido desconsiderando-se os juros nominais que incidem sobre a dívida líquida. Os juros nominais são entendidos como os juros reais somados à atualização monetária. Neste caso, ao confrontar a receita líquida com a despesa líquida pode-se obter como resultado superávit (receita maior que despesa) ou déficit (despesa maior que receita) primário (STN, 2016).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (n.d.), há um conjunto de indicadores econômicos que auxiliam na mensuração da situação econômica do país. E, para este estudo serão utilizados os indicadores de PIB *per capita* e Inflação por estarem em consonância com os estudos analisados e a possível relação entre a Transparência Orçamentária e os dois indicadores econômicos utilizados.

De acordo com o FMI (2021), a seguir são apresentadas as definições para os indicadores fiscais e econômicos utilizados neste estudo:

Resultado Primário: Ponderação entre receitas primárias e despesas primárias. Também chamado de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP). É apresentado como proporção do PIB (porcentagem);

Dívida Bruta: Montante de dívidas (principal e/ou juros) incluídos os passivos de dívida na forma de direito especiais de saque, moeda e depósitos, títulos de dívida, empréstimos,

seguros, pensões e esquemas de garantia padronizados e outras contas a pagar. Mensurado em relação ao PIB (porcentagem);

PIB per capita: Os dados são encontrados dividindo-se o PIB pela população total. Leva-se em conta a paridade do poder de compra (ppp) e, no caso deste estudo, tem como parâmetro o dólar internacional de 2017; e

Inflação: Preços médios ao consumidor, cuja variação é mensurada em percentual ao ano.

2.5. Indicadores de Qualidade de Vida

O termo qualidade de vida é amplo e subjetivo, pois de acordo com a OMS (n.d.) a subjetividade se deve ao fato de que cada indivíduo tem a sua própria percepção dessa qualidade considerando fatores como cultura, sistema de valores, metas, perspectivas, padrões e preocupações. Ou seja, cada indivíduo analisa as dimensões relacionadas à sua qualidade de vida e dá a elas a importância que julgar necessária.

Para relacionar a percepção de qualidade de vida individual com a Transparência Orçamentária, faz-se menção à Teoria da Escolha Pública uma vez que o indivíduo ou grupo de indivíduos escolhem seu representante com base em suas promessas e propostas para a sociedade como um todo. O representante eleito torna-se responsável pelas decisões que envolvem o grupo, considerando fatores coletivos e bens públicos, mesmo que suas decisões sejam tomadas com base nas informações a que tem acesso e a seus próprios interesses (BUCHANAN; TULLOCK, 1958, STIGLITZ, 2000; AVARTE, 2004).

Uma das formas de se avaliar a qualidade de vida nos países é por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido por Mahbub ul Haq e Amartya Sen com o objetivo de ser uma medida geral para o desenvolvimento humano, além do ponto de vista do Produto Interno Bruto (PIB) de um país que considera apenas o aspecto econômico do desenvolvimento. O IDH mede o desenvolvimento de cada país considerando três dimensões: renda, saúde e educação (ONU, 2019).

Segundo a ONU (n.d.), o IDH é um índice baseado em três pilares (saúde, educação e renda) e sua mensuração considera os seguintes aspectos:

- Vida longa e **saudável** é mensurada pela expectativa de vida da população;

- Acesso à **educação** mede-se através dos anos médios de educação dos adultos (a partir dos 25 anos) e a vida escolar das crianças considerando a expectativa de anos de escolaridade; e
- **Padrão de vida** mede-se pela Renda Bruta Nacional *per capita* observando o poder de paridade de compra constante (dólar).

O IDH contempla indicadores de desenvolvimento humano ajustado à desigualdade (IDHAD), índice de desigualdade de gênero (IDG) e índice de pobreza multidimensional (IPM) (ONU, n.d.).

Os aspectos dos indicadores contemplados no IDH encontram-se no Quadro 5, abaixo.

Quadro 5 - Indicadores Contemplados no IDH

Indicador	Aspectos
IDHAD	É uma medida que, diferente do IDH, considera a desigualdade das dimensões do IDH e desconta o valor médio de cada uma das dimensões conforme o grau de desigualdade.
IDG	Leva em consideração as desigualdades de gênero em três dimensões: <ul style="list-style-type: none"> ● Saúde reprodutiva: taxas de mortalidade materna e fertilidade entre as adolescentes; ● Autonomia: proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e educação secundária ou superior por gênero; e ● Atividade econômica: taxa de participação no mercado de trabalho por cada gênero.
IPM	Identifica as privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ONU (n.d.).

Após análise das informações apresentadas no Quadro 5, verifica-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considera e se utiliza de 3 (três) outros indicadores em sua composição.

Contudo, o IDH não abrange todos os aspectos da qualidade de vida, pois de acordo com o estudo realizado por Bueno (2007) foram analisados alguns estudos que avaliam o IDH a fim de verificar a sua correta aplicação. Após estudos e aplicação de teorias, o autor conclui que existem vários erros e acertos na análise e interpretação dos resultados apresentados pelo índice.

Para Bueno (2007) os erros resultam do uso de dados poucos seguros, extrema dependência do IDH em relação ao PIB (ignorando outros fatores) e a presunção de que o IDH significa desenvolvimento humano. Como acertos, o autor cita o significado que o IDH tem para a formulação de programas, para se refletir acerca das reais condições sociais vividas por uma sociedade e a relação de uma sociedade com outra. Por fim, o estudo sugere que se estabeleça um indicador que possa medir o nível de empregabilidade dos cidadãos ativos economicamente por país.

O estudo de Al-Hilani (2012) traz estudos que se posicionam a favor e contra o IDH devido às suas características, entretanto, os achados do autor foram suficientes para que considerasse o IDH como um indexador confiável.

Al-Hilani (2012) aponta o IDH como um dos indicadores mais conhecidos, pois fornece informações a respeito da educação, saúde e outras além da renda. O autor aponta ainda que, apesar das críticas a respeito do IDH e das deficiências que este índice apresenta, o IDH tem fornecido análises de modo confiável pois fornece uma visão concreta a respeito do desenvolvimento humano.

2.6. Estudos Anteriores sobre Transparência Orçamentária e Indicadores de Situação Fiscal, Situação Econômica e de Qualidade de vida

Nesta seção são apresentados estudos anteriores sobre Transparência Orçamentária e Indicadores de Situação Fiscal, Situação Econômica e de Qualidade de vida que auxiliaram na definição das variáveis utilizadas na presente pesquisa e permitiram que a análise dos resultados ocorresse de modo comparativo. Os estudos apresentados fazem análise da relação entre Transparência Orçamentária e os Indicadores de Situação Fiscal, Situação Econômica e de Qualidade de Vida separadamente, ou seja, não foram encontrados estudos que busquem relacionar todos os indicadores utilizados nesta pesquisa.

O estudo de Dabla-Norris et al (2010) analisa os dados aplicando indicadores como o PEFA, IBP, ROSC (FMI), também abordado no presente estudo, e fazem uma crítica aos indicadores do PEFA, pois, para os autores, apresentam uma imagem incompleta devido às complexas dimensões das instituições orçamentárias. No decorrer do estudo, os autores apontam fenômenos que impactam a natureza do processo orçamentário e a qualidade de seus resultados:

- Fenômeno *common pool*: surge quando ocorre a competição por recursos públicos entre os diversos tomadores de decisões do processo orçamentário (legisladores, ministros, etc.), porém não há a internalização dos custos das escolhas tomadas (WEINGAST; SHEPSLE; JOHNSEN, 1981; VELASCO, 1999); e
- Fenômeno da Agência: ocorre devido à assimetria de informação e não há compatibilidade de incentivos entre eleitores e o governo e dentro do próprio governo que acabam influenciando a alocação dos recursos orçamentários.

Dabla-Norris et al (2010) apontam que Alesina et al. (1999) foram os primeiros a medir a qualidade das instituições orçamentárias em países em desenvolvimento. Para os autores a

transparência e grande cobertura do processo orçamentário colaboram, mesmo quando as instituições orçamentárias não são fortes ou possam ser deixadas de lado. Os autores ainda relatam a divisão do processo orçamentário em três fases que consistem em planejamento e negociação, aprovação e implementação.

Considerando a divisão do processo orçamentário, Dabla-Norris et al (2010) identificam que para cada fase do processo existem cinco categorias: a) procedimentos *top-down*, b) regras e controles, c) sustentabilidade e credibilidade, d) abrangência e e) transparência.

Para cada fase do processo orçamentário é necessário que sejam verificadas e satisfeitas cada uma das cinco dimensões. Tal estrutura facilita uma análise bidimensional dos estágios orçamentários e categorias que analisam diversos aspectos da qualidade orçamentária (DABLA-NORRIS et al, 2010).

Os resultados apresentados no estudo indicam que países que possuem boas instituições orçamentárias, ou seja, leis orçamentárias equilibradas, apresentam um bom desempenho orçamentário e uma boa situação fiscal. De acordo com Alesina et al (1999), as instituições orçamentárias são compostas pelo conjunto de regras e regulamentos que servem de base para a elaboração, aprovação e execução dos orçamentos. Neste sentido, Dabla-Norris et al (2010), apontam a evidência de que há relação entre as instituições orçamentárias e o desempenho fiscal (déficit, dívida, ...) em países de baixa renda.

Entre os métodos e instrumentos para análise de aspectos orçamentários, Arbatli e Escolano (2015) escolheram analisar os *Reports on the Observance of Standards Codes* (ROSCs) ou Relatórios sobre a Observância de Normas e Códigos (RONCs) e *Open Budget Index* (OBI) ou Índice de Orçamento Aberto (IOA), que são elaborados pelo FMI e IBP, respectivamente.

De acordo com o FMI (n.d) os RONCs são relatórios produzidos e divulgados pelo FMI e/ou Banco Mundial a pedido dos países e demonstram como os países aplicam padrões e códigos reconhecidos internacionalmente. Foram reconhecidas 12 áreas e padrões considerados úteis para o FMI e o Banco Mundial: contabilidade; auditoria; combate à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo; supervisão bancária; governança corporativa; divulgação de dados; transparência fiscal; insolvência e direitos do credor; supervisão de seguros; transparência da política monetária e financeira; sistemas de pagamentos; e regulação de valores mobiliários. Estes relatórios são utilizados no auxílio às discussões políticas institucionais englobando as autoridades nacionais e o setor privado para avaliar os riscos (FMI, n.d.).

Arbatli e Escolano (2015) apresentam em sua pesquisa dois métodos para avaliação de aspectos do orçamento que entendem por avaliar a qualidade orçamentária. Os autores percebem e concluem que a correlação entre o índice RONC e o IOA é alta, permitindo inferir que tais índices são consistentes entre si e conseguem capturar de maneira semelhante a transparência fiscal.

Relacionando a qualidade orçamentária com a situação fiscal, Arbatli e Escolano (2015) apresentam em seu trabalho um estudo a fim de se verificar e relacionar transparência fiscal, desempenho fiscal e avaliação de crédito. Para a realização do estudo, os autores fazem uso de índice baseado nos relatórios do FMI para medir a transparência fiscal. E, por fim, após a realização da pesquisa, verifica-se que a Transparência Fiscal exerce efeito positivo sobre as classificações de crédito, permitindo uma melhora no desempenho fiscal (ARBATLI; ESCOLANO, 2015).

Arbatli e Escolano (2015) verificam que a Transparência Orçamentária e fiscal das instituições orçamentárias exerce influência significativa sobre a situação fiscal dos países. Os resultados do estudo mencionado apontam para um dos objetivos definidos nesta pesquisa, qual seja: verificar se a Transparência Orçamentária possui relação com a situação fiscal do país.

O estudo realizado por De Renzio, Gomez e Sheppard (2005) verifica a relação entre a Transparência Fiscal e a qualidade de vida (medida por indicadores) e apresenta resultados que mostram a existência de tal relação. Os autores verificaram que países com maior grau de Transparência Orçamentária apresentam IDH mais alto do que os países com menor grau de transparência. Nos estudos apresentados verifica-se a necessidade de que haja melhora na Transparência Fiscal dos países em estudo para que haja melhorias na governança de cada país.

Corroborando com o resultado encontrado pelos autores acima, Fomina e Vynnychenko (2017) realizaram um estudo para determinar a relação entre os índices de Transparência Fiscal e indicadores de desenvolvimento dos países. Ao todo foram analisados 36 (trinta e seis) países com as mais altas pontuações de Transparência Orçamentária de acordo com o IOA e verificaram que os indicadores de orçamento que são influenciados pela Transparência Orçamentária apresentam variação de país para país. Os autores também verificaram que a Transparência Orçamentária influencia a redução da dívida pública.

A pesquisa de Fukuda-Parr, Guyer e Lawson-Remer (2011) teve como objetivo explorar a relação entre a qualidade do processo orçamentário e os resultados apresentados a respeito do desenvolvimento humano do país. Para isso, analisaram a relação entre o IOA, o IDH e outros indicadores de desenvolvimento humano.

Ao realizarem testes de correlação entre os índices de Transparência Orçamentária e qualidade de vida, os autores conseguem verificar que a Transparência Orçamentária, medida pelo IBP através do IOA, apresenta correlação positiva e significativa com vários resultados apresentados para o desenvolvimento humano, como o IDH. Por fim, Fukuda-Parr, Guyer e Lawson-Remer (2011) concluem que os países que possuem altos níveis de Transparência Orçamentária têm tendência de alcançar resultados positivos para o desenvolvimento humano.

O Quadro 6 traz outros estudos aplicados que relacionam a Transparência Orçamentária com a situação fiscal, econômica e qualidade de vida nos países.

Quadro 6 - Estudos Aplicados em Transparência Orçamentária, Situação Fiscal, Econômica e Qualidade de Vida (continua)

Autor (ano)	Objetivo	Método e Dados	Variáveis, Amostra e Período	Principais Resultados
Alesina <i>et al</i> (1999)	Explicar as diferenças entre as situações fiscais dos países, observando o processo orçamentário. Para os autores, a transparência e o controle orçamentários devem promover a disciplina fiscal, definida como déficits médios baixos.	Os dados foram analisados através de regressão econométrica. Para a composição do Resultado fiscal a ser analisado, os autores utilizam em sua composição variáveis <i>dummies</i> (catástrofes naturais e guerras, países com média acima do valor do índice, países com valor médio do índice na faixa intermediária), crescimento do PIB, Pagamento de Juros da dívida em proporção do PIB, Parcela da população com mais de 65 anos, dívida externa em relação ao PIB, crescimento de consumo, taxas de termos de comércio, parcela da população com menos de 15 anos.	Explicativa: Resultado Fiscal Dependente: Déficit Primários / PIB (a razão dos déficits primários do governo central sobre o PIB) Amostra: 20 países da ALC Período: 1980 - 1992	Verificou-se que os procedimentos orçamentários e as instituições orçamentárias exercem influência significativa sobre os resultados fiscais
Filc e Scartascini (2004)	Verificar se as instituições orçamentárias podem explicar os resultados fiscais.	Utilizou-se regressão econométrica para análise dos dados. Analisaram-se dados sobre Práticas e Procedimentos Orçamentários da OCDE e Banco Mundial, através de índice contendo regras fiscais, procedimentos hierárquicos e procedimentos de transparência.	Mesmas variáveis utilizadas por Alesina <i>et al</i> (1999) Amostra: América Latina e Países desenvolvidos Período: 2000 - 2002	Regras fiscais e os procedimentos orçamentários afetam os resultados fiscais. Países onde os processos orçamentários são limitados por regras fiscais que estabelecem limites tendem a apresentar déficits primários mais baixos.

Quadro 6 - Estudos Aplicados em Transparência Orçamentária, Situação Fiscal, Econômica e Qualidade de Vida (continuação)

Autor (ano)	Objetivo	Método e Dados	Variáveis, Amostra e Período	Principais Resultados
Dabla-Norris <i>et al.</i> (2010)	Apresentar índices multidimensionais de qualidade das instituições orçamentárias em países de baixa renda.	Através de cálculos econométricos foram realizadas análises descritivas dos indicadores a fim de verificar os componentes das instituições orçamentárias	<p>Explicativa: O crescimento econômico real (crescimento, o log do PIB per capita inicial em 2002 dummy para países altamente endividados, uma dummy para os países exportadores de petróleo e a relação dívida / PIB inicial, a soma das exportações e importações com o PIB.</p> <p>Dependente: Crescimento das despesas do governo central</p> <p>Amostra: Países de baixa renda identificados na lista do FMI de países elegíveis para a Redução da Pobreza e Crescimento (PRGT) no final de dezembro de 2009</p> <p>Período: 2009</p>	Verificou-se que as instituições orçamentárias com maior significância estão relacionadas ao planejamento e implementação orçamentários e voltadas à sustentabilidade, abrangência e Transparência Orçamentária.
Alt, Lassen e Rose (2006)	Investigar os fatores determinantes da Transparência Orçamentária nos estados dos Estados Unidos da América.	Foram utilizados dados em painel sobre a evolução da transparência dos procedimentos orçamentários para explorar as características políticas e econômicas da transparência fiscal.	<p>Explicativa: Competição política, o déficit e a dívida, e as receitas gerais, renda real per capita, renda ao quadrado, tamanho da população, população ao quadrado, porcentagem de idosos e porcentagem em idade escolar</p> <p>Dependente: Transparência Orçamentária</p> <p>Amostra: Estados Unidos da América</p> <p>Período: 1972 – 2002</p>	Inferiu-se que a Transparência Orçamentária tem integrado as tentativas de reforma de governança do setor público e as análises sugerem que os resultados da política fiscal influenciam o nível de transparência.

Quadro 6 - Estudos Aplicados em Transparência Orçamentária, Situação Fiscal, Econômica e Qualidade de Vida (continuação)

Autor (ano)	Objetivo	Método e Dados	Variáveis, Amostra e Período	Principais Resultados
Benito, Guillamon e Bastida (2016)	Analisar os fatores que determinam o custo da dívida, considerando a crise econômica da época (2008).	Análise econométrica de dados de transparência, indicadores fiscais e análise de qualidade de crédito levando em consideração o impacto no custo da dívida.	<p>Explicativa: Indicadores financeiros (Crescimento real do PIB, saldo primário do governo geral, saldo em conta corrente, investimento bruto, taxa de desemprego, índice de Transparência Orçamentária, índice de corrupção, confiança pública na honestidade financeira dos políticos, avaliação de qualidade de crédito)</p> <p>Dependente: Taxa de juros efetiva</p> <p>Amostra: Países Membros da OCDE e BRICS</p> <p>Período: 2008 e 2012</p>	Os resultados indicam que as medidas relacionadas à Transparência Orçamentária afetaram de forma negativa a taxa de juros nos mercados financeiros, ou seja, uma maior transparência impacta em um menor custo da dívida.
McNab e Wilson (2018)	Examinar se os valores culturais exercem influência significativa sobre a Transparência Orçamentária.	Análise econométrica considerando os dados disponíveis do IOA, dados para cultura nacional das dimensões culturais de Hofstede, o Projeto de Pesquisa de Liderança Global e Eficácia Comportamental e a Pesquisa de Valores Mundiais	<p>Explicativa: Cultura, PIB <i>per capita</i>, Democracia</p> <p>Dependente: Transparência Orçamentária</p> <p>Amostra: 40 países</p> <p>Período: 2015</p>	Os autores verificaram que a cultura nacional influencia a Transparência Orçamentária do país
Cimpoeru e Cimpoeru (2015)	Verificar a relação entre os índices de Transparência Orçamentária, PIB <i>per capita</i> e controle de corrupção.	Análise econométrica considerando dados de controle de corrupção, Transparência Orçamentária e PIB <i>per capita</i> , disponíveis para os países considerados no estudo.	<p>Explicativa: PIB <i>per capita</i>, Transparência Orçamentária</p> <p>Dependente: Corrupção</p> <p>Amostra: 59 países avaliados desde 2006 a 2012 pelo IBP</p> <p>Período: 2006, 2008, 2010 e 2012</p>	Verificou-se uma relação causal forte entre a Transparência Orçamentária e o PIB <i>per capita</i> .

Quadro 6 - Estudos Aplicados em Transparência Orçamentária, Situação Fiscal, Econômica e Qualidade de Vida (continuação)

Autor (ano)	Objetivo	Método e Dados	Variáveis, Amostra e Período	Principais Resultados
Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)	Destacar a importância da Transparência Orçamentária para a melhoria do desenvolvimento humano pois, a literatura, preferencialmente, considera apenas termos econômicos.	Análise através de regressão econométrica utilizando dados do IBP, da ONU e da base de dados do banco mundial.	Explicativa: Transparência Orçamentária, Inflação, PIB, Investimento, desigualdade, fraude, fragmentação de partidos políticos Dependente: IDH Amostra: 110 países Período: 2008, 2010, 2012, 2015 e 2017	Os resultados indicam que um alto nível de Transparência Orçamentária afetaria o desenvolvimento humano de maneira positiva.
Fomina e Vynnychenko (2017)	Determinar a relação entre os índices de Transparência Fiscal e os indicadores de desenvolvimento dos países	Análise por modelo econométrico considerando dados referentes a Transparência Orçamentária, renda per capita, nível de desenvolvimento econômico e liberdade econômica.	Explicativa: Análise de Crédito, IDH e Competitividade Global Dependente: Transparência Orçamentária Amostra: 36 países selecionados com a mais alta pontuação de Transparência Orçamentária (IOA) Período: 2006, 2008, 2010, 2012 e 2015	Verificou-se que os principais indicadores orçamentários influenciados pela transparência variam entre os países. O índice de Orçamento Aberto provoca redução da dívida pública e aumenta a parcela da despesa pública.
Montes e Lima (2018)	Avaliar se a Transparência Fiscal afeta a Inflação, a volatilidade da Inflação, as expectativas de Inflação e a volatilidade esperada da Inflação.	Foram utilizados dados em painel para verificar o efeito da transparência sobre a Inflação.	Explicativa: Transparência Orçamentária Dependente: Inflação e Expectativa de Inflação Amostra: 82 países (14 economias desenvolvidas e 68 economias em desenvolvimento) Período: 2006 – 2014	Analisando o efeito da transparência fiscal, os resultados mostram que maior Transparência Fiscal gera expectativas de menor Inflação e menor volatilidade nas expectativas de Inflação

Quadro 6 - Estudos Aplicados em Transparência Orçamentária, Situação Fiscal, Econômica e Qualidade de Vida (conclusão)				
Autor (ano)	Objetivo	Método e Dados	Variáveis, Amostra e Período	Principais Resultados
Violeta (2015)	Verificar a relação entre o IDH e a Transparência Orçamentária e o controle de corrupção.	Análise através de regressão econométrica utilizando os dados disponíveis sobre o IDH, a Transparência Orçamentária e o índice de controle de corrupção.	<p>Explicativa: Transparência Orçamentária e Controle de corrupção</p> <p>Dependente: IDH</p> <p>Amostra: Países com avaliação de IDH e com avaliação de IOA em 2012 – 100 países</p> <p>Período: 2012</p>	Verificou-se que a Transparência Orçamentária e o índice de controle de corrupção afeta positivamente o índice de desenvolvimento humano dos países.

Fonte: Elaborado pelo autor

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresentam-se os métodos utilizados para a realização da pesquisa e cumprir o objetivo estabelecido de analisar se existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal (resultado primário e Dívida Bruta), situação econômica (PIB *per capita* e Inflação) e de qualidade de vida (IDH).

Os dados contemplam informações de 99 países para os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019. Esta abrangência de países e a utilização de um conjunto de dados recente representa uma das contribuições do presente trabalho, já que não se encontrou no levantamento bibliográfico realizado estudos com essa abrangência de países ou de período de tempo.

Outro aspecto é de que o presente estudo faz uso de variáveis já utilizadas em outros trabalhos, mas que ainda não haviam sido estudadas em conjunto.

3.1. Dados

Tendo em mente a discussão teórica da Teoria da Escolha Pública sobre os desafios da escolha coletiva e o papel do Estado de promover o bem-estar social, adotou-se como conjunto de indicadores do bem-estar social a situação fiscal, a situação econômica e o IDH.

A qualidade da situação fiscal de um país pode ser avaliada pelos indicadores de resultado fiscal e de endividamento, como discutido no referencial teórico. Quanto mais superavitária for a relação entre receitas e despesas e quanto menor foi a dívida pública, maior o espaço fiscal, isto é, maior a capacidade do Estado assumir novas despesas. Representa a capacidade do país executar as suas políticas fiscais no presente e no futuro (BARROS FILHO; CÔRTEZ E NOGUEIRA, 2020), afetando a oferta de bem-estar para a população no presente e no futuro.

A qualidade de vida é algo amplo e de difícil mensuração, mas pode ser mensurada pelo nível de riqueza da população (PIB *per capita* e Inflação) e pela situação em relação à renda, educação e saúde (IDH), como também discutido anteriormente.

Assim, as variáveis consideradas no presente estudo são: Transparência Orçamentária, resultado fiscal, dívida pública, PIB *per capita*, Inflação e IDH, como identificado no Quadro 7.

Quadro 7 - Variáveis utilizadas

Variável	Descrição	Fonte
IOA	Índice de Orçamento Aberto – Transparência Orçamentária	IBP - Open Budget Survey – Data Explorer.
Resultado Primário	Porcentagem do resultado considerando o PIB (Moeda Nacional).	FMI (2021) - World Economic Outlook Database
Dívida Bruta	Porcentagem da dívida considerando o PIB (Moeda Nacional).	FMI (2021) - World Economic Outlook Database
PIB <i>per capita</i>	Esta variável considera a paridade do poder de compra com base no dólar internacional de 2017.	FMI (2021) - World Economic Outlook Database
Inflação	Expresso em porcentagens anuais de preços médios ao consumidor, com variações percentuais.	FMI (2021) - World Economic Outlook Database
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano que considera vários aspectos tais como pobreza, desemprego, mortalidade, educação, entre outros.	ONU - Human Development Index (HDI).

Fonte: Elaboração própria.

Outros estudos avaliaram a questão da Transparência Orçamentária em relação a um conjunto grande de variáveis, como ilustrado no Quadro 8, conforme discutido na seção de revisão de literatura.

Quadro 8 - Variáveis associadas à Transparência Orçamentária nos estudos pesquisados

Variável	Referência
Resultado Primário	Alesina <i>et al.</i> (1999), Filc e Scartascini (2004) e Dabla-Norris <i>et al.</i> (2010)
Dívida Bruta	Alt, Lassen e Rose (2006) e Benito, Guillamon e Bastida (2016),
PIB <i>per capita</i>	Alesina <i>et al.</i> (1999), Filc e Scartascini (2004), Dabla-Norris <i>et al.</i> (2010), Alt, Lassen e Rose (2006), Benito, Guillamon e Bastida (2016), McNab e Wilson (2018), Cimpoeru e Cimpoeru (2015) e Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)
Inflação	Benito, Guillamon e Bastida (2016), Montes e Lima (2018) e Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)
IDH	Fomina e Vynnychenko (2017), Violeta (2015) e Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)

Fonte: Elaboração própria com base nos estudos analisados.

Observando-se o Quadro 8 constata-se que, entre os estudos analisados, há maior concentração de estudos envolvendo a variável PIB *per capita*. Verifica-se também que os estudos pesquisados analisam outras variáveis presentes neste estudo, porém de forma separada. Sendo assim, é contribuição do presente trabalho fazer a análise em conjunto das variáveis resultado primário, Dívida Bruta, PIB *per capita*, Inflação e IDH, representando de maneira ampla a situação fiscal, econômica e de qualidade de vida.

A pesquisa teve como fonte de informação a base de dados do FMI, ONU e IBP. Junto ao FMI foi possível obter informações por país a respeito do PIB *per capita*, Inflação, Resultado Primário e Dívida Bruta, junto à ONU obteve-se informações a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a pontuação dos países em relação ao Índice de Orçamento Aberto (IOA) foi obtido junto ao IBP.

Entre as avaliações orçamentárias abordadas no decorrer desta pesquisa, escolheu-se a avaliação do IBP (IOA) que avalia a Transparência Orçamentária. Esta escolha foi motivada pela regularidade na publicação dos resultados de avaliação e porque é elaborado um *ranking* da Transparência Orçamentária dos países, com a atribuição de uma nota numérica, facilitando comparações e análise quantitativa.

Considerando a base de dados do FMI, havia um total de 195 (cento e noventa e cinco) países com dados disponíveis. O período escolhido (2012 a 2019) se deve ao fato da realização do IOA começar para o ano de 2006 e a última avaliação ter ocorrido para 2019, porém, como alguns dos países com pontuação no IOA só apresentam a avaliação a partir de 2012, foi considerado o período de 2012 a 2019 com a intenção foi avaliar o maior número de países possível.

Assim, o corte realizado com base na pontuação do IOA (Transparência Orçamentária) para cada país, com o intuito de abranger o maior número de países possível, reduziu a amostra para 99 (noventa e nove) países.

Os dados extraídos da Base de Dados do FMI apresentam dados estimados de alguns países para algumas variáveis deste estudo. Porém, como não foi possível obter os valores reais para estes dados estimados, estes serão utilizados no presente estudo. Os países que compõem a amostra podem ser observados no Apêndice C, inclusive aqueles com dados estimados.

As análises consistiram, em um primeiro momento, para a amostra completa e, em um segundo momento, utilizou-se uma amostra excluindo os *outliers* para verificar se a tendência dos resultados encontrados permaneceria.

Outliers

A análise feita considerou a amostra completa de países disponíveis e uma segunda amostra em que foram retirados os dados discrepantes de alguns países.

No Apêndice C verifica-se os países que compõem a amostra utilizada para esta pesquisa e os dados disponíveis no período analisado. Também é possível verificar no Apêndice C países com dados considerados *outliers* que constam ou foram excluídos da amostra, assim como os dados com valores estimados.

A fim de analisar dados que não se apresentem destoantes da amostra foram realizados alguns cálculos para identificar os outliers da amostra e desconsiderá-los. Bussab e Morettin (2017) apresentam em sua obra informações que conduzem a análise dos dados a fim de verificar a existência ou não de *outliers*.

Segundo Bussab e Morettin (2017), um dos métodos para identificar os *outliers* é definir um intervalo evidenciando os limites aceitáveis para os dados analisados. Assim, para os autores, devem ser calculados os limites inferior e superior dos dados amostrais considerando o primeiro e o terceiro quartis.

De acordo com Bussab e Morettin (2017), considera-se para o cálculo a mediana, o primeiro e o terceiro quartis equivalentes a 0,50; 0,25 e 0,75, respectivamente. Para a verificação de *outliers*, de acordo com Tukey (1977) são considerados *outliers* os dados que se apresentam fora do intervalo de tolerância fixado em 1,5 e 3 unidades dos limites estabelecidos pela variação Interquartil (limites inferior e superior).

As unidades definidas (1,5 e 3) são utilizadas em conjunto com a variação interquartil para delimitar até onde os dados podem se apresentar sem serem considerados *outliers*. Neste estudo, utilizou-se para a fixação do intervalo de tolerância 1,5 unidades para os limites estabelecidos.

Para encontrar os valores referentes ao primeiro e terceiro quartis necessários nos cálculos dos *outliers*, utilizou-se a fórmula “quartil.exc” no *excel*, pois esta fórmula retorna o valor esperado para os quartis desejados de acordo com o intervalo de dados utilizados. O Quadro 9 fornece informações necessárias para encontrar os valores que são utilizados para a definição de *outliers*.

Quadro 9 - Informações para identificação de *outliers*

Informação	Fórmula	Descrição
IQR	= Quartil 3 – Quartil 1	Variação Inter Quartil (IQR)
Limite superior	= Quartil 3 + 1,5*IQR	Encontra o valor para o limite superior de dados
Limite inferior	= Quartil 1 - 1,5*IQR	Encontra o valor para o limite inferior de dados

Fonte: Elaboração própria com base em Bussab e Morettin (2017).

Considerando as fórmulas aqui apresentadas, os cálculos foram realizados com o auxílio da ferramenta de cálculo *Excel* conforme informações apresentadas no Quadro 9. Após a realização dos cálculos, os resultados obtidos podem ser verificados na Tabela 1.

Tabela 1 – Cálculos para verificação de *outliers*.

Cálculos	Resultado Primário	Dívida Bruta	PIB <i>per capita</i>	Inflação	IDH
Média	-1,7341	49,3876	16.118,16	57,1134	0,6943
Quartil 1	-2,8875	31,1195	3.921,51	1,4110	0,5788
Quartil 3	0,2180	63,2420	22.490,31	6,0860	0,7988
IQR	3,1055	32,1225	18.568,81	4,6750	0,2200
Limite superior	4,8763	111,4258	50.343,52	13,0985	1,1288
Limite inferior	-7,5458	-17,0643	-23.931,70	-5,6015	0,2488
Mediana	-1,2360	42,5705	11.179,25	3,3150	0,7190
Média sem <i>outliers</i>	-1,6598	48,7629	15.557,16	-58,6973	-0,6943

Fonte: Elaboração própria.

Após encontrar os valores para cada uma dessas informações através das fórmulas disponíveis no Quadro 9, analisando os dados disponíveis é possível identificar quem são os *outliers*, uma vez que estes se encontram acima do limite superior ou abaixo do limite inferior encontrados. Ou seja, todo e qualquer valor acima do limite superior ou abaixo do limite inferior são considerados *outliers*.

Conforme demonstrado na Tabela 1, a média sem *outliers* representa o valor da média calculada após a exclusão dos dados *outliers*. Os limites superior e inferior determinam o intervalo dos valores que devem ser considerados para a análise dos dados.

Analisando os dados encontrados para este estudo verificou-se a presença de *outliers* para as variáveis Resultado, Dívida, PIB, Inflação e IDH. Os dados considerados como *outliers* foram retirados da amostra.

Contudo, a adoção dos intervalos calculados foi objeto de ponderação e discricionariedade. Foram considerados *outliers* aqueles países que apresentaram dados destoantes em apenas uma, duas ou três observações. Os dados considerados *outliers* e retirados da amostra também podem ser verificados no Apêndice C.

Ponderou-se os achados para as variáveis Resultado, Dívida, PIB e Inflação em que mesmo sendo considerados *outliers* pelo cálculo realizado, há países que não foram retirados da amostra. Isto ocorreu porque apesar desses países apresentarem variáveis com valores acima ou abaixo dos intervalos calculados, observou-se que estes países mantinham determinado padrão para todos os anos do período contemplado na análise, o que sugere que não se trata de países com comportamentos não usuais. Os dados que permaneceram na amostra mesmo sendo considerados *outliers* pelo método de cálculo adotado podem ser observados no Apêndice C.

No Quadro 10 são identificados os países considerados *outliers*, mas não retirados a amostra devido a apresentação de dados constantes, ou seja, considerado como *outlier* em todos os períodos analisados.

Quadro 10 – Países “outliers” não retirados da amostra

Resultado Primário	Dívida Bruta	PIB <i>per capita</i>	Inflação
Timor-Leste	Itália	Catar	Venezuela
	Líbano	Estados Unidos	
	Portugal	Noruega	

Fonte: Elaboração própria.

Os dados dos indicadores dos países elencados no Quadro 10 podem ser verificados no Apêndice C.

A Tabela 2 apresenta o total de valores válidos e valores ausentes para cada uma das variáveis estudadas. Considerando a amostra completa verifica-se que são três valores ausentes na amostra para as variáveis Inflação e Resultado devido às informações incompletas na base de dados, o que representa 0,08% do total.

Tabela 2 – Valores Válidos e Ausentes por Variável (Amostra completa)

Variável	Valores Válidos	Representação	Valores Ausentes	Representação
Resultado	394	99,49%	2	0,51%
Dívida	396	100%	0	0%
Inflação	395	99,75%	1	0,25%
IDH	396	100%	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo Gretl.

A Tabela 2 evidencia o total de observações relacionadas a cada uma das variáveis analisadas. Percebe-se a baixa incidência de valores ausentes por não constarem na base de dados do FMI, conforme já mencionado anteriormente.

Por outro lado, ao se excluir os *outliers* verificou-se que os valores ausentes somavam 45, representando 1,62% do total de valores dos dados. A Tabela 3 apresenta o total de valores válidos e valores ausentes para cada uma das variáveis estudadas.

Tabela 3 – Valores Válidos e Ausentes por Variável (Sem outliers)

Variável	Valores Válidos	Representação	Valores Ausentes	Representação
Resultado	378	95,45%	18	4,55%
Dívida	394	99,49%	2	0,51%
Inflação	371	93,69%	25	6,31%
IDH	396	100%	0	0,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo Gretl.

A Tabela 3 evidencia o total de observações relacionadas a cada uma das variáveis analisadas. Percebe-se a baixa incidência de valores ausentes devido a não estarem disponíveis na base de dados do FMI ou por terem sido retirados da amostra devido serem considerados *outliers*.

3.2. Método

A fim de testar se há relação entre a Transparência Orçamentária (pontuação IBP) com a situação fiscal (resultado primário e Dívida Bruta), com a situação econômica (PIB *per capita* e Inflação) e com a qualidade de vida (IDH) foram elaborados gráficos de dispersão, cálculo de correlação linear e análise de regressão.

3.2.1 Gráficos de Dispersão e Análise de Correlação

Com o objetivo de avaliar o comportamento geral da relação entre a Transparência Orçamentária e as demais variáveis e avaliar a questão do impacto de países com valores discrepantes (*outliers*) nos resultados da análise, foi feita em um primeiro momento a análise por meio de gráficos de dispersão e de correlação linear.

Para a análise através de gráfico de dispersão e teste de correlação linear entre as variáveis independentes (Resultado, Dívida, PIB, Inflação e IDH) e a variável dependente (IOA) utilizou-se a ferramenta de cálculo *Excel*. Para tanto, as variáveis independentes foram analisadas uma a uma em relação à variável dependente.

O coeficiente de correlação, conforme Gujarati e Porter (2011) é calculado através da fórmula apresentada na Equação 1:

$$\rho = \frac{cov(X,Y)}{\sqrt{\{var(X)var(Y)\}}} = \frac{cov(X,Y)}{\sigma_x\sigma_y} \quad (1)$$

3.2.2 Análise de Regressão

A análise de regressão consistiu em uma regressão de dados em painel que, de acordo com Gujarati e Porter (2011), são dados combinados em que as várias unidades (países) são estudadas ao longo do tempo. No caso em que foram retiradas da amostra dados considerados *outliers*, teremos quantidade de observações diferentes para determinados indivíduos da amostra e isso caracteriza-se como painel desbalanceado (GUJARATI; PORTER, 2011).

3.3. Hipóteses

Para a utilização da regressão econométrica foram determinadas algumas hipóteses a serem testadas para verificar se há relação entre a Transparência Orçamentária de um país com a sua situação fiscal, com a sua condição econômica e com a sua qualidade de vida da população. A hipótese geral é de que quanto mais Transparência Orçamentária, melhores sejam as condições fiscais, econômicas e de qualidade de vida da população. Assim, os testes econométricos realizados terão como objetivo testar as seguintes hipóteses:

H₁: Existência de relação positiva entre Transparência Orçamentária (IOA) e o Resultado Primário.

Acredita-se que quanto maior for o grau de Transparência Orçamentária de um país maior será o resultado primário apresentado.

H₂: Existência de relação negativa entre Transparência Orçamentária (IOA) e a Dívida Bruta.

Espera-se que quanto maior o grau de Transparência Orçamentária menor seja a Dívida Bruta de um país.

H₃: Existência de relação positiva entre Transparência Orçamentária (IOA) e o PIB *per capita*.

A elaboração desta hipótese se deve ao fato de que uma vez que o país apresenta um alto nível de Transparência Orçamentária espera-se que tenha um resultado de PIB *per capita* melhor.

H₄: Existência de relação negativa entre Transparência Orçamentária (IOA) e a Inflação.

Esta hipótese visa testar se a relação entre Transparência Orçamentária e Inflação é negativa, uma vez que se espera que quanto maior o grau de transparência menor será a Inflação.

H₅: Existência de relação positiva entre Transparência Orçamentária (IOA) e o IDH.

Acredita-se que a relação entre a Transparência Orçamentária com o IDH seja positiva, ou seja, quanto maior o grau de transparência, maior será o Índice de Desenvolvimento Humano ou qualidade de vida.

A fim de verificar e testar as hipóteses anteriormente relatadas, serão realizados testes econométricos através do *software Gretl*, considerando a Equação 2 de regressão:

$$IOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 Resultado_{it} + \beta_2 Dívida_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 Inflação_{it} + \beta_5 IDH_{it} + \mu \quad (2)$$

Onde:

IOA: Pontuação de Transparência Orçamentária atribuída ao país i no período t ;

PIB: PIB *per capita* do país i no período t ;

Inflação: Inflação do país i no período t ;

Resultado: Resultado Primário do país i no período t ;

Dívida: Dívida Bruta do país i no período t ;

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano do país i no período t ;

t : período de tempo que abrange os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019;

i : valor atribuído a cada país (1 a 99);

μ : (termo de erro) – variável aleatória e representa as variáveis não consideradas para o modelo determinado.

Conforme mencionado anteriormente, os dados serão analisados como dados em painel considerando a Equação 2 com o objetivo de analisar os dados coletados e verificar se as hipóteses sugeridas serão ou não rejeitadas. Em um primeiro momento utilizou-se o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), pois para Gujarati e Porter (2011) os estimadores de MQO são não-viesados, possuem variância mínima, são consistentes e apresentam distribuição normal.

Ao aplicar os testes estatísticos utilizando-se o MQO verificou-se a presença de heterocedasticidade, a não adequação da especificação da equação, a presença de autocorrelação, a distribuição não normal dos erros e a multicolinearidade entre variáveis.

A fim de solucionar tais problemas, optou-se por utilizar o método dos Mínimos Quadrados Ponderados (MQP), pois, segundo Gujarati e Porter (2011), o problema da heterocedasticidade pode ser resolvido ao aplicar o MQP. A utilização de MQP solucionou, também, o problema de autocorrelação, uma vez que este problema pode ser resolvido através do método dos Mínimos Quadrados Generalizados (MQG) e o MQP ser equivalente ao MQG (GUJARATI; PORTER, 2011).

O teste de Multicolinearidade e de FIV, demonstrou multicolinearidade para as variáveis PIB e IDH e, por isso, resolveu-se excluir a variável PIB da análise de regressão, uma vez que esta é considerada no cálculo do IDH (conforme discutido na revisão teórica).

Assim a nova equação de regressão é apresentada na Equação 3:

$$IOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 Resultado_{it} + \beta_2 Dívida_{it} + \beta_3 Inflação_{it} + \beta_4 IDH_{it} + \mu \quad (3)$$

Para a análise de regressão foi utilizada a mesma amostra definida para os gráficos de dispersão e cálculo coeficiente de correlação para haver uma padronização nas análises realizadas em ambos os métodos e para verificar ainda a influência da presença ou não de países com dados discrepantes na análise.

Limitações da Pesquisa

Uma vez que muitos países não possuem avaliação junto ao IBP quanto à Transparência Orçamentária e que os dados encontrados na Base de Dados do FMI possuem apenas estimativas para alguns países em determinados períodos, verifica-se que o trabalho realizado apresenta uma análise restrita, pois, alguns países tiveram que ser excluídos e possui fragilidades quanto aos dados disponibilizados para consulta, uma vez que em alguns casos são apenas dados estimados. Sendo assim, para abranger uma amostra maior, espera-se que mais países comecem a ser avaliados pelo IBP e que os dados disponibilizados pelo FMI sejam atualizados para os dados reais.

4. RESULTADOS

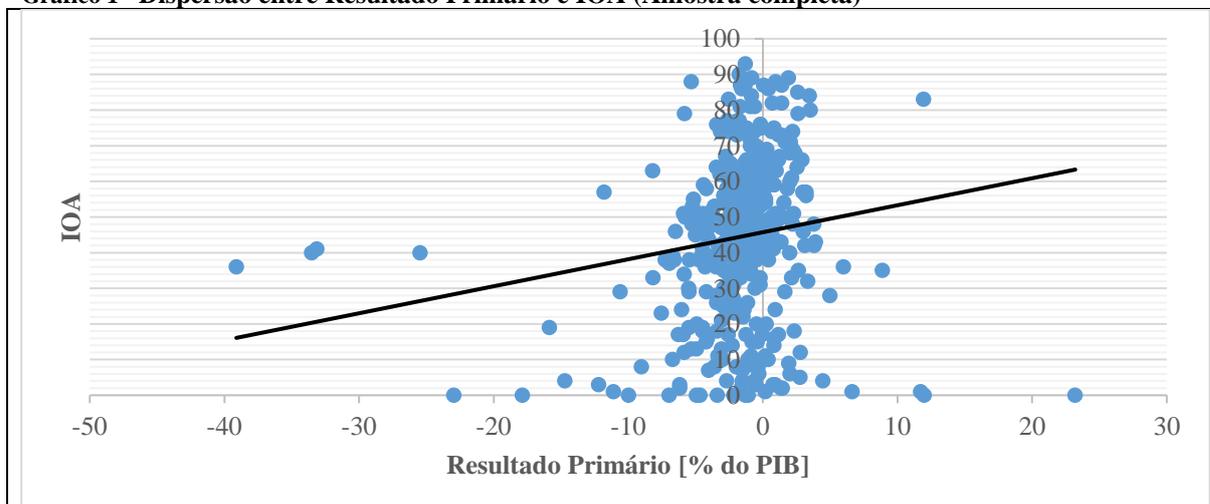
São apresentados os resultados da relação entre Transparência Fiscal (Índice de Orçamento Aberto - IOA) e os indicadores de situação fiscal (Resultado e Dívida), os indicadores econômicos (PIB e Inflação) e o indicador de qualidade de vida (IDH) por meio de gráficos de dispersão, dos coeficientes de correlação e da análise de regressão econométrica. As análises consideraram a amostra completa e, também, a amostra sem os *outliers* calculados anteriormente. Além disso, lembra-se que as análises consideram os conjuntos de países para os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019.

4.1. Gráficos de Dispersão e Análise de Correlação Linear

Com os gráficos de dispersão apresentados a seguir, busca-se identificar a relação, positiva ou negativa, entre a Transparência Orçamentária e os indicadores fiscais, econômicos e de qualidade de vida. Lembra-se que esta análise não permite estabelecer relação de causa e consequência.

A relação entre Transparência Orçamentária e resultado primário é apresentada no Gráfico 1 para a amostra completa e no Gráfico 2 para a amostra sem *outliers*. Observa-se nos dois gráficos uma relação positiva entre Transparência Orçamentária e resultado primário, indicando que em média aqueles países com Transparência Orçamentária elevada têm também um resultado primário elevado.

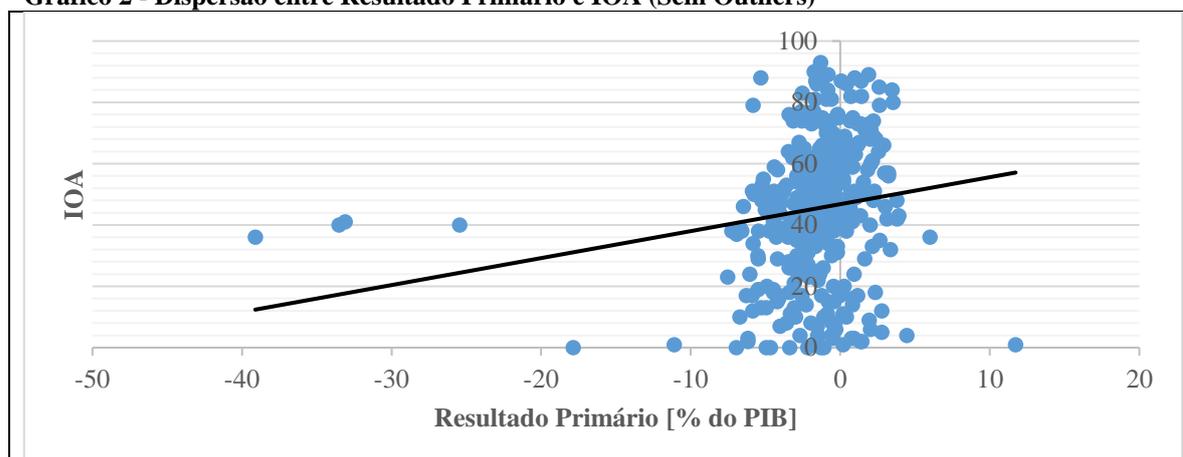
Gráfico 1 - Dispersão entre Resultado Primário e IOA (Amostra completa)



Fonte: Elaboração Própria

Não se observa grande alteração na dispersão dos países com a retirada dos *outliers*, sendo que a grande maioria dos países possuem resultado primário no intervalo de -5% a 5% do PIB e apresentam tanto Transparência Orçamentária alta, média e baixa. Tal fato sugere uma baixa relação entre Transparência Orçamentária e resultado primário.

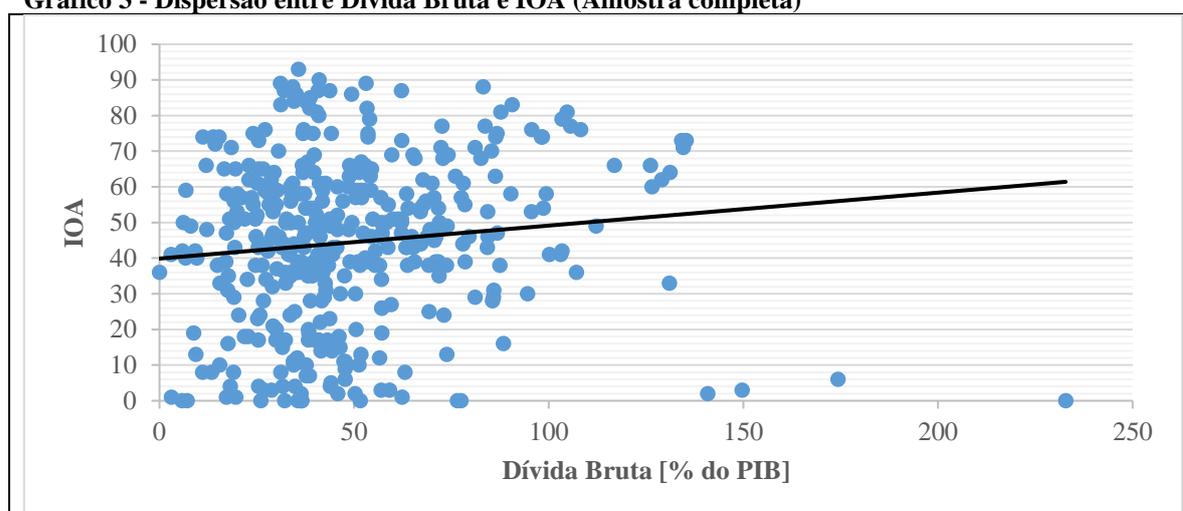
Gráfico 2 - Dispersão entre Resultado Primário e IOA (Sem Outliers)



Fonte: Elaboração Própria

Na sequência, a relação entre Transparência Orçamentária e Dívida Bruta é contemplada nos Gráficos 3 (amostra completa) e 4 (sem *outliers*), que indicam uma relação positiva entre Transparência Orçamentária e Dívida Bruta. De uma forma geral, então, países com um nível maior de Transparência Orçamentária também têm um maior nível de Dívida Bruta.

Gráfico 3 - Dispersão entre Dívida Bruta e IOA (Amostra completa)

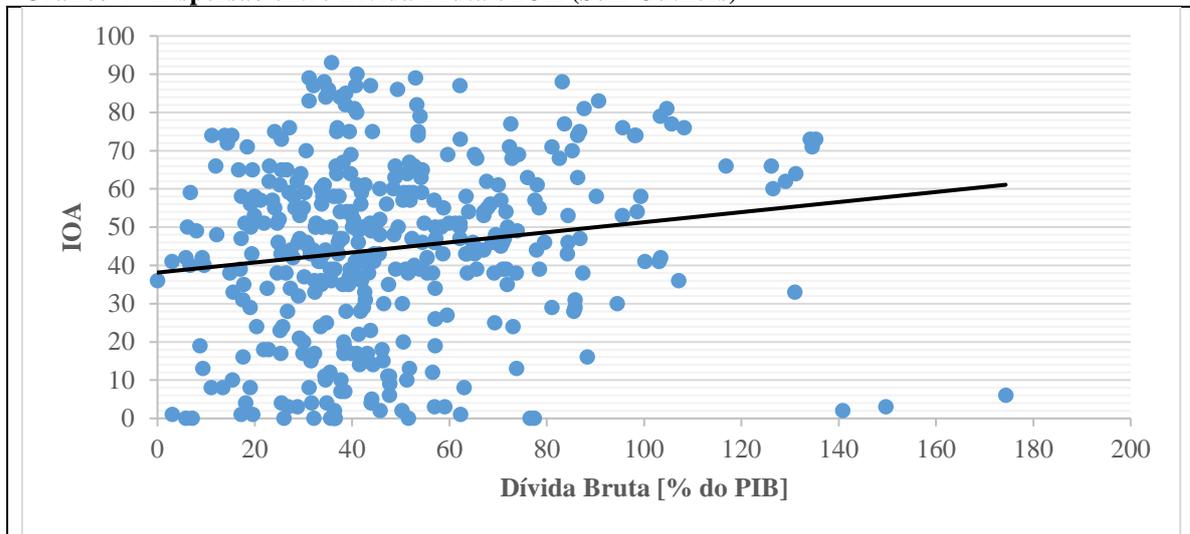


Fonte: Elaboração Própria

Observando os Gráficos 3 e 4 constata-se que a retirada dos países outliers não alterou de forma substantiva a visualização da dispersão dos países. Constata-se que existe uma

quantidade grande de países para um nível de Dívida Bruta de até 100% do PIB com Transparência Orçamentária baixa, média e alta, o que indica uma baixa relação entre as duas variáveis.

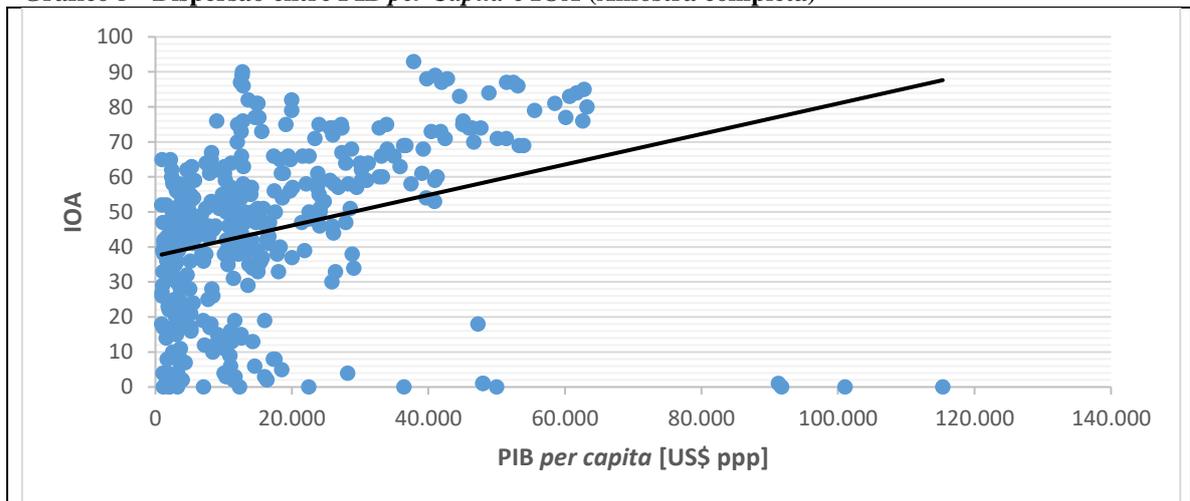
Gráfico 4 - Dispersão entre Dívida Bruta e IOA (Sem Outliers)



Fonte: Elaboração Própria

A relação entre Transparência Orçamentária (IOA) e o PIB *per capita* é ilustrada no Gráfico 5 para a amostra completa de países e no Gráfico 6 para a amostra sem *outliers*.

Gráfico 5 - Dispersão entre PIB *per Capita* e IOA (Amostra completa)

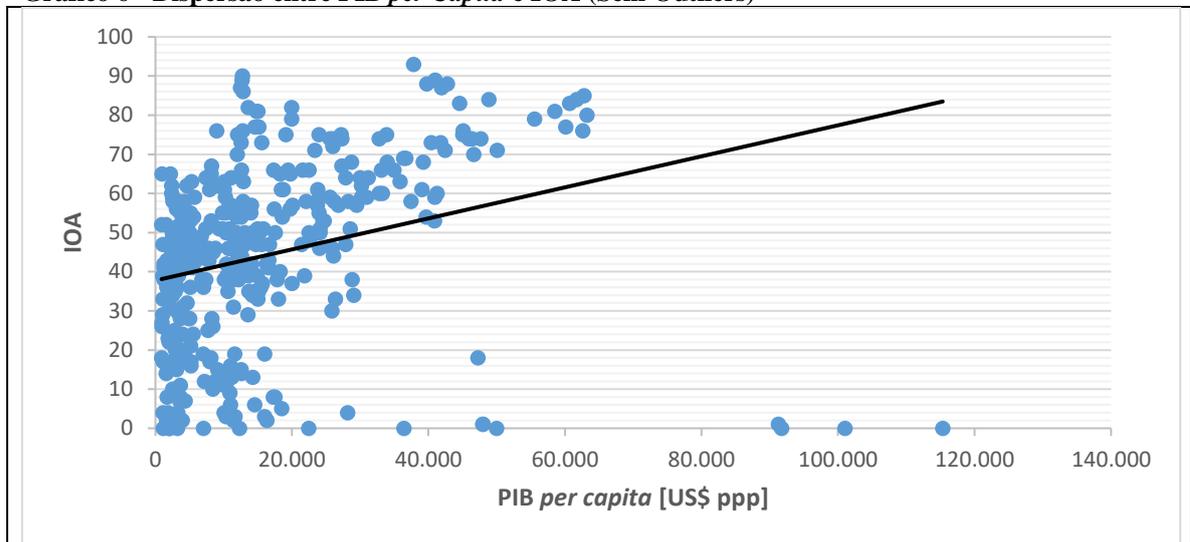


Fonte: Elaboração Própria

Em ambos os gráficos (Gráficos 5 e 6) observa-se uma relação positiva entre Transparência Orçamentária e PIB *per capita*, isto é, países com mais Transparência Orçamentária tendem a apresentar também um maior nível de PIB *per capita*. A forma da

dispersão dos países é semelhante nos Gráficos 5 e 6 e pode-se observar um conjunto de países que reflete essa relação.

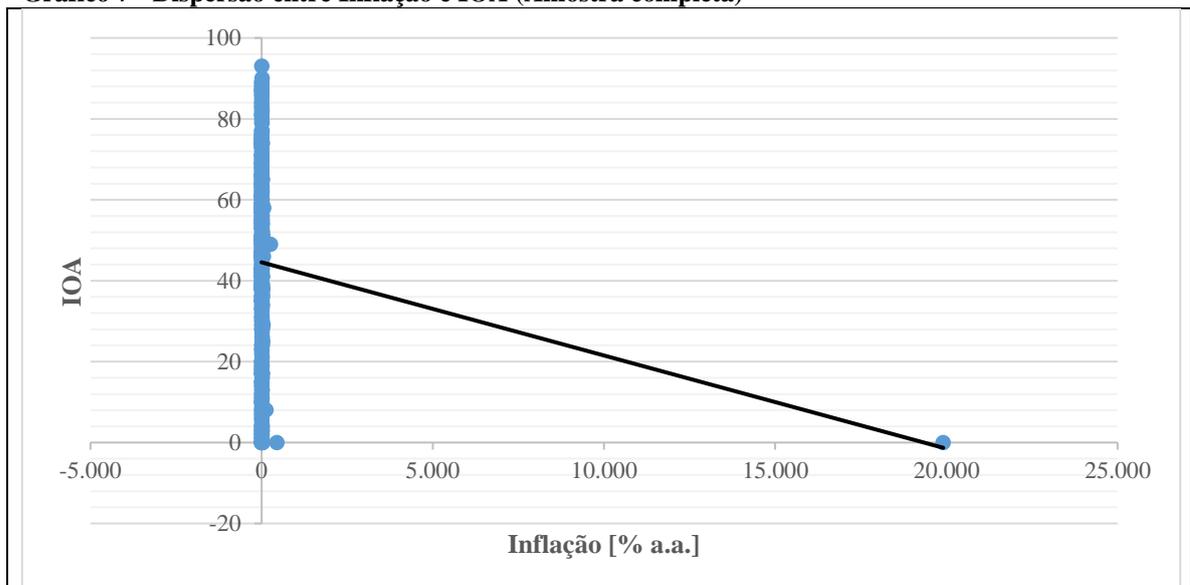
Gráfico 6 - Dispersão entre PIB *per Capita* e IOA (Sem Outliers)



Fonte: Elaboração Própria

Os Gráficos 7 (amostra completa) e 8 (sem *outliers*) ilustram a dispersão dos países para a relação entre Transparência Orçamentária e Inflação. Constata-se uma relação inversa entre Transparência Orçamentária e Inflação, isto é, países com Transparência Orçamentária elevada possuem em média uma Inflação mais baixa.

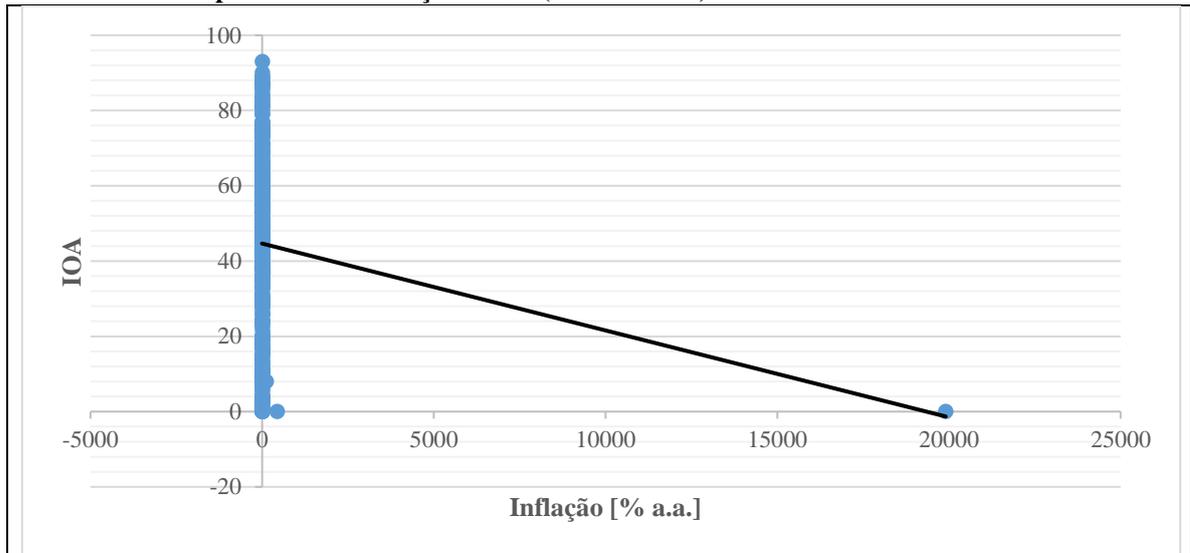
Gráfico 7 - Dispersão entre Inflação e IOA (Amostra completa)



Fonte: Elaboração Própria

Comparando os Gráficos 7 e 8 verifica-se que a presença de valores extremos altera de forma significativa a visualização da dispersão dos países. E mesmo com a retirada dos países *outliers*, observa-se no Gráfico 8 uma grande quantidade de países em níveis de Inflação de até 10% a.a. e que possuem Transparência Orçamentária baixa, média e alta, o que indica uma baixa relação entre estas duas variáveis.

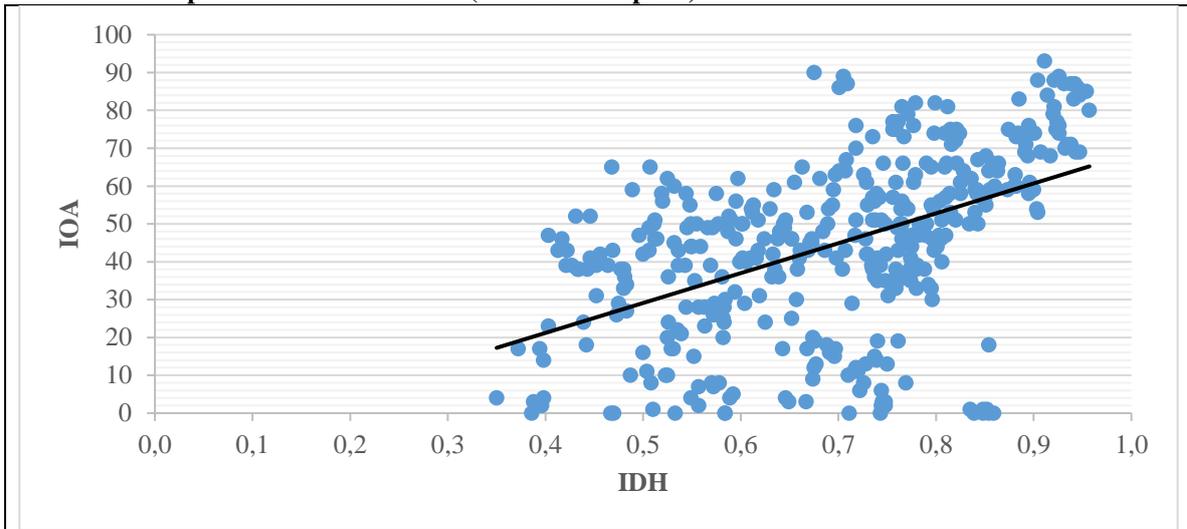
Gráfico 8 - Dispersão entre Inflação e IOA (Sem Outliers)



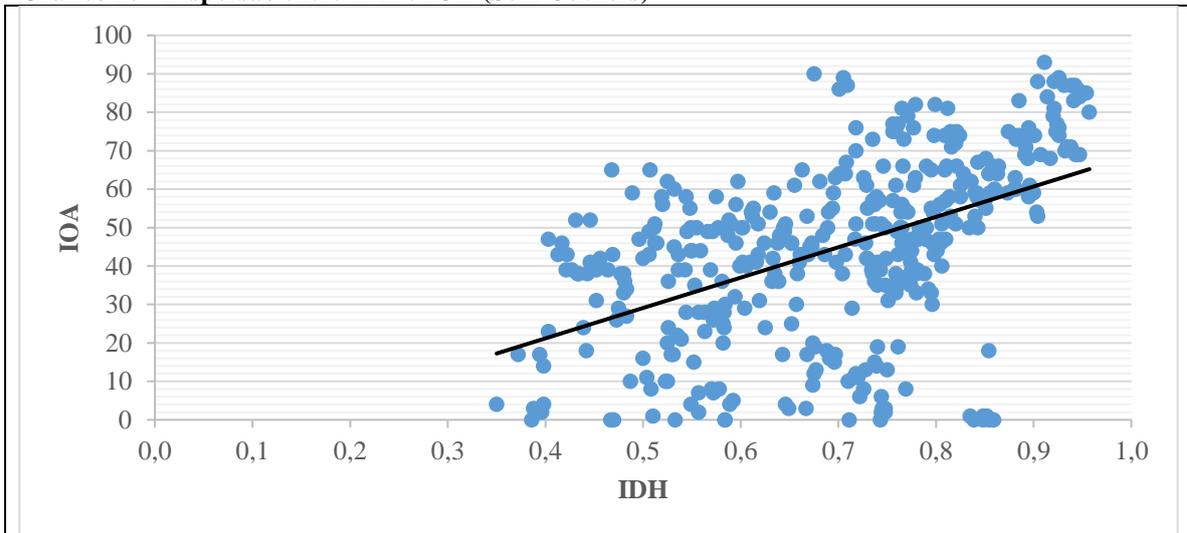
Fonte: Elaboração Própria

Os Gráficos 7 e 8 apresentam a mesma tendência para a amostra completa e amostra sem *outliers* devido aos dados apresentados para a Venezuela, estarem todos acima do limite superior e terem sido considerados *outliers* em todos os períodos analisados. Contudo, como mencionado na seção de metodologia, adotou-se o procedimento de considerar como não *outlier* aqueles países que apresentem de forma consistente ao longo dos quatro anos dados com a mesma tendência ou comportamento. No caso da Venezuela, ela foi mantida na amostra pois apresentou valores para Inflação em mesmo patamar para os quatro anos, indicando o comportamento usual da Inflação para este país.

A relação entre Transparência Orçamentária e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é apresentada nos Gráficos 9 (amostra completa) e 10 (sem *outliers*). Não se observa alteração entre os Gráficos 9 e 10, já que nenhum país foi considerado *outlier* neste quesito.

Gráfico 9 - Dispersão entre IDH e IOA (Amostra completa)

Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 10 - Dispersão entre IDH e IOA (Sem Outliers)

Fonte: Elaboração Própria

Aprofundando a análise da relação entre Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal, econômica e de qualidade de vida, a Tabela 4 apresenta os coeficientes de correlação linear para a amostra completa de países e para a amostra sem *outliers*.

Tabela 4 – Correl. Linear. – IOA e as variáveis estudadas

Transparência Orçamentária	Resultado Primário	Dívida Bruta	PIB <i>per capita</i>	Inflação	IDH
Amostra Completa	0,16	0,12	0,32	-0,10	0,50
Amostra sem outliers	0,16	0,16	0,28	-0,10	0,50

Fonte: Elaboração própria

Ao observar os dados constantes na Tabela 4, verifica-se que as variáveis PIB e IDH apresentam índices de correlação linear maiores em módulo, confirmando o que foi visualizado nos Gráficos 5 e 9 (amostra completa) e 6 e 10 (sem *outliers*). Os índices de correlação para Inflação, resultado primário e Dívida Bruta indicam baixa relação, como visto nos Gráficos 1, 3 e 7 (amostra completa) e 2, 4 e 8 (sem *outliers*).

Comparando a correlação linear para a amostra completa e a amostra sem *outliers*, observa-se que a correlação se manteve semelhante para as duas amostras, ocorrendo para o caso da amostra sem *outliers* um crescimento do índice de correção para a Dívida Bruta (33,33%), uma redução no índice para PIB *per capita* (-12,5%) e constância para resultado primário (0%), Inflação (0%) e IDH (0%).

4.2. Regressão Econométrica

Os dados utilizados na regressão, de acordo com a amostra completa, apresentaram as estatísticas descritivas apresentadas no Apêndice D. Para a amostra sem *outliers* as estatísticas descritivas podem ser encontradas no Apêndice E. Nestes apêndices verifica-se os valores mínimo, máximo, média e mediana, entre outros dados, para cada uma das variáveis estudadas.

Considerando a amostra completa, foram obtidos através da regressão os resultados apresentados na Tabela 5. Recordar-se que a variável dependente é o IOA. Foram analisadas 393 observações que incluem 99 unidades de corte transversal (países) e o comprimento da série temporal é de 8 anos, observados apenas nos anos de 2012, 2015, 2017 e 2019.

Tabela 5 – Resultados por Variável (Amostra Completa).

	Coefficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor	Significância
Const	-12,18	2,77	-4,399	<0,0001	***(1%)
Resultado	0,19	0,13	1,447	0,1486	
Dívida	0,029	0,017	1,688	0,0921	*(10%)
Inflação	-0,0026	0,0014	-1,829	0,0682	*(10%)
IDH	81,61	3,69	22,06	<0,0001	***(1%)
Estatísticas baseadas nos dados ponderados:					
Soma resíd. quadrados		381,35	E.P. da regressão		0,99
R-quadrado		0,59	R-quadrado ajustado		0,58
F(5, 336)		139,10	P-valor(F)		1,30e-73

Fonte: Adaptado conforme resultados obtidos no *Gretl*

De acordo com os dados constantes na Tabela 5, levando-se em consideração os dados apresentados, verifica-se que há evidências de que as variáveis Dívida, Inflação e IDH estão relacionadas com a variável IOA, uma vez que o p-valor apresentado para tais variáveis é menor que 0,10. As variáveis Dívida e Inflação são significantes a 10% e a variável IDH é significativa a 1%. Verifica-se que as variáveis Dívida e IDH apresentam relação positiva em relação ao IOA e a Inflação apresenta uma relação negativa.

Dos dados apresentados na Tabela 5 infere-se que o acréscimo de um ponto percentual na Dívida (mensurada em relação ao PIB) aumenta-se 0,029 unidades em IOA, a cada aumento de um ponto percentual na variável Inflação diminui-se em 0,0026 unidades na variável IOA, e o aumento em 0,01 no IDH aumenta em aproximadamente 0,82 unidades na pontuação IOA. É possível verificar que a relação entre as variáveis é explicada pelo sinal de cada coeficiente. Cabe lembrar que a pontuação do IDH varia de 0 a 1.

Os resultados apresentados permitem inferir que a relação presente entre a Transparência Orçamentária e o IDH é mais sensível do que em relação à Dívida Bruta e à Inflação, uma vez que o aumento no IDH causaria maior variação na Transparência Orçamentária do que aumentos nas variáveis dívida e Inflação.

A aplicação do método MQP apresenta um valor de R^2 ajustado que indica que as variáveis incluídas no modelo explicam, aproximadamente, 58,49% a variação ocorrida na variável dependente IOA. Neste sentido, o modelo empregado, explica as variações em IOA, uma vez que o teste F apresenta p-valor menor que 0,01.

A regressão que analisou a amostra excluindo os dados *outliers* apresentou resultados que podem ser verificados na Tabela 6. Os dados apresentados referem-se à análise de cada variável. Para a regressão econométrica e os testes foram realizadas 350 observações, incluídas 99 unidades de corte transversal e o comprimento da série temporal é de 8 anos, observados apenas nos anos de 2012, 2015, 2017 e 2019.

Ao aplicar o método dos mínimos quadrados ponderados (MQP) foram obtidos os resultados apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Resultados por Variável (Sem outliers)

	Coefficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor	Significância
Const	-16,68	2,83	-5,89	9,44e-09	***(1%)
Resultado	0,19	0,13	1,52	0,1304	
Dívida	-0,012	0,02	-0,69	0,49	
Inflação	0,07	0,11	0,60	0,55	
IDH	91,39	3,14	29,11	6,24e-095	***(1%)
Estatísticas baseadas nos dados ponderados:					
Soma resíd. quadrados		342,73	E.P. da regressão		1,00
R-quadrado		0,87	R-quadrado ajustado		0,89
F(4, 345)		676,54	P-valor(F)		7,8e-162

Fonte: Adaptado conforme resultados obtidos no *Gretl*

Conforme apresentado na Tabela 6, as variáveis dívida e Inflação apresentaram ausência de significância estatística. Há evidências de que apenas a variável IDH está estatisticamente relacionadas com a variável IOA, pois possui p-valor menor que 0,10. A variável IDH é significantes a 1% e têm uma relação positiva com a variável IOA.

Dos dados apresentados na Tabela 6 infere-se que a cada aumento em 0,01 no IDH aumentará em 0,91 unidades a pontuação IOA, pois o aumento de uma unidade no IDH impacta em 91,39 unidades na pontuação IOA. A relação entre as variáveis é explicada pelo sinal de cada coeficiente.

O resultado encontrado permite inferir que, assim como na amostra completa, a relação entre a Transparência Orçamentária e o IDH mostra-se sensível, pois possui nível de significância de 1%.

Após corrigido o erro da heterocedasticidade, o R^2 ajustado indica que as variáveis incluídas no modelo explicam, aproximadamente, 88,56% a variação ocorrida na variável dependente IOA. Sendo assim, o modelo utilizado explica adequadamente as variações em IOA, pois o p-valor da estatística F é menor que 0,01.

Foram realizados testes de normalidade e encontrou-se ausência de distribuição normal dos resíduos. Os dados dos testes estão disponíveis nos apêndices F (amostra completa) e G (sem outliers). A ausência de normalidade na distribuição dos erros foi verificada através dos gráficos e distribuição dos erros por intervalos. O p-valor apresentado para ambas as amostras foi muito baixo e isso permitiu a rejeição da hipótese nula de que o erro tem distribuição normal.

Após rodar a regressão considerando ambas as amostras, foram realizados testes de covariância entre os coeficientes da regressão e os resultados obtidos permitiram verificar que

não há covariância entre as variáveis analisadas. As informações que subsidiaram essa análise podem ser observadas no Apêndice H. Os dados permitem verificar a inexistência de covariância entre as variáveis, pois apresentam valores muito baixos.

Através dos resultados encontrados na análise dos gráficos de dispersão, correlação linear e da regressão econométrica conseguiu-se identificar e verificar a validade das hipóteses levantadas anteriormente. O Quadro 11 evidencia as relações entre as variáveis de acordo com os métodos utilizados para análise dos dados.

Quadro 11 - Resultados da Relação entre Variáveis.

Variáveis	Gráficos de Dispersão e Correlação Linear (Amostra completa)	Gráficos de Dispersão e Correlação Linear (Sem Outliers)	Regressão Econométrica (Amostra completa)	Regressão Econométrica (Sem Outliers)
Resultado – IOA	Relação Positiva	Relação Positiva	(não significativa)	(não significativa)
Dívida – IOA	Relação Positiva	Relação Positiva	Relação Positiva (10%)	(não significativa)
PIB – IOA	Relação Positiva	Relação Positiva	--	--
Inflação – IOA	Relação Negativa	Relação Negativa	Relação Negativa (10%)	(não significativa)
IDH - IOA	Relação Positiva	Relação Positiva	Relação Positiva (1%)	Relação Positiva (1%)

Fonte: Elaboração própria

Analisando os dados apresentados nos resultados e presentes no Quadro 11, considerando os resultados dos gráficos de dispersão verificou-se relação positiva entre as variáveis resultado primário, Dívida Bruta, PIB *per capita* e IDH e a variável Transparência Orçamentária e relação negativa entre Inflação e Transparência Orçamentária. Comparando os resultados encontrados para os gráficos de dispersão considerando as duas amostras (amostra completa e sem *outliers*), percebe-se que não houve alteração no que se refere à relação entre as variáveis independentes (Resultado, Dívida, PIB, Inflação e IDH) e a dependente (IOA).

Ao utilizar a amostra completa para a realização dos testes econométricos, verificou-se que as hipóteses não rejeitadas são 3, 4 e 5, uma vez que somente as variáveis Inflação e IDH apresentaram relações significativas com a regressão e apresentaram coeficiente correspondente à relação esperada entre as variáveis independentes e a dependente. A variável Dívida Bruta, apesar de se apresentar estatisticamente significativa na regressão, indicou relação positiva, diferente da hipótese formulada.

No caso da regressão da amostra sem *outliers*, verificou-se que as hipóteses 3 e 5 não foram rejeitadas, uma vez que a variável IDH apresenta significância no modelo de regressão analisado.

Ao se analisar os resultados das regressões nas Tabelas 5 e 6 e compará-los com o Quadro 6, além de identificar as variáveis utilizadas em outros estudos que relacionam a Transparência Orçamentária com variáveis de situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida, é possível verificar que os resultados aqui encontrados caminham na mesma direção. Ou seja, as hipóteses são verificadas e não rejeitadas pelos resultados encontrados e possuem respaldo nos achados dos estudos elencados nos Quadros 6 e 8.

Na presente pesquisa observou-se relação positiva entre Transparência Orçamentária e Resultado Primário (Quadro 11). A literatura empírica pesquisada aponta resultados semelhantes onde Alesina et al. (1999) e Filc e Scartascini (2004) verificaram que os resultados fiscais dos países são influenciados pelos procedimentos orçamentários e pelas instituições orçamentárias. Filc e Scartascini (2004) complementam ainda que países com processos orçamentários limitados pelas regras fiscais tendem a apresentar déficits primários mais baixos. Dabla-Norris et al. (2010) apontam em seus achados que instituições orçamentárias com maior significância encontram-se relacionadas ao planejamento e implementação orçamentários e estão voltadas à sustentabilidade, abrangência e Transparência Orçamentária.

Sendo assim, os resultados encontrados nesta pesquisa caminham em direção aos achados dos autores mencionados anteriormente onde verifica-se que os procedimentos orçamentários, incluindo a Transparência Orçamentária, estão relacionados diretamente ao desempenho do resultado fiscal de um país.

O estudo proporcionou resultados que permitiram verificar a relação positiva entre Transparência Orçamentária e Dívida Bruta (Quadro 11), ou seja, caminha na direção contrária à hipótese estabelecida. Porém, mesmo que os resultados estejam contrários ao esperado, verificou-se que há relação entre as duas variáveis.

Os resultados encontrados na literatura empírica pesquisada são semelhantes quanto à influência de tais variáveis entre si, pois como observado por Alt, Lassen e Rose (2006) a Transparência Fiscal colabora para melhorar o desempenho fiscal. Os resultados encontrados pelos autores permitem inferir que o desequilíbrio fiscal (superávits ou déficits) parece impactar na transparência, sendo assim, os resultados apontam a existência de uma relação de impacto entre a Dívida Bruta e a Transparência Orçamentária, pois seus achados indicam que os resultados da política fiscal influenciam o nível de transparência e vice-versa.

Os resultados encontrados por Benito, Guillamon e Bastida (2016) sugerem que há influência da Transparência Orçamentária sobre a taxa de juros nos mercados financeiros, impactando em um menor custo da dívida, e conseqüentemente, colaborando para um menor nível da dívida. Fomina e Vynnychenko (2017) verificaram que a Transparência Orçamentária

medida pelo Índice de Orçamento Aberto influencia na redução da dívida pública e no aumento da parcela da despesa pública.

Neste sentido, os resultados desta pesquisa caminham em direção oposta à hipótese estabelecida e aos achados dos autores ora mencionados, uma vez que encontrou-se uma relação positiva entre as variáveis Transparência Orçamentária e Dívida Bruta. Porém, a literatura aponta que há influência de uma variável sobre a outra de maneira inversa, ou seja, quando uma aumenta a outra diminui. Assim, pode-se inferir que um maior nível de Transparência Orçamentária impacta positivamente na gestão fiscal e diminui a Dívida Bruta, uma vez que as taxas são afetadas de maneira inversa. E ainda, observa-se que não foi objeto de estudo a questão de que países com maior Transparência Fiscal poderiam possuir uma maior capacidade de endividamento justamente por apresentar uma gestão fiscal transparente.

Para a variável PIB *per capita* (Quadro 11), os resultados sugerem uma relação positiva com a Transparência Orçamentária. A literatura empírica pesquisada aponta resultados semelhantes, pois, de acordo com os achados de McNab e Wilson (2018) e Cimpoeru e Cimpoeru (2015) há uma relação causal forte entre a Transparência Orçamentária e o PIB *per capita*, onde verificou-se que o PIB *per capita* influencia a Transparência Orçamentária do país e vice-versa.

O estudo de Oliveira, Silva e Moraes (2008) colabora com os resultados aqui encontrados, uma vez que, ao analisarem o coeficiente de correlação entre o IOA e o PIB, também encontraram um grau de correlação que permite inferir que, quanto maior o PIB maior será o IOA e vice-versa.

Nesta pesquisa observou-se relação negativa entre Transparência Orçamentária e Inflação (Quadro 11). A literatura científica utilizada mostra resultados semelhantes, pois, conforme mencionado anteriormente, os resultados encontrados por Benito, Guillamon e Bastida (2016), Montes e Lima (2018) indicam que a Transparência Orçamentária influencia negativamente a taxa de juros no mercado e tal achado aponta para a existência de relação entre a Transparência Orçamentária e a Inflação. Aponta-se, também, os resultados encontrados por Montes e Lima (2018) que verificaram que os resultados mostram que maior Transparência Fiscal gera expectativas de menor Inflação e menor volatilidade nas expectativas de Inflação.

Para o indicador IDH foram encontrados resultados que apontam para a existência de relação positiva com a Transparência Orçamentária. Os achados na literatura empírica pesquisada mostram resultados semelhantes. Conforme Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021) os resultados encontrados permitem inferir que um alto nível de Transparência Orçamentária pode afetar positivamente o desenvolvimento humano. Estes resultados vão ao encontro dos

achados de Violeta (2015) que verificou que a Transparência Orçamentária influencia positivamente o Índice de Desenvolvimento Humano dos países.

Os estudos realizados por de Renzio, Gomez e Sheppard (2005) e Fomina e Vynnychenko (2017), Fukuda-Parr, Guyer e Lawson-Remer (2011) e Faria (2009) corroboram com dados apresentados, onde é possível verificar que a Transparência Orçamentária impacta na qualidade de vida da população, verificada pela variável IDH, e vice-versa.

Os pressupostos da TEP partem da ideia de que as decisões políticas são tomadas conforme regras existentes, destacando-se que tais decisões são realizadas pelos representantes eleitos pela sociedade e esses representantes trabalham considerando sua motivação na tomada de decisões que maximizem a probabilidade de reeleição (CRUZ, 2010). Ou seja, conforme já afirmado anteriormente por Avarte (2004), o indivíduo eleito se baseará no comportamento racional e no auto interesse.

De acordo com Cruz (2010), a TEP pode fornecer subsídios para que a sociedade analise o comportamento dos políticos eleitos quanto à divulgação das informações da gestão pública, levando em conta que as informações divulgadas podem influenciar na viabilidade de reeleição. Neste sentido, desde que as escolhas dos políticos sejam tomadas com base na maximização da aplicação dos recursos públicos e tenham maior transparência pública, maiores tendem a ser os resultados fiscais, econômicos e de qualidade de vida da população, uma vez que as decisões tomadas serão embasadas pela probabilidade de sua reeleição.

Sendo assim, com os resultados apresentados nos gráficos de dispersão, coeficientes de correlação linear e na regressão econométrica, confirma-se que para a amostra completa quanto maior for o índice de Transparência Orçamentária dos países, maiores serão os índices de Resultado Primário, IDH e PIB. Para o caso da amostra sem *outliers*, quanto maior for o índice de Transparência Orçamentária maior serão os índices PIB e IDH. Após apresentar os dados da regressão sem *outliers*, verificou-se que a estratégia de retirada de *outliers* adotada não ofereceu maiores esclarecimentos para a relação investigada nesta pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do estudo foi analisar a existência de relação entre a Transparência Orçamentária e indicadores de situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida. Foram analisados dados de 99 países para os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019, abrangendo, portanto, um período de 8 anos. Foram analisadas de forma conjunta as variáveis Transparência Orçamentária, Resultado Primário, Dívida Bruta, PIB, Inflação e IDH.

Para a situação fiscal, os achados sugerem relação positiva entre Transparência Orçamentária e Resultado Primário e Dívida Bruta. Os estudos empíricos revisados também indicam relação positiva entre Transparência Orçamentária e Resultado Primário. Porém, em relação à Dívida Bruta os estudos indicam que uma melhor gestão fiscal associada à maior transparência levaria a menores juros, menores custos da dívida e menor nível de endividamento. Pondera-se, contudo, que a relação positiva encontrada para Dívida Bruta poderia ser explicada pelo fato de um país com maior Transparência Orçamentária teria maior confiança por parte do mercado e, portanto, maior capacidade de endividamento.

Os resultados encontrados relacionados à situação econômica permitem inferir que há relação positiva entre Transparência Orçamentária e PIB *per capita* e negativa entre Transparência Orçamentária e Inflação. As relações verificadas entre Transparência Orçamentária e PIB *per capita* e Inflação também foram verificadas na literatura científica analisada. Os achados da presente pesquisa encontram respaldo em estudos empíricos que sugerem que países com maior índice de Transparência Orçamentária tendem a apresentar PIB *per capita* mais elevado e vice-versa e uma maior Transparência Orçamentária tende a estar presente em países com menor Inflação

Verificando a situação da qualidade de vida da população dos países, através dos resultados encontrados nesta pesquisa, encontraram-se resultados que indicam a existência de relação positiva entre Transparência Orçamentária e IDH. Os resultados apresentados em estudos empíricos que foram analisados nesta pesquisa sugerem que a Transparência Orçamentária tem relação com a qualidade de vida da população de um país, pois há indícios de que quanto maior o nível de Transparência Orçamentária maior será o IDH de um país.

O estudo contribui para o entendimento da importância da Transparência Orçamentária e para a verificação de sua influência sobre a situação fiscal, econômica e na qualidade de vida da população de cada país.

Os resultados encontrados pela análise dos documentos e dados necessários para a realização deste estudo permitem inferir que há relação entre a Transparência Orçamentária e a situação fiscal e econômica e a qualidade de vida nos países, uma vez que permitiram a não rejeição de algumas hipóteses elaboradas para este estudo. Lembra-se que, para cada amostra utilizada, os resultados indicaram a não rejeição de diferentes hipóteses.

Verificou-se que ao considerar a amostra completa foram obtidos resultados diferentes e que permitiram inferir a existência de relação entre dívida, Inflação e IDH, mas apenas os resultados para Inflação e IDH permitiram não rejeitar as respectivas hipóteses, uma vez que a relação entre dívida e Transparência Orçamentária apresentou resultado divergente do esperado. Por outro lado, considerando a amostra sem *outliers* conseguiu-se verificar a possível relação entre a Transparência Orçamentária e o indicador IDH, e não rejeitar as hipóteses que foram definidas neste estudo para essas variáveis.

O estudo possibilitou a verificação da disponibilização dos dados de cada país onde verificou-se que muitos países não têm avaliação do IBP relacionada à Transparência Orçamentária (IOA), o que reduziu a quantidade de países analisados a, aproximadamente, 50% do total. Para estudos futuros, sugere-se a ampliação do período analisado e, possivelmente, a inclusão de novas variáveis que possam ser relacionadas com a Transparência Orçamentária e, uma vez que os resultados apresentados para a amostra sem *outliers* não ofereceu maiores esclarecimentos quanto aos resultados encontrados, sugere-se para pesquisas futuras a adoção de outras estratégias para retirada de *outliers*.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, M. Orçamento público como instrumento de cidadania fiscal. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 17, n. 17, p. 188-209, 2015.
- ALESINA, A.; HAUSMANN, R.; HOMMES, R.; STEIN, E. Budget institutions and fiscal performance in Latin America. **Journal of development Economics**, v. 59, n. 2, p. 253-273, 1999. Disponível em: <<https://dash.harvard.edu/handle/1/4553021>>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- AL-HILANI, H. HDI as a measure of human development: A better index than the income approach. **Journal of Business and Management**, v. 2, n. 5, p. 24-28, 2012.
- ALT, J. E., LASSEN, D. D. Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries. **European Economic Review**, v. 50 n. 6, p.1403-1439, 2006.
- ALT, J.E.; LASSEN, D. D.; ROSE, S. The causes of fiscal transparency: evidence from the US states. **IMF Staff papers**, v. 53, n. 1, p. 30-57, 2006.
- ARBATLI, E.; ESCOLANO, J. Fiscal transparency, fiscal performance and credit ratings. **Fiscal studies**, v. 36, n. 2, p. 237-270, 2015.
- AVARTE, P. B. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsever, 2004.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Manual de Estatísticas Fiscais – 2019**. Brasília, DF: Bacen, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/estatisticas-fiscais/estatisticasfiscais.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- BARROS FILHO, L. C.; CÔRTEZ, C. A. E NOGUEIRA, J. M. Espaço Fiscal e Capacidade de Pagamento: Novo Olhar Sobre a Realidade Fiscal dos Estados Brasileiros. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v.11, n. 1, 2020.
- BENITO, B.; GUILLAMÓN, M.-D.; BASTIDA, F. The impact of transparency on the cost of sovereign debt in times of economic crisis. **Financial Accountability & Management**, v. 32, n. 3, p. 309-334, 2016.
- BITTENCOURT, F. M. R. **Instituições e teoria orçamentária: pontos para discussão econômica e gerencial**. Brasília: Senado Federal, 2015.
- BLYBERG, A. O caso da alocação indevida: direitos econômicos e sociais e Orçamento Público. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, p. 134-153, 2009.
- BOECHAT, S. R. **Orçamento por Resultados e Direito Financeiro**. São Paulo: Blucher, 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Entenda o Orçamento**. Disponível em <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/entenda-o-orcamento>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Entenda o Orçamento no Congresso Nacional**. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/entenda-o-orcamento>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Entenda o Orçamento**. 2019. Disponível em <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/entenda-o-orcamento>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. **Lei complementar nº 101 de 4 mai. 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 mar. 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso: 22 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Orçamento da União**. 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Teto de gastos: o gradual ajuste para o crescimento do país**. 2018. Disponível em <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/analises-e-estudos/arquivos/2018/teto-de-gastos-o-gradual-ajuste-para-o-crescimento-do-pais.pdf/view>>. Acesso: 10 set. 2021

BRASIL. Portal da Transparência. **Orçamento Público**. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. **Plano Plurianual 2016-2019**. Acesso em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. **Plano Plurianual 2020-2023**. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. **Programas e indicadores estabelecidos para os exercícios de 2018 e 2019**. Disponível em: <<http://painelppa.planejamento.gov.br/analytics/index.html>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BUCHANAN, J. **Public Choice: The origins and Development of a Research Program**. George Mason University, 1ª ed, United States, 2003.

BUENO, E. de P. O índice de desenvolvimento humano (idh): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 27, n. 3, p. 49-69, 2007.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BUTLER, E. **Public Choice – A Primer**. Institute of economic affairs, 1ª ed, Great Britain, 2012.

ÇATAK, S.; ÇILINGIR, C. Performance budgeting in Turkey. **OCDE Journal on Budgeting**, v. 10, n. 3, p. 1-39, 2010.

CAVALCANTE, P. L. C. **A implementação do orçamento por resultados no âmbito do executivo federal: um estudo de caso**. 2006. (Dissertação - Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil, 2006.

CIMPOERU, M. V.; CIMPOERU, V. Budgetary transparency–an improving factor for corruption control and economic performance. **Procedia Economics and Finance**, v. 27, p. 579-586, 2015.

CORREA, D. S. **Instituições orçamentárias e desempenho fiscal: um estudo de caso do Brasil, Chile e Argentina nos anos 1990 e 2000**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTA, C. E. M.; COSTA, A. G. Jr. A lei de responsabilidade fiscal como instrumento gerencial para a administração pública. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande. XVII, (121), 2014.

CREPALDI, S. A.; CREPALD, G. S. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle**. 1. ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

CRUZ, C. F. da. **Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros**. 2010. 140 f.. Dissertação. Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CUADRADO-BALLESTEROS, Beatriz; BISOGNO, Marco. The relevance of budget transparency for development. **International Review of Administrative Sciences**, pp. 1-18, 2021. DOI: 10.1177/00208523211027525

DABLA-NORRIS, E.; ALLEN, R.; ZANNA, L. F.; PRAKASH, T.; KVINTRADZE, E.; LLEDO, V.; YACKOVLEV, I.; GOLLWITZER, S. Budget Institutions and Fiscal Performance in Low-Income Countries. **IMF Working Paper 10/80**. 2010.

DE RENZIO, P.; GOMEZ, P.; SHEPPARD, J. Budget transparency and development in resource-dependent countries. **International Social Science Journal**, 2005, 57: 57-69.

DIAMOND, J. **Budget System Reform in Emerging Economies: The Challenges and the Reform Agenda**. Fundo Monetário Internacional. 2006. Disponível em <<https://www.elibrary.FMI.org/view/books/084/00841-9781589064744-en/ch03.xml>>. Acesso em: 04 jul. 2021. DOI <https://doi.org/10.5089/9781589064744.084>

FILC, G.; SCARTASCINI, C. Budget institutions and fiscal outcomes: ten years of inquiry on fiscal matters at the Research Department. In: **presentation at the Research Department 10th**

Year Anniversary Conference. Office of Evaluation and Oversight. Inter-American Development Bank. 2004, Washington, DC.

FMI. **Brazil:** Fiscal Transparency Evaluation. 2017. Disponível em <<https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2017/05/03/Brazil-Fiscal-Transparency-Evaluation-44874>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

FMI. Disponível em <<https://www.imf.org/en/About>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FMI. **Fiscal Policies:** Fiscal Transparency. Disponível em <<https://www.imf.org/en/Topics/fiscal-policies/fiscal-transparency#Fiscal%20Transparency%20Evaluation>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

FMI. **Fiscal Policy:** Taking and Giving Away. 2020. Disponível em <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/basics/fiscpol.htm#:~:text=Fiscal%20policy%20is%20the%20use,sustainable%20growth%20and%20reduce%20poverty.>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

FMI. **Fiscal Transparency Code (2014).** Disponível em <<https://www.imf.org/external/np/fad/trans/por/ft-codep.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

FMI. **Fiscal Transparency Handbook (2018).** Disponível em <[https://www.elibrary.imf.org/view/FMI069/24788-9781484331859/24788-9781484331859.xml?code=fth&language=es](https://www.elibrary.imf.org/view/FMI069/24788-9781484331859/24788-9781484331859/24788-9781484331859.xml?code=fth&language=es)>. Acesso em: 05 mai. 2020.

FMI. **Fiscal Transparency Initiative:** Integration of Natural Resource Management Issues. Disponível em <<https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2019/01/29/pp122818fiscal-transparency-initiative-integration-of-natural-resource-management-issues>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

FMI. **Fiscal Transparency.** Disponível em <<https://www.imf.org/external/np/fad/trans/>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

FMI. Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/index.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **World Economic Outlook Database**, April 2021. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FMI. **Reports on the Observance of Standards and Codes (ROSCs).** Disponível em <<https://www.imf.org/external/NP/rosc/rosc.aspx>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

FOMINA, J.; VYNNYCHENKO, N. V. *Fiscal transparency: cross-country comparisons.* **Business Ethics and Leadership**, v. 1, n. 2, 2017.

FONSECA, V., M. **Detecção de outliers em dados amostrais de uma pesquisa econômica.** Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de

Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 153. 2011.

FREIRE, J. D. K.; CUNHA, M. G. da. O planejamento do Orçamento Público e o impacto do controle para sua efetividade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 06, Vol. 12, pp. 85-116. Junho de 2019. ISSN: 2448-0959

FUKUDA-PARR, S.; GUYER, P.; LAWSON-REMER, T. Does Budget Transparency Lead to Stronger Human Development Outcomes and Commitments to Economic and Social Rights? **International Budget Partnerships Working Paper** No. 4, 2011. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2211584>>. Acesso em: 22 jul. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2211584>

GIACOMONI, J. **Orçamento governamental: teoria, sistema, processo**. São Paulo: Atlas, 2019.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 18. ed. revista e atualizada – São Paulo: Atlas, 2020.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5ª ed revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus editora, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

GINNERUP, R.; JÖRGENSEN, T. B.; JACOBSEN, A. M.; REFSLUND, N. Performance budgeting in Denmark. **OCDE Journal on Budgeting**, v. 7, n. 4, p. 1-24, 2008.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. Tradução Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G.L. Rosa; Revisão Técnica Claudio D. Shikida, Ari Francisco de Araújo Júnior, Márcio Antônio Salvato. - 5ª ed. - Porto Alegre. Editora: AMGH, 2011.

HAMPEL, F. R. The influence curve and its role in robust estimation. **Journal of the american statistical association**, v. 69, n. 346, p. 383-393, 1974.

HAWKE, L. Performance budgeting in Australia. **OCDE Journal on Budgeting**, v. 7, n. 3, p. 1-15, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de Indicadores**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

IBP. International Budget Partnership. **Budget Work by Country – Brazil**. Disponível em: <<https://www.internationalbudget.org/budget-work-by-country/findgroup/group-data/?country=br>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

IBP. International Budget Partnership. **Who we are**. Disponível em <<https://www.internationalbudget.org/about-ibp/who-we-are-2/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

IBP. International Budget Partnership. Disponível em: <<https://www.internationalbudget.org/>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

IBP. International Budget Partnership. **Inquérito sobre o Orçamento Aberto 2019**: Brasil. Disponível em: <<https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/country-surveys-pdfs/2019/open-budget-survey-brazil-2019-pt.pdf>>. Acesso em: em: 12 jul. 2021.

IBP. International Budget Partnership. **Mission and Vision**. Disponível em <<https://www.internationalbudget.org/about-ibp/mission-and-vision-2/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

IBP. International Budget Partnership. **Open Budget Index Rankings**. Disponível em <<https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/open-budget-index-rankings/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

IBP. International Budget Partnership. **Open Budget Survey – Data Explorer**. Disponível em <<http://survey.internationalbudget.org/#download>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

IBP. International Budget Partnership. **Open Budget Survey 2019**. Disponível em: <https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019_Report_EN.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

IBP. International Budget Partnership. **Open Budget Survey**. Disponível em <<https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/publications-2/rankings-key-findings/rankings/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

JUNIOR, C. P. da S. **A importância da formação do gestor na utilização do Orçamento Público: um estudo de caso em uma instituição federal de ensino**. 2019. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional. Instituto Politécnico de Santarém.

KIM, J. M.; PARK, N. Performance budgeting in Korea. **OCDE Journal on Budgeting**, v. 7, n. 4, p. 1-11, 2008.

KOHAMA, H. (2016). **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 15. Ed. São Paulo: Atlas.

LOUZANO, J. P. D. O.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; ZUCCOLOTTO, R. Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, 53(3), 610-627, 2019.

MANCINI, B. **Orçamento-programa**: alguns desafios para sua efetividade no Brasil. In: BRASIL. **Gestão orçamentária inovadora**: desafios e perspectivas no Brasil. Organizadores: Valdemir Pires, André Rehbein Sathler. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. p. 141-168.

MARQUES, E. **Finanças Públicas - Administração Financeira e Orçamentária**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas**. 7. ed. São Paulo: GEN-Atlas, 2017.

MCNAB, R. M.; WILSON, S. D. Culture matters: what cultural values influence budget transparency?. **Applied Economics**, v. 50, n. 43, 2018.

MENDES, C. C. **A demanda por serviços públicos municipais no Brasil: a abordagem do eleitor mediano revisitada** (Tese - Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5002>. 2005

MENDES, C. C.; SOUSA, M. C. S. **O papel da demanda na despesa pública em educação e saúde em municípios brasileiros**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2692>. 2006

MENDES, M. J. Sistema Orçamentário Brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público. **Cadernos de Finanças Públicas**, n. 9, p. 57-102, 2009.

MONTES, Gabriel Caldas; DA CUNHA LIMA, Luiza Leitão. Effects of fiscal transparency on inflation and inflation expectations: Empirical evidence from developed and developing countries. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, v. 70, p. 26-37, 2018.

MORGADO, L. F. O Orçamento Público e a automação do processo orçamentário. **Textos para Discussão**, n. 85, 2011.

NEIVA, V. M. **Características do orçamento brasileiro e sua relação com o planejamento: o caso dos Ministérios da Educação e dos Transportes**. 2011. 101 f., il. Dissertação (Mestrado em Administração) -Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

NOMAN, Z. Performance budgeting in the United Kingdom. **OCDE Journal on Budgeting**, v. 8, n. 1, p. 1-16, 2008.

NUNES, A.; OLIVEIRA, R. B.; BEÚ, R. B. O orçamento-programa no contexto da gestão pública. **Revista eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental**, v. 19, n. 3, p. 424-432, 2015.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2017**, OCDE Publishing, Paris, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264265554-en>.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Budgeting and Public Expenditures in OCDE Countries 2019**, OCDE Publishing, Paris, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264307957-en>.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **OCDE Good Practices for Performance Budgeting**, OCDE Publishing, Paris, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1787/c90b0305-en>.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **About**. Disponível em <https://www.oecd.org/about/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Latin America: Countries**. Disponível em <<https://www.oecd.org/latin-america/countries/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Latin America**. Disponível em <<https://www.oecd.org/latin-america/regional-programme/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Latin America: The OCDE's Regional Programme for LAC**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/latin-america/regional-programme/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Members and partners**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/about/members-and-partners/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Brazil**. Disponível em: <<https://data.OECD.org/brazil.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Budgeting and Public Expenditures in OCDE Countries 2019, **OCDE Publishing**, Paris, 2019a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9789264307957-en>>. Acesso em: 31 out. 2019.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2017. **OCDE Publishing**, Paris, 2016.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. OCDE Good Practices for Performance Budgeting, **OCDE Publishing**, Paris, 2019b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/c90b0305-en>>. Acesso em: 31 out. 2019.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Panorama das Administrações Públicas: América Latina e Caribe 2020, **OECD Publishing**, Paris, 2020. <https://doi.org/10.1787/9e6d37a1-pt>.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Performance Budgeting: A Users' Guide. **OCDE Publishing**, Paris, 2008.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Search Results – performance budgeting. Disponível em: <<https://www.oecd.org/general/searchresults/?q=performance%20budgeting&cx=012432601748511391518:xzeadub0b0a&cof=FORID:11&ie=UTF-8>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

OLIVEIRA, R. R.; SILVA, A. M. C. da; MORAES, M. C. C. de. Transparência do Orçamento Governamental dos Países: um Estudo acerca da Associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 42, p. 5 - 11, out./dez. 2008.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **WHOQOL-100**. Disponível em: <<https://www.who.int/tools/whoqol/whoqol-100>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. UNDP. United Nations Development Programme. **Human Development Index (HDI)**. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/indicators/137506#>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

PADOVEZE, C. L. **Planejamento orçamentário**. 2. ed. revista e atualizada. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PADOVEZE, C. L.; FRANCISCHETTI, C. E. **Planejamento econômico e orçamento: contabilidade integrando estratégia e planejamento orçamentário**. São Paulo: Saraiva, 2018.

PEFA. Public Expenditure and Financial Accountability. **About**. Disponível em <<https://www.pefa.org/about>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

PEFA. Public Expenditure and Financial Accountability. Disponível em: <<https://www.pefa.org/>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

PEFA. Public Expenditure and Financial Accountability. **Framework 2016**. Disponível em <<https://www.pefa.org/node/119>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

PEFA. Public Expenditure and Financial Accountability. **Global Report on Public Financial Management. 2020**. Disponível em <<https://www.pefa.org/global-report-2020/report/global-pfm-performance>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

PEFA. Public Expenditure and Financial Accountability. **Resources**. Disponível em <<https://www.pefa.org/resources>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

PEREIRA, T. A.; WILBERT, M. D. **Anexo de Metas Fiscais: Análise das Estimativas e Metas**. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA UnB, 4., 2018, Brasília.

PINHO, T. C. N.; PINHEIRO, P. R. **MODELO PARA OTIMIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO**. In: XXXV Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. Natal, RN. 2003.

PIRES, V. **Orçamento público no Brasil: um olhar para além das metodologias orçamentárias hegemônicas, em busca de uma estratégia de inovação em contexto complexo**. In: BRASIL. **Gestão orçamentária inovadora: desafios e perspectivas no Brasil**. Organizadores: Valdemir Pires, André Rehbein Sathler. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. p. 21-95.

PREMCHAND, A. *Public expenditure management*. International Monetary Fund, 1993.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIRINO, C. de C. Irracionalidade do agente público e teoria da escolha pública comportamental: notas sobre um elefante na sala. **REVISTA QUAESTIO IURIS**, v. 11, n. 2, p. 965-986, 2018.

RIVETTI, D. Debt Transparency in Developing Economies. World Bank Group. 2021. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/743881635526394087/debt-transparency-in-developing-economies>.

ROCHA, A. C. **O controle e o desenvolvimento da gestão orçamentária no Brasil**. In: BRASIL. **Gestão orçamentária inovadora: desafios e perspectivas no Brasil**. Organizadores: Valdemir Pires, André Rehbein Sathler. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. p. 173-218.

ROSEN, H. S.; TED, G. **Finanças públicas**. Tradução: Rodrigo Dubal; revisão técnica: Stefano Florissi. – 10. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2015.

SANCHES, O. M. A participação do Poder Legislativo na análise e aprovação do Orçamento. **Revista de informação legislativa, ano**, v. 33, p. 59-77, 1996.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em questão**, v. 11, n. 22, p. 35-61, 2013. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.22.35-61>.

SANTOS, M. L. W. D.; ROCHA, E. C. da. **O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SÃO PAULO. **Orçamento por Resultados no Estado de São Paulo: experiências, desafios e perspectivas**. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo; supervisão Consórcio NTConsult - PLAN. – São Paulo, SP: Cartola, 2015.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Manual de Estatísticas Fiscais do Boletim Resultado do Tesouro Nacional**. Novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SHEA, R. J. Performance budgeting in the United States. **OCDE Journal on Budgeting**, v. 8, n. 1, p. 1-13, 2008.

SILVA, C.; FARIAS, I.; MARQUES, D.; FREIRE, M.; GUIMARÃES, D. A Influência dos Gastos Públicos sobre a Eficiência na Utilização das Receitas nas Unidades da Federação Brasileira. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, 14(1), 135-157, 2019. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.18625.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. revista e atualizada – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, M. C. da. **Análise das Demonstrações Contábeis Públicas**. São Paulo, Editora Biblioteca 24Horas, 2019.

STIGLITZ, J. E. **Economics of The Public Sector**. 3a edição. Nova Iorque: W. W. Norton & Company. 2000.

TEIXEIRA, A. F.; AZEVEDO, R. R. de. **Metas Fiscais: ferramenta de planejamento pelos estados brasileiros?**. 2015. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4716>. Acesso em: 12 abr. 2020.

TOURINHO, O. A. F.; BRUM, A. F. de O. Políticas Fiscais para Estabilização da Dívida Pública: uma abordagem de equilíbrio geral aplicada ao Brasil♦. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 50, p. 5-42, 2020.

TRENOVSKI, B.; MIJOVIC-SPASOVA, T. "Public Debt in Southeast Europe" – Why to enable public participation?. **Munich Personal RePEc Archive**. 2018. Disponível em: <<https://mpra.ub.uni-muenchen.de/88381/>>.

TUKEY, J. W. **Exploratory data analysis**. Addison-Wesley, 1977.

TULLOCK, G., SELDON, A., BRADY, G. L. **Government failure: a primer in public choice**. Catho Institute, Washigton D. C. – 2002

VAN NISPEN, F. KM; POSSETH, J. JA. Performance Budgeting in the Netherlands. **OCDE Journal on Budgeting**, v. 6, n. 4, p. 37-62, 2007.

VELASCO, A. A Model of Endogenous Fiscal Deficits and Delayed Fiscal Reforms," NBER Chapters, **Fiscal Institutions and Fiscal Performance**, pp. 37–58, 1997. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/working_papers/w6336/w6336.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

VIOLETA, M. Increasing Budget Transparency and Control of Corruption – Strategy to Increase Human Development. **International Journal of Business, Humanities and Technology**. V5, N. 4. Pp. 44-54, 2015. Disponível em: <http://www.ijbhtnet.com/journals/Vol_5_No_4_August_2015/6.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2021.

WEINGAST, B. R.; SHEPSLE, K. A.; JOHNSEN, C. The political economy of benefits and costs: A neoclassical approach to distributive politics. **Journal of political Economy**, v. 89, n. 4, p. 642-664, 1981.

WOLF, P. J. W.; OLIVEIRA, G. C. de. Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 661-694, 2016.

APÊNDICES

Apêndice A

Pilares, componentes-chave e dimensões (PEFA)

Grande Área – Pilar	Indicador	Dimensão
1 - Confiabilidade do Orçamento;	1 – Despesa efetivas totais	1.1 – Despesas efetivas totais
	2 – Composição das despesas realizadas	2.1 – Composição da execução das despesas realizadas por função
		2.2 – Composição da execução das despesas realizadas por natureza econômica
		2.3 – Despesas de reservas para contingências
	3 – Execução da receita	3.1 – Execução das receitas efetivas totais
		3.2 – Execução da composição das receitas efetivas
2 - Transparência das Finanças Públicas;	4 – Classificação do orçamento	4.1 – Classificação do orçamento
	5 – Documentação do orçamento	5.1 – Documentação do orçamento
	6 – Operações do governo central não contabilizadas nos relatórios financeiros	6.1 – Despesas fora dos relatórios financeiros
		6.2 – Receita fora dos relatórios financeiros
		6.3 – Relatórios financeiros de unidades extra orçamentárias
	7 – Transferências para governos subnacionais	7.1 – Sistema de afetação de transferências
		7.2 – Pontualidade de informação sobre transferências
	8 – Informações sobre o desempenho da prestação de serviços	8.1 – Planos de desempenho para prestação de serviços
		8.2 – Desempenho alcançado na prestação de serviços
		8.3 – Recursos recebidos pelas unidades de prestação de serviços
8.4 – Avaliação do desempenho da prestação de serviços		
9 – Acesso do público à informação fiscal	9.1 – Acesso do público à informação fiscal	
3 - Gestão de Ativos e Passivos;	10 – Relatórios de risco fiscal	10.1 – Monitoração das instituições públicas
		10.2 – Monitoração dos governos subnacionais
		10.3 – Passivos contingentes e outros riscos fiscais
	11 – Gestão de investimento público	11.1 – Análise econômica de propostas de projetos de investimento
		11.2 – Seleção de projetos de investimento
		11.3 – Custeio de projetos de investimento
		11.4 – Monitoração de projetos de investimento
	12 – Gestão de ativos públicos	12.1 – Monitoração de ativos financeiros
		12.2 – Monitoração de ativos não financeiros
		12.3 – Transparência na alienação de ativos
	13 – Gestão da dívida	13.1 – Registro e preparação de relatórios da dívida e garantias
		13.2 – Aprovação da dívida e das garantias
		13.3 – Estratégia de gestão da dívida
4 - Estratégia Fiscal e Orçamento Baseado em Políticas;	14 – Previsão macroeconômica e fiscal	14.1 – Previsões macroeconômicas
		14.2 – Previsões fiscais
		14.3 -Análise da sensibilidade macrofiscal
	15 – Estratégia fiscal	15.1 – Impacto fiscal de propostas de políticas
		15.2 – Adoção de estratégia fiscal

		15.3 – Relatórios sobre os resultados fiscais
	16 – Perspectiva de médio prazo na orçamentação das despesas	16.1 – Estimativas de despesas de médio prazo
		16.2 – Limites de despesas de médio prazo
		16.3 – Alinhamento dos planos estratégicos e orçamentos de médio prazo
		16.4 – Consistência dos orçamentos com estimativas do ano anterior
	17 – Processo de preparação do orçamento	17.1 – Calendário orçamental
		17.2 – Orientação para a preparação do orçamento
		17.3 – Submissão do orçamento à legislatura
	18 – Escrutínio legislativo do orçamento	18.1 – Âmbito do escrutínio do orçamento
		18.2 – Procedimentos legislativos para o escrutínio do orçamento
		18.3 – Pontualidade na aprovação do orçamento
		18.4 – Regras para ajustes do orçamento pelo executivo
5 - Previsibilidade e Controle na Execução do Orçamento;	19 – Administração da receita	19.1 – Clareza nos direitos e obrigações dos contribuintes
		19.2 – Gestão do risco da receita
		19.3 – Auditoria e investigação da receita
		19.4 – Monitoramento da receita em atraso
	20 – Contabilização da receita	20.1 – Informação sobre a cobrança de receitas
		20.2 – Transferência das receitas cobradas
		20.3 – Reconciliação das contas da receita
	21 – Previsibilidade de alocação de recursos no ano	21.1 – Consolidação dos saldos de caixa
		21.2 – Previsão e Monitoração do fluxo de caixa
		21.3 – Informações sobre os limites de autorização
		21.4 – Importância dos ajustamentos orçamentários durante o exercício
	22 – Pagamentos em atraso	22.1 – Pagamentos em atraso
		22.2 – Monitoração dos pagamentos em atraso
	23 – Controles da folha de pagamento	23.1 – Integração da folha de pagamento e registros de pessoal
		23.2 – Gestão das alterações à folha de pagamento
		23.3 – Controles internos da folha de pagamento
		23.4 – Auditoria da folha de pagamento
	24 – Aquisições	24.1 – Monitoração das aquisições
		24.2 – Métodos de aquisições
		24.3 – Acesso do público às informações sobre aquisições
		24.4 – Gestão de reclamações relativas às aquisições
	25 – Controles internos das despesas não-salariais	25.1 – Separação de funções
		25.2 – Eficácia dos controles de autorização das despesas
		25.3 – Cumprimento das regras e procedimentos de pagamento
	26 – Auditoria interna	26.1 – Cobertura de auditoria interna
		26.2 – Natureza das auditorias e normas aplicadas
26.3 – Implementação de auditorias internas e elaboração de relatórios		
26.4 – Resposta às auditorias internas		
6 - Contabilidade e Relatórios; e	27 – Integridade dos dados financeiros	27.1 – Reconciliação das contas bancárias
		27.2 – Contas provisórias

		27.3 – Contas de adiantamentos
		27.4 – Processos para a integridade de dados financeiros
	28 – Relatórios orçamentais durante o ano em curso	28.1 – Cobertura e comparabilidade dos relatórios
		28.2 – Periodicidade dos relatórios orçamentais durante o ano em curso
		28.3 – Precisão dos relatórios orçamentais durante o ano
	29 – Relatórios financeiros anuais	29.1 – Integralidade dos relatórios financeiros anuais
		29.2 – Apresentação dos relatórios de auditoria externa
		29.3 – Normas de contabilidade
	7 - Análise e Auditoria Externa.	30 – Auditoria externa
30.2 – Apresentação de relatórios de auditoria à legislatura		
30.3 – Acompanhamento da auditoria externa		
30.4 – Independência da Instituição Suprema de Auditoria		
31 – Escrutínio legislativo dos relatórios de auditoria		31.1 – Pontualidade do escrutínio do relatório de auditoria
		31.2 – Audiências sobre os resultados de auditoria
		31.3 – Recomendações sobre auditoria pela legislatura
		31.4 – Transparência do escrutínio dos relatórios de auditoria pela legislatura

Fonte: Elaborado com base em PEFA, 2016.

Apêndice B

Documentos Orçamentários Analisados para o IOA

Documento	Objetivo e conteúdo
Declaração Orçamentária Pré-	Divulga os parâmetros gerais das políticas fiscais antes da Proposta Orçamentária do Executivo; descreve a previsão econômica do governo, receita prevista, despesas e dívida.
Proposta de Orçamento do Executivo	Submetido pelo executivo ao legislativo para aprovação; detalha as fontes de receita, as alocações aos ministérios, mudanças de política propostas e outras informações importantes para compreender a situação fiscal do país.
Orçamento promulgado	O orçamento que foi aprovado pelo legislativo.
Orçamento Cidadão	Uma versão mais simples e menos técnica da proposta de orçamento do executivo do governo ou do orçamento promulgado, concebida para transmitir informações importantes ao público.
Relatórios durante o ano	Incluir informações sobre as receitas arrecadadas, despesas feitas e dívidas contraídas em intervalos diferentes; emitido trimestralmente ou mensalmente.
Revisão de meio de ano	Uma atualização abrangente sobre a implementação do orçamento em meados do exercício financeiro; inclui uma revisão das premissas econômicas e uma previsão atualizada dos resultados orçamentários.
Relatório de Fim de Ano	Descreve a situação das contas do governo no final do ano fiscal e, idealmente, uma avaliação do progresso feito para atingir as metas da política orçamentária.
Relatório de auditoria	Emitido pela instituição suprema de auditoria, este documento examina a solidez e integridade das contas de final de ano do governo.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IOA (2017).

Apêndice C

Lista e dados dos países considerados na amostra.

País	Anos	PIB	Inflação	Resultado	Dívida	IDH	IBP
Afeganistão	2012	2.513,14	6,441	0,257	6,759	0,489	59
Afeganistão	2015	2.506,35	-0,662	-1,326	9,154	0,500	42
Afeganistão	2017	2.515,55	4,976	-0,604	7,998	0,506	49
Afeganistão	2019	2.439,68	2,302	-1,019	6,130	0,511	50
África do Sul	2012	12.720,50	5,624	-1,747	41,001	0,675	90
África do Sul	2015	12.835,25	4,575	-1,572	49,335	0,701	86
África do Sul	2017	12.681,72	5,273	-0,832	53,022	0,705	89
África do Sul	2019	12.435,79	4,13	-1,323	62,151	0,709	87
Albânia	2012	11.506,99	2,036	-0,327	62,144	0,775	47
Albânia	2015	12.173,64	1,868	-1,624	73,716	0,788	38
Albânia	2017	13.088,31	1,986	0,665	71,895	0,790	50
Albânia	2019	13.944,39	1,438	0,137	67,825	0,795	55
Alemanha	2012	50.082,68 ^b	2,159	1,857	81,079	0,934	71
Alemanha	2015	51.373,69 ^b	0,68	2,043	72,316	0,938	71
Alemanha	2017	53.254,66 ^b	1,702	2,201	65,102	0,943	69
Alemanha	2019	53.944,86 ^b	1,354	2,105	59,644	0,947	69
Angola	2012	8.265,29	10,285	4,992 ^a	26,691	0,544	28
Angola	2015	8.399,10	9,159	-1,136	57,093	0,572	26
Angola	2017	7.681,96	29,844	-2,961	69,265	0,582	25
Angola	2019	7.048,23 ^c	17,079	5,995 ^a	107,107 ^a	0,581	36
Arábia Saudita	2012	47.957,04 ^b	2,867	11,723 ^a	3,036	0,835	1
Arábia Saudita	2015	49.953,76 ^b	1,216	-17,858 ^a	5,8	0,859	0
Arábia Saudita	2017	48.014,57 ^b	-0,813	-11,098 ^a	17,16	0,852	1
Arábia Saudita	2019	47.219,26 ^b	-2,091	-4,486	22,79	0,854	18
Argélia	2012	11.200,25	8,916	-5,306	9,326	0,728	13
Argélia	2015	11.628,19	4,784	-15,843 ^a	8,747	0,740	19
Argélia	2017	11.644,06	5,591	-6,176	26,825	0,745	3
Argélia	2019	11.412,23	1,952	-6,184	45,771	0,748	2
Argentina	2012	24.118,87	10,043	-1,696	40,436	0,834	50
Argentina	2015	23.933,89	N/A	-4,418	52,563	0,840	59
Argentina	2017	23.597,12	25,675	-4,228	57,029	0,843	50
Argentina	2019	22.063,90	53,548	-0,409	90,194	0,845	58
Azerbaijão	2012	14.116,13	1,007	3,813 ^a	5,831	0,730	42
Azerbaijão	2015	14.941,15	4,048	-4,443	17,98	0,744	51
Azerbaijão	2017	14.184,79	12,844	-0,83	22,509	0,754	34
Azerbaijão	2019	14.464,20	2,712	8,886 ^a	17,703	0,756	35
Bangladesh	2012	3.387,44	8,889	-1,05	36,221	0,575	58
Bangladesh	2015	3.943,01 ^c	6,405	-1,932	33,681	0,595	56
Bangladesh	2017	4.450,31 ^c	5,44	-1,622	33,376	0,616	41
Bangladesh	2019	5.113,78 ^c	5,475	-3,488	35,694	0,632	36
Benim	2012	2.759,85	6,743	0,191	19,54	0,510	1
Benim	2015	2.945,97	0,21	-5,014	30,9	0,532	45
Benim	2017	3.044,51	1,769	-2,761	39,598	0,536	39
Benim	2019	3.283,83 ^c	-0,933	1,057	41,23	0,545	49
Bolívia	2012	7.177,46	4,517	2,779	35,394	0,675	12
Bolívia	2015	7.964,95	4,061	-5,904	40,905	0,697	17
Bolívia	2017	8.406,74	2,822 ^a	-6,712 ^a	51,26	0,710	10
Bolívia	2019	8.696,33 ^c	1,839	-5,848	56,515	0,718	12
Bósnia e Herzegovina	2012	11.331,12	2,053	-1,947	42,207	0,748	50
Bósnia e Herzegovina	2015	12.713,62	-1,023	0,613	45,531	0,761	43
Bósnia e Herzegovina	2017	13.836,66	0,81	2,641	39,24	0,774	35
Bósnia e Herzegovina	2019	14.993,05 ^c	0,559	2,149	32,35	0,780	33
Botsuana	2012	15.246,01	7,537	1,413	19,154	0,689	50
Botsuana	2015	16.714,47	3,054	-4,033	17,19	0,717	47

Botsuana	2017	17.253,31	3,296	-0,541	13,397	0,726	8
Botsuana	2019	17.818,26	2,845	-7,248 ^a	14,866	0,735	38
Brasil	2012	15.554,69	5,404	1,922	62,196	0,735	73
Brasil	2015	15.137,91	9,03	-1,884	72,573	0,756	77
Brasil	2017	14.596,87	3,446	-1,768	83,632	0,761	77
Brasil	2019	14.827,29	3,733	-0,923	87,658	0,765	81
Bulgária	2012	18.245,57	2,391	-0,147	16,627	0,795	65
Bulgária	2015	19.748,77	-1,067	-2,408	25,418	0,809	65
Bulgária	2017	21.533,74	1,188	1,163	22,995	0,811	66
Bulgária	2019	23.346,14	2,457	-0,824	18,403	0,816	71
Burquina Faso	2012	1.843,54	3,817	-2,111	25,21	0,403	23
Burquina Faso	2015	1.934,78	1,653	-1,464	31,373	0,422	43
Burquina Faso	2017	2.053,51	1,483	-6,039	33,498	0,439	24
Burquina Faso	2019	2.189,65 ^c	-3,233	-2,192	42,672	0,452	31
Camarões	2012	3.180,77	2,382	-1,102	15,412	0,525	10
Camarões	2015	3.458,69	2,698	-4,039	31,981	0,549	44
Camarões	2017	3.554,52	0,642	-4,016	37,679	0,557	7
Camarões	2019	3.647,00	2,452	-2,294	41,676	0,563	28
Camboja	2012	3.065,65	2,925	-4,227	31,534	0,552	15
Camboja	2015	3.657,56	1,225	-0,343	31,157	0,570	8
Camboja	2017	4.097,53	2,906	-0,454	29,995	0,582	20
Camboja	2019	4.636,63	2,014	3,341 ^a	28,974	0,594	32
Catar	2012	115.334,92 ^b	1,829	11,975 ^a	32,118	0,854	0
Catar	2015	101.000,83 ^b	0,939	23,201 ^a	35,547	0,839	0
Catar	2017	91.742,83 ^b	0,403	-1,092	51,569	0,848	0
Catar	2019	91.248,78 ^{b,c}	-0,7	6,643 ^a	62,277	0,848	1
Cazaquistão	2012	22.544,01	5,118	3,783 ^a	12,125	0,782	48
Cazaquistão	2015	24.115,70	6,652	-5,887	21,882	0,806	51
Cazaquistão	2017	24.699,30	7,429	-5,229	19,869	0,815	53
Cazaquistão	2019	26.184,87	5,244	-0,765	19,944	0,825	58
Chade	2012	1.771,95 ^c	7,517	0,914	28,765	0,388	3
Chade	2015	1.846,95 ^c	4,827	-2,695	43,882	0,398	4
Chade	2017	1.600,06 ^c	-0,897	1,345	50,268	0,396	2
Chade	2019	1.587,07 ^c	-0,972	0,823	44,286	0,398	14
Chile	2012	22.471,28	2,999	0,791	11,945	0,821	66
Chile	2015	23.624,56	4,349	-1,861	17,277	0,842	58
Chile	2017	23.718,00	2,183	-2,263	23,605	0,847	57
Chile	2019	23.956,04	2,251	-2,327	28,205	0,851	55
China	2012	10.333,81	2,646	0,187	34,393	0,716	11
China	2015	12.611,41	1,441	-2,279	41,489	0,739	14
China	2017	14.253,90	1,558	-3,079	51,733	0,750	13
China	2019	15.983,52	2,903	-5,487	57,054	0,761	19
Colômbia	2012	12.840,86	3,174	1,821	33,967	0,739	58
Colômbia	2015	14.036,05	4,994	-1,715	50,419	0,756	57
Colômbia	2017	14.202,93	4,313	-0,497	49,436	0,763	50
Colômbia	2019	14.721,96	3,522	-0,04	52,315	0,767	47
Costa Rica	2012	17.546,98	4,495	-2,229	33,741	0,783	50
Costa Rica	2015	18.593,60	0,803	-2,871	39,786	0,797	54
Costa Rica	2017	19.711,65	1,625	-2,9	47,063	0,804	56
Costa Rica	2019	20.111,86	2,098	-2,647	56,837	0,810	57
Croácia	2012	23.785,86	3,412	-2,625	70,015	0,825	61
Croácia	2015	24.540,50	-0,464	-0,193	84,322	0,840	53
Croácia	2017	26.775,70	1,129	3,213 ^a	77,529	0,845	57
Croácia	2019	28.711,16	0,772	2,385	72,83	0,851	68
Egito	2012	10.684,91	8,692	-4,944	73,8	0,677	13
Egito	2015	10.990,31	10,988	-4,12	88,305	0,691	16
Egito	2017	11.158,25	23,534	-2,508	103,04 ^a	0,698	41
Egito	2019	11.940,25	13,875	1,354	84,214	0,707	43

El Salvador	2012	7.754,68	1,73	-1,3	63,573	0,669	43
El Salvador	2015	8.143,02	-0,731	-0,902	67,038	0,668	53
El Salvador	2017	8.454,05	1,014	0,674	70,526	0,671	45
El Salvador	2019	8.775,38 ^c	0,074	0,613	70,957	0,673	46
Equador	2012	11.396,85	5,102	-0,196	17,496	0,751	31
Equador	2015	11.847,54	3,966	-4,688	33,798	0,764	50
Equador	2017	11.623,72	0,417	-2,343	44,617	0,760	49
Equador	2019	11.440,19	0,266	-0,454	51,502	0,759	38
Eslovênia	2012	32.791,59	2,593	-2,567	53,561	0,884	74
Eslovênia	2015	33.967,58	-0,521	N/A	82,588	0,894	68
Eslovênia	2017	36.678,31	1,432	2,103	74,149	0,907	69
Eslovênia	2019	39.220,66	1,627	2,003	65,598	0,917	68
Espanha	2012	35.817,26	2,446	-8,19 ^a	86,307	0,881	63
Espanha	2015	37.448,75	-0,5	-2,565	99,303 ^a	0,895	58
Espanha	2017	39.626,47	1,956	-0,741	98,557 ^a	0,903	54
Espanha	2019	40.879,98	0,7	-0,796	95,508	0,904	53
Estados Unidos	2012	55.538,38 ^b	2,073	-5,827	103,354 ^b	0,920	79
Estados Unidos	2015	58.525,02 ^b	0,121	-1,685	104,669 ^b	0,921	81
Estados Unidos	2017	60.105,85 ^b	2,137	-2,629	105,624 ^b	0,924	77
Estados Unidos	2019	62.605,88 ^b	1,812	-3,433	108,19 ^b	0,926	76
Fiji	2012	11.015,61	3,416	2,026	47,653	0,722	6
Fiji	2015	12.557,20	1,376	-0,805	43,045	0,737	15
Fiji	2017	13.316,59	3,351	0,683	44,408	0,740	41
Fiji	2019	13.611,33	1,773	-1,636	48,896	0,743	39
Filipinas	2012	6.414,79	3,181	2,217	45,691	0,684	48
Filipinas	2015	7.393,04	0,674	2,549	39,64	0,701	64
Filipinas	2017	8.199,05	2,853	1,256	38,108	0,708	67
Filipinas	2019	8.976,81	2,48	-0,18	36,969	0,718	76
França	2012	44.545,00 ^b	2,214	-2,548	90,602	0,885	83
França	2015	45.075,69 ^b	0,088	-1,75	95,582	0,895	76
França	2017	46.369,70 ^b	1,166	-1,3	98,318 ^a	0,897	74
França	2019	47.679,69 ^b	1,297	-1,636	98,07 ^a	0,901	74
Gana	2012	4.461,75	7,072	-5,759	35,583	0,577	50
Gana	2015	4.694,34	17,153	0,954	54,802	0,590	51
Gana	2017	5.028,02	12,372	1,227	58,324	0,602	50
Gana	2019	5.457,42 ^c	7,144	-1,688 ^c	63,899 ^c	0,611	54
Geórgia	2012	11.264,34	-0,944	0,203	28,815	0,767	55
Geórgia	2015	12.616,64	4,004	-0,212	36,666	0,790	66
Geórgia	2017	13.595,58	6,035	0,697	38,584	0,799	82
Geórgia	2019	14.979,37	4,853	-0,602	40,436	0,812	81
Guatemala	2012	7.362,26	3,783	-0,876	24,577	0,618	51
Guatemala	2015	7.782,90	2,389	0,128	24,803	0,652	46
Guatemala	2017	7.908,46	4,425	0,136	25,107	0,655	61
Guatemala	2019	8.142,59	3,7	-0,608	26,591	0,663	65
Guiné Equatorial	2012	36.410,00	3,442	-6,96 ^a	7,097	0,584	0
Guiné Equatorial	2015	28.149,29	1,695	-14,707 ^a	31,657	0,589	4
Guiné Equatorial	2017	22.449,90 ^c	0,746	-2,167	36,235	0,584	0
Guiné Equatorial	2019	18.503,86 ^c	1,213	2,768 ^c	44,022 ^c	0,592	5
Honduras	2012	5.065,46	5,218	-3,596	29,181	0,612	53
Honduras	2015	5.283,41	3,158	0,02	37,114	0,618	43
Honduras	2017	5.557,93	3,934	0,205	38,854	0,630	54
Honduras	2019	5.713,68	4,365	0,837	41,895	0,634	59
Iêmen	2012	3.618,75	9,885	-0,873	47,312	0,504	11
Iêmen	2015	2.494,88	22	-2,57	57,031	0,483	34
Iêmen	2017	2.025,07	30,4	-4,671	77,426	0,467	0
Iêmen	2019	1.973,14	10	-4,944	76,527	0,470	0
Índia	2012	4.583,17	10	-3,191	67,658	0,597	62
Índia	2015	5.464,39 ^c	4,9	-2,684	68,776	0,624	46

Índia	2017	6.183,00 ^c	3,602	-1,633	69,457	0,640	48
Índia	2019	6.708,12 ^c	4,762	-2,757	73,887	0,645	49
Indonésia	2012	9.192,04	3,981	-0,42	22,96	0,681	62
Indonésia	2015	10.260,61	6,361	-1,25	27,013	0,695	59
Indonésia	2017	11.073,52	3,809	-0,915	29,396	0,707	64
Indonésia	2019	11.976,32	2,82	-0,489	30,564	0,718	70
Iraque	2012	10.059,04	6,089	4,457 ^a	34,782	0,646	4
Iraque	2015	10.346,33 ^c	1,393	-12,198 ^a	56,934	0,649	3
Iraque	2017	10.916,39 ^c	0,099	-0,517	59,061	0,667	3
Iraque	2019	10.917,05 ^c	-0,199	1,927	47,705	0,674	9
Itália	2012	41.269,31	3,315	2,031	126,493 ^b	0,882	60
Itália	2015	40.401,53	0,108	1,382	135,28 ^b	0,882	73
Itália	2017	41.748,26	1,326	1,176	134,134 ^b	0,886	73
Itália	2019	42.423,51	0,634	1,652	134,561 ^b	0,892	71
Jordânia	2012	10.818,34	4,609	-11,793 ^a	70,521	0,735	57
Jordânia	2015	10.264,49	-1,098	-5,15	78,423	0,730	55
Jordânia	2017	10.089,53	3,614	-0,733	76,022	0,726	63
Jordânia	2019	10.103,11 ^c	0,677	-2,446	78,015	0,729	61
Líbano	2012	18.039,03	6,581	-0,198	130,993 ^b	0,759	33
Líbano	2015	16.299,21 ^c	-3,696	1,446	140,812 ^b	0,744	2
Líbano	2017	15.987,65 ^c	4,476	0,755	149,668 ^b	0,748	3
Líbano	2019	14.551,59 ^c	2,895	-0,308	174,317 ^b	0,744	6
Libéria	2012	1.702,74	6,832	-2,832	19,36	0,469	43
Libéria	2015	1.734,28	7,742	-4,198	26,39	0,477	38
Libéria	2017	1.662,31 ^c	12,435	-4,286	33,659	0,481	36
Libéria	2019	1.559,60 ^c	26,969	-3,538	55,376	0,480	38
Macedônia do Norte	2012	13.666,93	3,317	-2,904	33,662	0,748	35
Macedônia do Norte	2015	15.073,64	-0,3	-2,32	38,077	0,761	35
Macedônia do Norte	2017	15.640,30	1,352	-1,373	39,383	0,767	37
Macedônia do Norte	2019	16.593,95	0,766	-0,801	40,64	0,774	41
Malásia	2012	21.818,40	1,664	-2,071	53,788	0,781	39
Malásia	2015	24.060,44	2,104	-0,933	56,971	0,796	46
Malásia	2017	25.897,24	3,799	-0,616	54,396	0,805	46
Malásia	2019	27.864,58	0,663	-0,186	57,16	0,810	47
Malawi	2012	894,84	21,296	-0,615	40,278	0,446	52
Malawi	2015	940,74	21,86	-2,638	54,43	0,468	65
Malawi	2017	945,34 ^c	11,541	-3,423	57,068	0,473	26
Malawi	2019	962,94 ^c	9,378	-2,156	59,479	0,483	27
Mali	2012	2.067,93	5,32	-0,439	25,39	0,413	43
Mali	2015	2.203,45	1,442	-1,229	30,666	0,417	46
Mali	2017	2.315,16	1,764	-2,028	35,477	0,427	39
Mali	2019	2.392,48 ^c	-2,894 ^c	-0,655 ^c	40,492 ^c	0,434	38
Marrocos	2012	6.778,09	0,684	-4,732	56,532	0,635	38
Marrocos	2015	7.349,05	1,411	-1,86	63,688	0,658	38
Marrocos	2017	7.581,00	0,744	-0,947	65,124	0,673	45
Marrocos	2019	7.848,25 ^c	0,24	-1,536	65,162	0,686	43
México	2012	18.738,30	4,112	-0,918	42,65	0,759	61
México	2015	19.442,92	2,719	-1,208	52,775	0,766	66
México	2017	19.933,50	6,042	2,616	53,963	0,771	79
México	2019	19.952,03	3,636	1,405	53,301	0,779	82
Moçambique	2012	1.082,25	2,602	-2,727	37,436	0,403	47
Moçambique	2015	1.220,38	3,551	-5,466	87,426	0,433	38
Moçambique	2017	1.245,03 ^c	15,113	0,047	100,14 ^a	0,446	41
Moçambique	2019	1.248,87 ^c	2,785	3,109 ^a	103,378 ^a	0,456	42
Mongólia	2012	9.345,92	14,33	-5,489	43,692	0,718	51
Mongólia	2015	10.809,05	5,736	-1,829	62,11	0,735	51
Mongólia	2017	11.083,56	4,318	0,365	84,367	0,728	46
Mongólia	2019	12.048,93	7,26	3,217 ^a	68,438	0,737	56

Myanmar	2012	3.200,39	0,36	-1,304	36,514	0,533	0
Myanmar	2015	3.914,34	7,259	-1,615	36,374	0,557	2
Myanmar	2017	4.332,72 ^c	4,622	-1,524	38,47	0,572	7
Myanmar	2019	4.848,56 ^c	8,627	-2,434	38,753	0,583	28
Namíbia	2012	9.802,22	6,722	-1,635	24,034	0,613	55
Namíbia	2015	10.822,65	3,396	-6,489 ^a	41,264	0,638	46
Namíbia	2017	10.316,89	6,147	-1,981	43,235	0,644	50
Namíbia	2019	9.881,61	3,721	-1,83	59,9	0,646	51
Nepal	2012	2.922,54	8,305	-0,403	34,515	0,559	44
Nepal	2015	3.331,87	7,212	0,922	25,73	0,583	24
Nepal	2017	3.565,92	4,454	-2,401	24,989	0,588	52
Nepal	2019	3.974,11 ^c	4,639	-4,488	33,133	0,602	41
Nicarágua	2012	5.009,24	7,194	0,492	27,852	0,633	42
Nicarágua	2015	5.594,89	3,997	-0,921	28,911	0,652	46
Nicarágua	2017	5.995,60	3,851	-0,663	34,08	0,661	43
Nicarágua	2019	5.421,85	5,376	0,788	41,734	0,660	41
Níger	2012	1.085,17 ^c	0,465	-0,604	18,13	0,350 ^a	4
Níger	2015	1.131,92 ^c	0,961	-6,283	29,87	0,372	17
Níger	2017	1.163,64 ^c	0,19	-3,392	36,494	0,386	0
Níger	2019	1.224,34 ^c	-2,52	-2,572	39,802	0,394	17
Nigéria	2012	5.193,54	12,225	0,844	17,577	0,500	16
Nigéria	2015	5.514,78 ^c	9,01	-2,659	20,328	0,526	24
Nigéria	2017	5.190,36 ^c	16,502	-4,045	25,34	0,531	17
Nigéria	2019	5.135,49 ^c	11,397	-3,079	29,167	0,539	21
Noruega	2012	60.679,69 ^b	0,697	11,938 ^a	31,107	0,941	83
Noruega	2015	61.695,71 ^b	2,171	3,456 ^a	34,544	0,947	84
Noruega	2017	62.782,11 ^b	1,875	2,589	38,636	0,954	85
Noruega	2019	63.230,51 ^{b,c}	2,168	3,513 ^a	40,883	0,957	80
Nova Zelândia	2012	37.791,00	1,06	-1,307	35,726	0,911	93
Nova Zelândia	2015	39.744,06	0,293	0,954	34,218	0,921	88
Nova Zelândia	2017	40.971,13	1,851	1,889	31,098	0,926	89
Nova Zelândia	2019	41.916,40	1,62	-1,649	32,059	0,931	87
Papua-Nova Guiné	2012	3.083,84	4,537	-0,171	19,124	0,520	56
Papua-Nova Guiné	2015	3.635,27	5,996	-2,819	29,931	0,548	55
Papua-Nova Guiné	2017	3.809,91	5,436	-0,372	32,484	0,549	50
Papua-Nova Guiné	2019	3.859,26	3,682	-1,886	40,028	0,555	50
Paquistão	2012	4.300,84	11,004	-4,196	63,423	0,519	58
Paquistão	2015	4.549,57	4,525	-0,503	63,32	0,536	43
Paquistão	2017	4.817,92	4,148	-1,535	67,06	0,550	44
Paquistão	2019	4.992,67	6,738	-3,477	85,555	0,557	28
Peru	2012	11.099,56	3,655	2,967 ^a	21,172	0,742	57
Peru	2015	12.017,42	3,548	-1,214	24,066	0,759	75
Peru	2017	12.536,81	2,804	-1,925	25,423	0,767	73
Peru	2019	12.786,95 ^c	2,136	-0,182	27,094	0,777	76
Polónia	2012	25.535,03	3,7	-1,088	54,264	0,842	59
Polónia	2015	27.871,32	-0,933	-0,857	51,268	0,863	64
Polónia	2017	30.161,55	1,975	0,097	50,614	0,873	59
Polónia	2019	33.219,40	2,308	0,636	45,684	0,880	60
Portugal	2012	30.194,56	2,776	-1,903	129,035 ^b	0,836	62
Portugal	2015	31.157,64	0,508	-0,125	131,179 ^b	0,854	64
Portugal	2017	33.086,05	1,556	0,652	126,143 ^b	0,858	66
Portugal	2019	34.923,22	0,3	2,904	116,841 ^b	0,864	66
Quênia	2012	3.843,61	9,378	-2,884	43,88	0,566	49
Quênia	2015	4.229,17	6,582	-5,26	48,612	0,587	48
Quênia	2017	4.475,92	7,985	-4,514	56,881	0,595	46
Quênia	2019	4.782,32	5,204	-3,924	62,141	0,601	50
Reino Unido	2012	42.752,76	2,828	-5,32	83,161	0,904	88
Reino Unido	2015	45.007,35 ^a	0,04	-3,076	86,72	0,923	75

Reino Unido	2017	45.923,36 ^a	2,683	-0,627	86,314	0,926	74
Reino Unido	2019	46.630,99 ^a	1,791	-0,926	85,243	0,932	70
Repúb. Dem. do Congo	2012	910,04	0,857	2,336	21,784	0,442	18
Repúb. Dem. do Congo	2015	1.051,15	0,738	-0,136	16,995	0,464	39
Repúb. Dem. do Congo	2017	1.046,71	35,787	1,627	19,053	0,475	29
Repúb. Dem. do Congo	2019	1.083,85	4,705	-1,655	15,538	0,480	33
República Dominicana	2012	13.561,01	3,694	-4,204	42,32	0,714	29
República Dominicana	2015	15.791,32	0,836	2,28	44,921	0,738	51
República Dominicana	2017	17.301,38	3,279	-0,541	48,84	0,746	66
República Dominicana	2019	19.090,48	1,809	0,826	53,537	0,756	75
República Eslovaca	2012	27.296,12	3,73	-2,767	51,781	0,843	67
República Eslovaca	2015	29.469,05	-0,331	-1,182	51,918	0,850	57
República Eslovaca	2017	30.933,60	1,395	0,275	51,69	0,855	59
República Eslovaca	2019	32.752,31	2,766	-0,283	48,458	0,860	60
República Quirguiz	2012	4.301,76	2,768	-4,919	50,478	0,674	20
República Quirguiz	2015	4.855,55	6,503	-1,697	67,087	0,690	54
República Quirguiz	2017	5.094,37	3,175	-2,864	58,786	0,694	55
República Quirguiz	2019	5.291,87	1,136	0,786	54,144	0,697	63
República Tcheca	2012	33.834,28	3,288	-2,75	44,154	0,874	75
República Tcheca	2015	36.333,73	0,309	0,304	39,7	0,891	69
República Tcheca	2017	39.031,09	2,451	2,142	34,236	0,896	61
República Tcheca	2019	40.936,80	2,848	0,772	30,245	0,900	59
Romênia	2012	21.392,14	3,339	-0,734	37,965	0,803	47
Romênia	2015	23.941,97	-0,596	-0,113	39,388	0,815	75
Romênia	2017	27.219,98	1,344	-1,698	36,836	0,821	75
Romênia	2019	29.975,96	3,825	-3,463	36,823	0,828	64
Ruanda	2012	1.689,60	6,286	-1,966	19,005	0,508	8
Ruanda	2015	1.900,42 ^c	2,507	-1,836	32,222	0,526	36
Ruanda	2017	2.005,48 ^c	4,837	-1,481	41,317	0,535	22
Ruanda	2019	2.266,86 ^c	2,426	-3,879	50,965	0,543	39
Rússia	2012	25.986,48	5,075	0,655	11,167	0,798	74
Rússia	2015	25.542,03	15,534	-3,136	15,286	0,809	74
Rússia	2017	25.999,32	3,683	-0,96	14,311	0,820	72
Rússia	2019	27.295,85	4,47	2,208	13,8	0,824	74
São Tomé e Príncipe	2012	3.532,69 ^c	10,638	-10,602 ^a	81,037	0,573	29
São Tomé e Príncipe	2015	3.823,55 ^c	6,086	-5,487	85,797	0,604	29
São Tomé e Príncipe	2017	3.975,03 ^c	5,693	-2,161	85,839	0,619	31
São Tomé e Príncipe	2019	3.973,39 ^c	7,724	-1,39	73,069	0,625	24
Senegal	2012	2.788,67	1,417	-2,991	34,489	0,487	10
Senegal	2015	2.966,45	0,858	-2,144	44,509	0,506	43
Senegal	2017	3.203,90	1,143	-1,051	61,139	0,512	51
Senegal	2019	3.361,46 ^c	1,02	-1,948	64,798	0,512	46
Serra Leoa	2012	1.645,68	6,588	-3,412	36,428	0,421	39
Serra Leoa	2015	1.545,72	6,694	-3,739	45,686	0,431	52
Serra Leoa	2017	1.633,73	18,22	-6,59 ^a	69,155	0,443	38
Serra Leoa	2019	1.708,82 ^c	14,803	-0,436	71,656	0,452	39
Sérvia e Montenegro	2012	14.902,91	7,33	-4,567	54,402	0,775	39
Sérvia e Montenegro	2015	15.588,00	1,392	-0,37	71,233	0,789	47
Sérvia e Montenegro	2017	16.621,47	3,131	3,916 ^a	58,649	0,798	43
Sérvia e Montenegro	2019	18.254,98	1,85	2,006	52,769	0,806	40
Sri Lanka	2012	10.712,40	7,537	-0,921	69,609	0,766	46
Sri Lanka	2015	11.890,52	2,237	-2,198	78,487	0,776	39
Sri Lanka	2017	12.584,10	6,581	0,016	77,902	0,775	44
Sri Lanka	2019	13.070,13	4,303	-2,179	86,802	0,782	47
Suécia	2012	48.848,97 ^b	0,937	-0,849	37,499	0,914	84
Suécia	2015	51.432,46 ^b	0,704	0,068	43,739	0,938	87
Suécia	2017	52.413,09 ^b	1,867	1,396	40,732	0,942	87
Suécia	2019	53.079,62 ^b	1,639	0,416	35,126	0,945	86

Tailândia	2012	15.424,54	3,012	N/A	41,93	0,737	36
Tailândia	2015	16.285,39	-0,899	0,713	42,559	0,749	42
Tailândia	2017	17.422,95	0,665	0,077	41,778	0,765	56
Tailândia	2019	18.453,47	0,706	-0,277	41,043	0,777	61
Tajiquistão	2012	2.463,27	5,796	1,15	32,261	0,643	17
Tajiquistão	2015	2.798,41 ^c	5,781	-1,466	34,691	0,652	25
Tajiquistão	2017	3.070,05 ^c	7,31	-5,505	50,293	0,657	30
Tajiquistão	2019	3.399,97 ^c	7,793	-1,243	43,126	0,668	17
Tanzânia	2012	2.127,00	16,001	-3,095	29,231	0,496	47
Tanzânia	2015	2.352,07 ^c	5,588	-1,713	37,137	0,514	46
Tanzânia	2017	2.527,81 ^c	5,319	0,402	37,671	0,523	10
Tanzânia	2019	2.725,39 ^c	3,448	-0,033	38,242	0,529	17
Timor-Leste	2012	3.172,28	10,935	-39,115 ^b	0,002 ^a	0,639	36
Timor-Leste	2015	3.297,89	0,646	-33,119 ^b	2,942	0,610	41
Timor-Leste	2017	3.145,48	0,523	-33,522 ^b	6,645	0,599	40
Timor-Leste	2019	3.552,60	0,892	-25,454 ^b	9,575	0,606	40
Trindade e Tobago	2012	28.798,40	9,28	0,411	24,583	0,780	38
Trindade e Tobago	2015	29.053,19	4,659	-5,836	27,323	0,792	34
Trindade e Tobago	2017	26.342,58	1,884	-8,17 ^a	42,582	0,795	33
Trindade e Tobago	2019	25.827,82	1,001	-0,576	46,471	0,796	30
Tunísia	2012	10.041,33	4,612	-3,343	47,676	0,720	11
Tunísia	2015	10.378,12	4,437	-3,306	55,402	0,729	42
Tunísia	2017	10.467,26	5,309	-3,61	70,914	0,734	39
Tunísia	2019	10.625,59	6,722	-1,078	71,825	0,740	35
Turquia	2012	22.496,66	8,892	0,663	32,442	0,765	50
Turquia	2015	26.095,08	7,671	0,583	27,362	0,801	44
Turquia	2017	28.242,49	11,144	-0,858	28,027	0,814	58
Turquia	2019	28.517,51	15,177	-3,785	32,598	0,820	51
Ucrânia	2012	12.563,47	0,565	-2,385	37,542	0,764	54
Ucrânia	2015	11.280,40	48,684	3,003 ^a	79,503	0,765	46
Ucrânia	2017	11.942,82	14,443	1,554	71,62	0,771	54
Ucrânia	2019	12.896,69	7,886	0,997	48,764	0,779	63
Uganda	2012	2.171,37	12,679	-1,371	19,491	0,507	65
Uganda	2015	2.349,00	5,412	-1,093	28,672	0,525	62
Uganda	2017	2.382,08 ^c	5,629	-0,677	33,654	0,532	60
Uganda	2019	2.579,98 ^c	2,87	-2,696	37,254	0,544	58
Venezuela	2012	19.993,15 ^c	21,069	-6,94 ^b	30,116	0,772	37
Venezuela	2015	17.512,96 ^c	121,738 ^a	-9,011 ^b	11,045	0,769	8
Venezuela	2017	12.323,37 ^c	438,117 ^a	-22,96 ^b	26,004	0,743	0
Venezuela	2019	7.046,10 ^c	19906,024 ^a	-9,971 ^{b c}	232,786 ^{a c}	0,711	0
Vietnã	2012	6.988,79	9,103	-4,483	38,33	0,676	19
Vietnã	2015	8.133,27	0,631	-3,403	46,116	0,688	18
Vietnã	2017	9.085,61	3,521	-0,411	46,309	0,696	15
Vietnã	2019	10.107,71	2,797	-1,883	43,365	0,704	38
Zâmbia	2012	3.266,60	6,575	-1,509	25,434	0,549	4
Zâmbia	2015	3.372,89	10,107	-6,69 ^a	65,551	0,569	39
Zâmbia	2017	3.407,31	6,577	-3,597	63,008	0,578	8
Zâmbia	2019	3.383,31	9,8	-2,898	94,497	0,584	30
Zimbábue	2012	2.924,40	3,72	0,257	38,265	0,525	20
Zimbábue	2015	2.897,64	-2,41	-0,917	47,473	0,553	35
Zimbábue	2017	2.965,87	0,907	-7,531 ^a	43,726	0,563	23
Zimbábue	2019	2.752,93 ^c	255,292 ^a	-1,005 ^c	112,118 ^{a c}	0,571	49
Legendas							
a	Outliers retirados da amostra						
b	Outliers não retirados da amostra						
c	Dados estimativos						
N/A	Informações não disponíveis na base de dados do FMI						

Apêndice D

Estadística Descritiva das Variáveis (Amostra Completa)

	Resultado	Dívida	Inflação	IDH	IOA
Média	-1,7341	49,388	57,113	0,69433	44,452
Mediana	-1,236	42,57	3,315	0,719	46
Mínimo	-39,115	0,002	-3,696	0,35	0
Máximo	23,201	232,79	19906	0,957	93
Desv. Padrão	4,8299	28,823	1001,6	0,14439	22,867
Coefficiente de Variação	2,7853	0,5836	17,537	0,20796	0,51442
Enviesamento	-2,8329	1,6261	19,778	-0,26207	-0,23194
Curtose Ex.	21,331	5,1143	389,45	-0,82191	-0,61681
Perc. 5%	-6,945	13,74	-0,6092	0,44155	2
Perc. 95%	2,976	103,36	16,617	0,921	81,15
Interv. IQ	3,1055	32,123	4,675	0,22	30
Obs. ausentes	2	0	1	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo Gretl.

Apêndice E

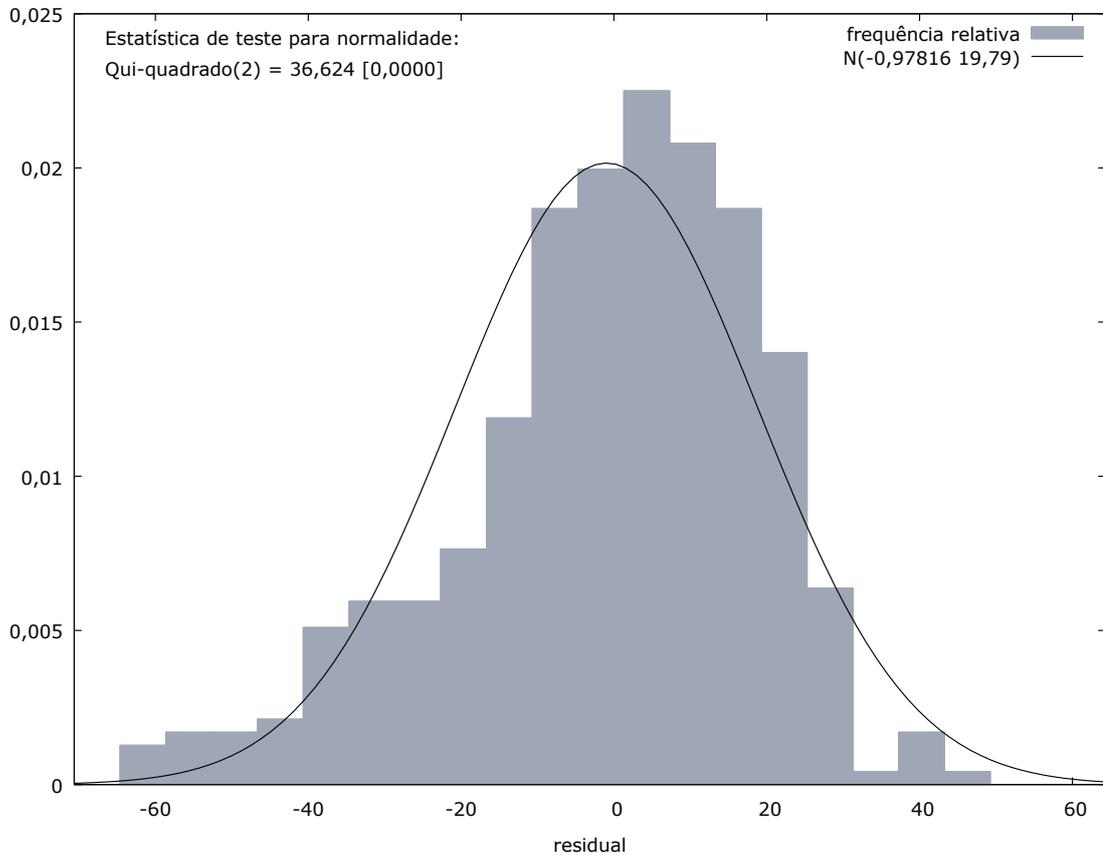
Estatística Descritiva das Variáveis (Sem outliers)

	Resultado	Dívida	Inflação	IDH	IOA
Média	-1,65	48,76	58,7	0,69	44,45
Mediana	-1,21	42,44	2,93	0,72	46
Mínimo	-39,12	0,002	-3,7	0,35	0
Máximo	4,46	174,32	19906	0,96	93
Desv. Padrão	4,02	27,18	1033,5	0,14	22,87
Coefficiente de Variação	2,44	0,56	17,61	0,21	0,51
Enviesamento	-5,3	1,20	19,17	-0,26	-0,23
Curtose Ex.	41,45	2,06	365,62	-0,82	-0,62
Perc. 5%	-5,86	13,7	-0,68	0,44	2
Perc. 95%	2,56	100,87	10,07	0,92	81,15
Interv. IQ	2,95	31,36	3,97	0,22	30
Obs. ausentes	22	2	25	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo Gretl.

Apêndice F

Distribuição dos erros (Amostra Completa)



Fonte: Elaborado via Gretl

Teste da normalidade dos resíduos (Amostra completa)

Intervalo	Pt. médio	Frequência	Rel.	Acum.	
< -58,638	-61,634	3	0,76%	0,76%	
-58,638 – -52,644	-55,641	4	1,02%	1,78%	
-52,644 – -46,65	-49,647	4	1,02%	2,80%	
-46,65 – -40,656	-43,653	5	1,27%	4,07%	
-40,656 – -34,663	-37,66	12	3,05%	7,12%	*
-34,663 – -28,669	-31,666	14	3,56%	10,69%	*
-28,669 – -22,675	-25,672	14	3,56%	14,25%	*
-22,675 – -16,682	-19,678	18	4,58%	18,83%	*
-16,682 – -10,688	-13,685	28	7,12%	25,95%	**
-10,688 – -4,6941	-7,691	44	11,20%	37,15%	****
-4,6941 – 1,2996	-1,6973	47	11,96%	49,11%	****
1,2996 – 7,2933	4,2964	53	13,49%	62,60%	****

7,2933 – 13,287	10,29	49	12,47%	75,06%	****
13,287 – 19,281	16,284	44	11,20%	86,26%	****
19,281 – 25,274	22,278	33	8,40%	94,66%	***
25,274 – 31,268	28,271	15	3,82%	98,47%	*
31,268 – 37,262	34,265	1	0,25%	98,73%	
37,262 – 43,256	40,259	4	1,02%	99,75%	
>= 43,256	46,252	1	0,25%	100,00%	

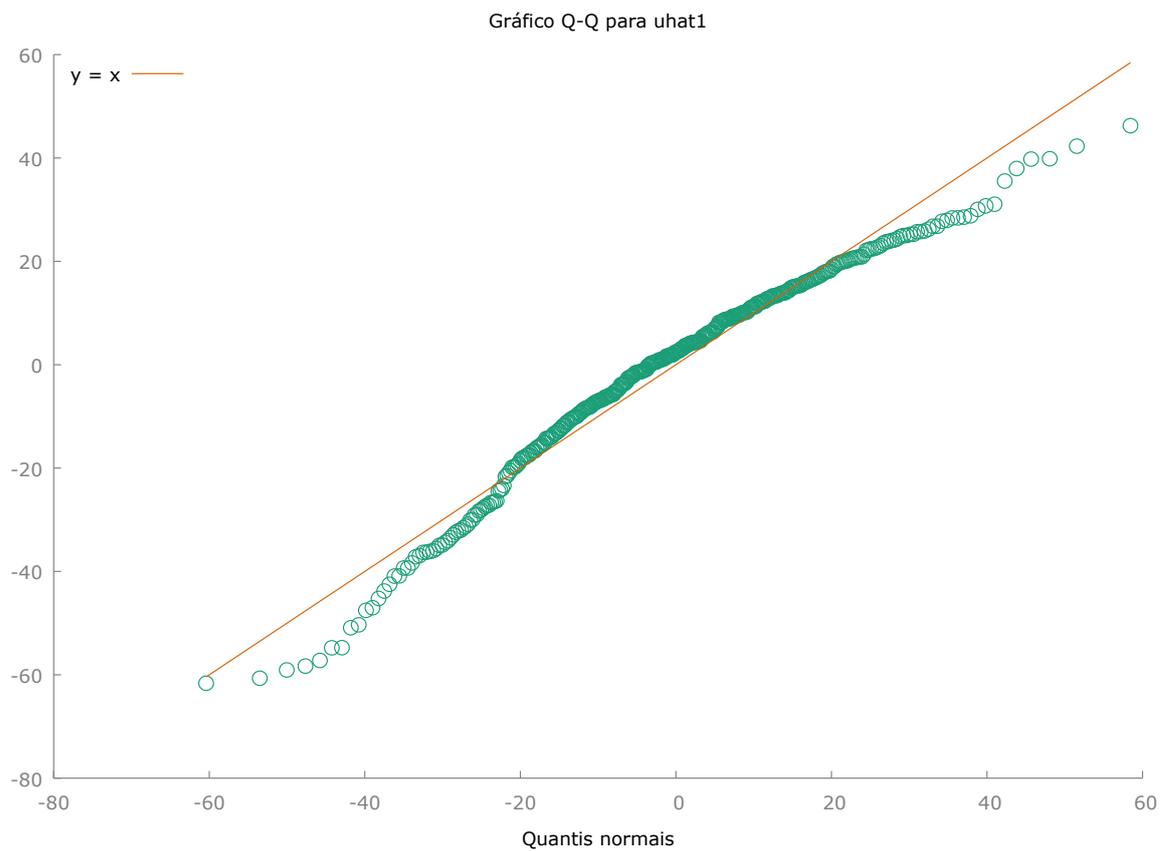
Nº de classes = 19, média = -0,978164, desvio-padrão = 19,7905

Qui-quadrado = 36,624

p-valor = 1,11483e-008 ou 0,00000

Fonte: Adaptado conforme resultados obtidos no *Gretl*

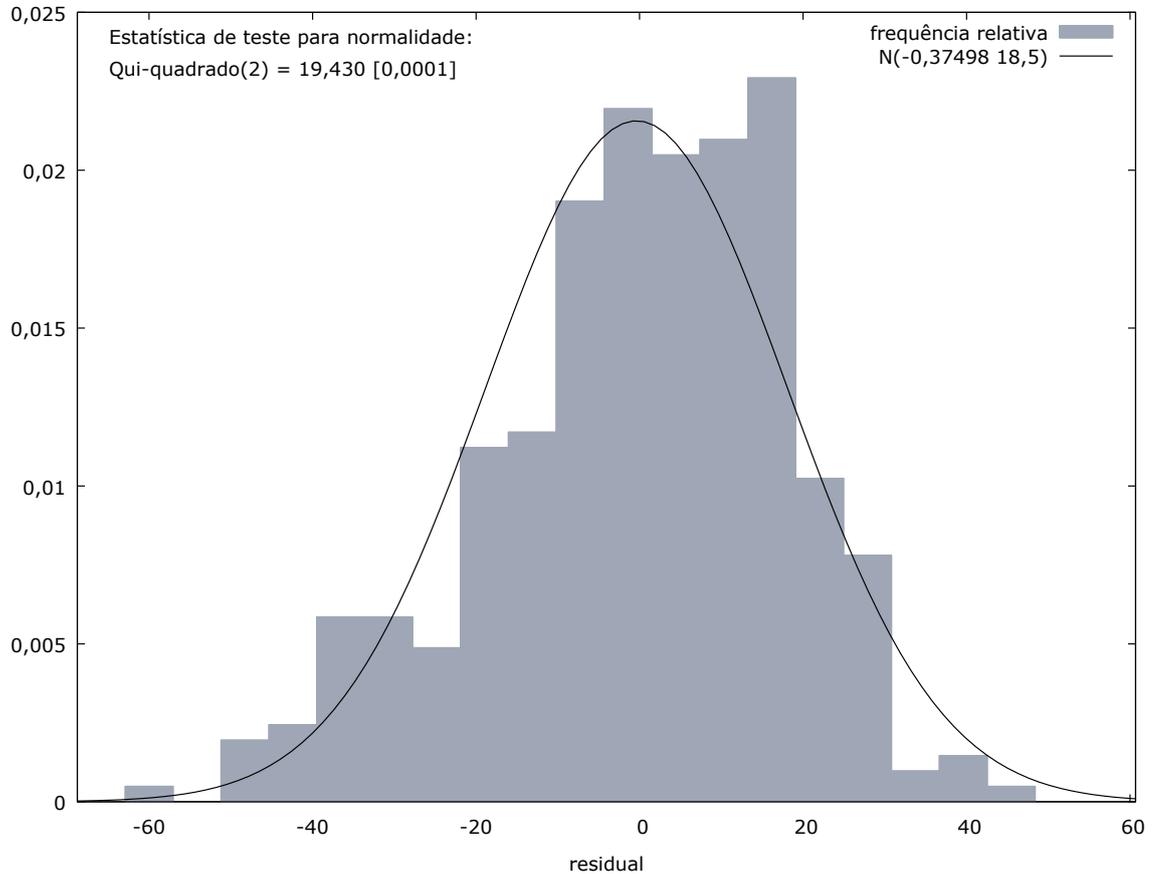
Distribuição de Erros (Amostra Completa)



Fonte: Elaborado via *Gretl*

Apêndice G

Distribuição dos erros (MQP) (Sem Outliers)



Fonte: Elaborado via Gretl

Teste da normalidade dos resíduos (Sem Outliers)

Intervalo	Pt. médio	Frequência	Rel.	Acum.	
< -57,06	-59,989	1	0,29%	0,29%	
-57,06 - -51,201	-54,13	0	0,00%	0,29%	
-51,201 - -45,343	-48,272	4	1,14%	1,43%	
-45,343 - -39,485	-42,414	5	1,43%	2,86%	
-39,485 - -33,627	-36,556	12	3,43%	6,29%	*
-33,627 - -27,768	-30,697	12	3,43%	9,71%	*
-27,768 - -21,91	-24,839	10	2,86%	12,57%	*
-21,91 - -16,052	-18,981	23	6,57%	19,14%	**
-16,052 - -10,194	-13,123	24	6,86%	26,00%	**
-10,194 - -4,3354	-7,2645	39	11,14%	37,14%	****
-4,3354 - 1,5229	-1,4062	45	12,86%	50,00%	****

1,5229 – 7,3811	4,452	42	12,00%	62,00%	****
7,3811 – 13,239	10,31	43	12,29%	74,29%	****
13,239 – 19,098	16,168	47	13,43%	87,71%	****
19,098 – 24,956	22,027	21	6,00%	93,71%	**
24,956 – 30,814	27,885	16	4,57%	98,29%	*
30,814 – 36,672	33,743	2	0,57%	98,86%	
36,672 – 42,531	39,601	3	0,86%	99,71%	
>= 42,531	45,46	1	0,29%	100,00%	

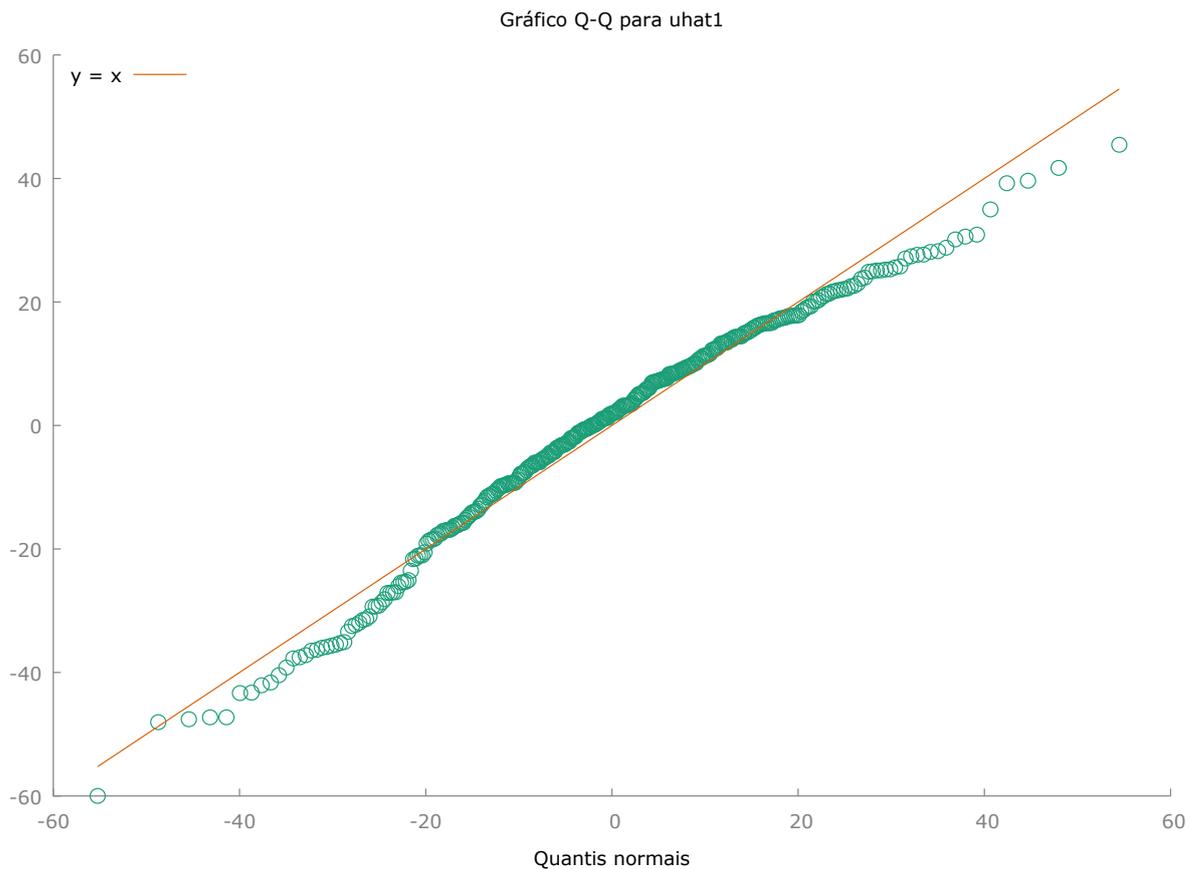
Nº de classes = 19, média = -0,37498, desvio-padrão = 18,4999

Qui-quadrado = 19,43

p-valor = 6,03698e-005 ou 0,00006

Fonte: Adaptado conforme resultados obtidos no *Gretl*

Distribuição de Erros (Sem Outliers)



Fonte: Elaborado via *Gretl*

Apêndice H

Matriz de covariância dos coeficientes da regressão (Amostra completa)

const	Resultado	Dívida	Inflação	IDH	
7,67133	0,0795717	-0,00587513	4,74194e-05	-9,57185	const
	0,0165761	-2,75135e-04	1,00184e-05	-0,0587603	Resultado
		2,94662e-04	-2,92557e-06	-0,0127573	Dívida
			2,01563e-06	1,28687e-04	Inflação
				13,6847	IDH

Fonte: Adaptado conforme resultados obtidos no *Gretl*

/Matriz de covariância dos coeficientes da regressão (Amostra sem outliers)

const	Resultado	Dívida	Inflação	IDH	
8,03598	0,126539	-0,0187701	-0,25	-8,17689	const
	0,0162332	-3,64578e-04	-3,14643e-04	-0,119938	Resultado
		3,34680e-04	-1,00716e-04	7,29676e-04	Dívida
			0,0128342	0,27714	Inflação
				9,85645	IDH

Fonte: Adaptado conforme resultados obtidos no *Gretl*